Caroline Lisboa dos Santos de Lima

Uma história ambiental do rio Passo Fundo: 1934 - 2007

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Passo Fundo

2018

Dedico este trabalho à minha família: minha mãe Eliana, meu pai Sebastião, meu irmão Lucca e meu companheiro de vida Douglas, pelo apoio e incentivo constantes sem o qual não teria conseguido.

AGRADECIMENTOS

O início de meu trabalho como pesquisadora começou efetivamente em 2013, na graduação, quando passei a fazer parte do grupo de pesquisa coordenado pela Prof. Dra. Ironita P. Machado. A partir de então, tive a oportunidade de participar de um universo intelectual bastante incentivador, ao qual devo a coragem de ingressar no Mestrado, do qual essa dissertação é resultado.

Dentre todos àqueles que preciso agradecer, em primeiro lugar está Deus, por toda a força concedida na concretização desse sonho. Agradeço ao professor Dr. Marcos Gerhardt pela orientação, atenção e paciência; à Capes pela bolsa de estudos concedida; à querida mestre Dra. Ironita P. Machado e aos colegas e amigos Álisson Farias e Débora Nunes de Sá, pelo apoio; ao AHR e à Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, do Ministério Público Estadual, pelo acesso aos documentos e a muitas outras pessoas e instituições pelas contribuições nesta pesquisa.

> Um dos preceitos mais enraizados e mais geralmente admitidos é o de acreditar que os homens possuem em si qualidades imutáveis: há homens bons ou maus, inteligentes ou estúpidos, enérgicos ou apáticos e por aí adiante. Ora, os homens não são assim. Podemos apenas dizer que um homem é mais vezes bom que mal, mais vezes inteligente que estúpido, mais vezes enérgico que apático, ou o contrário; mas classificar um homem, como sempre fazemos, de bom ou inteligente e um outro de mau ou estúpido é um erro. Também os rios, todos de água, são umas vezes mais estreitos, outros rápidos, outros largos ou calmos, transparentes ou frios, caudalosos ou tépidos. Ora, os homens são como os rios. Cada um traz consigo a semente de todas as qualidades humanas, de que revela, em certos passos, umas características, noutros, outras, chegando mesmo, em certas ocasiões, a mostrar-se sob uma forma completamente oposta à sua natureza íntima, que, não obstante, mantém (TOLSTÓI, 1899, p. 215).

RESUMO

As políticas públicas ambientais são relativamente recentes no Brasil. Foi a partir dos anos de 1970 que o meio ambiente passou a ganhar maior importância na agenda política nacional. Contudo, isso não significa que o poder público não tenha tido iniciativas que impactaram o meio ambiente, mesmo em períodos em que a sua conservação não estava em pauta. As ações de saneamento, a destinação de diversos tipos de resíduos, a limpeza e a distribuição da ocupação urbana foram, por exemplo, funções que as gestões municipais tiveram de cumprir, e que acabaram impactando não somente o meio ambiente local mas também a relação da sociedade com ele. O rio Passo Fundo foi usado como referência desde que as primeiras populações fixaram-se nesse local, o rio deu nome ao lugar e mais do que isso, acabou marcando o dia a dia da população que viveu e vive em suas proximidades. Por isso, a relação humana com o rio Passo Fundo entre os anos de 1934 e 2007 é tema dessa dissertação. O trabalho inclui apontamentos sobre os usos humanos, as iniciativas e as políticas públicas em relação ao rio Passo Fundo, procurando analisar, entre outras questões, qual o papel dos movimentos ecológicos e da imprensa na consolidação de uma política ambiental no município. As compreensões presentes neste trabalho amparam-se teoricamente na História Ambiental, que procura compreender os mais diversos aspectos, interesses e resultados da interação humana com o ambiente natural. Dentre os autores utilizados como referência estão Donald Worster, José Augusto Pádua e Gilmar Arruda. Como aparato documental foram utilizadas legislações federais, estaduais e municipais, publicações jornalísticas e inquéritos civis sobre o tema. Por fim, a problemática dessa investigação está em demonstrar como as iniciativas, políticas públicas e ações sociais interferiram na existência histórica do rio Passo Fundo, identificando quem foram os sujeitos e quais os interesses implicados nesse processo.

Palavras-chave: História Ambiental, rio Passo Fundo, políticas públicas, legislação ambiental.

ABSTRACT

Environmental public policies are relatively recent in Brazil. It was from the 1970s that the environment began to gain greater importance in the national political agenda. However, this does not mean that public authorities have not had initiatives that have impacted the environment, even in periods when their conservation was not on the agenda. The actions of sanitation, the disposal of various types of waste, the cleaning and distribution of urban occupation were, for example, functions that the municipal administrations had to fulfill, which ended up impacting not only the local environment but also the society with him. The Passo Fundo river was used as a reference since the first populations settled there, the river gave its name to the place and more than that, it ended up marking the daily life of the population that lived and lives in its vicinity. Therefore, the human relationship with the Passo Fundo river between the years of 1934 and 2007 is the subject of this dissertation. The paper includes notes on human uses, initiatives and public policies in relation to the Passo Fundo river, seeking to analyze, among other issues, the role of ecological movements and the press in the consolidation of an environmental policy in the municipality. The present understandings are theoretically based on Environmental History, which seeks to understand the most diverse aspects, interests and results of human interaction with the natural environment. Among the authors used as reference are Donald Worster, José Augusto Pádua and Gilmar Arruda. Federal, state and municipal legislation, journalistic publications and civil surveys on the subject were used as documentary apparatus. Finally, the problem of this investigation is to demonstrate how the initiatives, public policies and social actions interfered in the historical existence of the river Passo Fundo, identifying who were the subjects and what interests implied in that process.

Keywords: Environmental History, Passo Fundo river, public policies, environmental legislation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ponte de pedra sobre o Rio Passo Fundo, construída entre 1926 e 1928.....30
Figura 2 – Rio Passo Fundo, próximo à ponte, em 1952.....38
Figura 3 – Projeto de Saneamento elaborado por Saturnino de Brito.....41
Figura 4 – Águas do rio Passo Fundo são declaradas de uso comum.....51
Figura 5 – Capa do Jornal O Nacional.....54
Figura 6 – Material de divulgação da CORSAN.....55
Figura 7 – Crianças brincando no rio Passo Fundo.....57
Figura 8 – Manifestação do GESP.....64
Figura 9 – Esclarecimentos da empresa Kimplas.....73
Figura 10 – Antiga Estação de Tratamento de Esgotos localizada na Vila Annes.....76
Figura 11 – Ponte sobre o rio Passo Fundo na Avenida Brasil.....76
Figura 12 – Vista da Avenida Brasil no sentido Boqueirão-Petrópolis.....77
Figura 13 – Avenida Brasil no sentido Petrópolis-Boqueirão.....78
Figura 14 – Ponte sobre o rio Passo Fundo na rua Uruguai.....80
Figura 15 – "Rio perde espaço em plena área central".....82
Figura 16 – Charge sobre o odor dos esgotos em Passo Fundo.....88
Figura 17 – Demonstração de tratamento de esgoto cloacal domiciliar.....90
Figura 18 – Evolução da taxa de urbanização em Passo Fundo (1980/2000).....91
Figura 19 – Residências em situação irregular.....92
Figura 20 – Esgoto doméstico lançado no rio Passo Fundo.....95
Figura 21 – Estação de Tratamento de Efluentes Araucária.....96
Figura 22 – Cronograma do racionamento de água.....98
Figura 23 – Proximidade da construção do leito do rio.....101
Figura 24 – Máquinas trabalhando às margens do rio.....102
Figura 25 – Caso de morte de peixes.....105
Figura 26 – Ação de Reflorestamento.....106
Figura 27 – Amostras da água do Rio Passo Fundo.....109
Figura 28 – Material de divulgação do Projeto.....111

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Trajeto do rio Passo Fundo pelo município.....25

Mapa 2 – Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo.....26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de publicações sobre o Saneamento no período de 1934 à 1946.....42

Tabela 2 – Perfil dos autores e quantidade de publicações de cada perfil.....46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISA – Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócio

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

ANA – Agência Nacional de Águas

APP – Área de Preservação Permanente

ARENA – Aliança pela Renovação Nacional

CDL – Câmara de Dirigentes Logistas

CDP – Coligação Democrática Passofundense

CEBES – Comissão de Educação e Bem-Estar Social

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CORSAN – Companhia Rio-grandense de Saneamento

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

DEFAP – Departamento de Florestas e Áreas Protegidas

DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento

ETE – Estação de Tratamento de Efluentes

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler

GESP – Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SBPF – Sociedade Botânica de Passo Fundo

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

ZPN – Zona de Preservação Natural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....12
1: RIO PASSO FUNDO (1934 - 1970).....23
1.1 O rio e a formação de Passo Fundo.....23
1.2 Regulação estatal dos recursos hídricos nacionais.....31
1.3 Usos múltiplos do rio Passo Fundo.....35
1.3.1 Abastecimento de água e serviços de esgoto.....40
1.4 Quando a cidade transpõe o rio: a expansão urbana.....50
2: PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS COM O RIO PASSO FUNDO (1971 - 1993).....58
2.1 O início do movimento ecológico.....59
2.2 Políticas públicas para o meio ambiente.....65
2.3 Alguns casos de poluição do rio Passo Fundo: entre o crescimento econômico e a proteção ambiental.....71
2.4 O rio mostrou seu limite.....75
3: MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE (1994 - 2007).....84
3.1 Rio Passo Fundo: entre os usos e as políticas públicas.....84
3.1.1 Esgotos.....87
3.1.2 Abastecimento hídrico.....97
3.1.3 Inundações.....99
3.1.4 Assoreamento.....100
3.1.5 Poluição.....105
3.2 O rio Passo Fundo se tornou patrimônio.....113
CONCLUSÃO.....118
REFERÊNCIAS.....122
FONTES.....133

INTRODUÇÃO

O município de Passo Fundo iniciou sua formação às margens do rio Passo Fundo. Atualmente, possui aproximadamente 202 mil habitantes (IBGE, 2018) e ao longo dos anos tornou-se referência regional nas áreas de educação, saúde, agricultura, comércio e serviços. O rio Passo Fundo tem sua nascente no distrito de Povinho Velho e integra uma das principais bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, a Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo, englobando 30 municípios do estado.

A realidade atual do rio Passo Fundo não é boa. Todos os anos toneladas de resíduos sólidos são retirados dele e, além disso, o lançamento de esgoto *in natura* ao longo do seu trajeto urbano inicial contribui para a diminuição da qualidade das águas. No meio rural, o uso de agrotóxicos e o desmatamento da vegetação ciliar comprometem o solo, o que também acaba afetando o rio Passo Fundo. Esses e outros motivos tornam relevante o entendimento dos aspectos envolvidos na trajetória de uso do rio pela população, aspectos que são naturais, políticos, econômicos, sociais, culturais, enfim, históricos.

Para compreender a história da relação humana com o rio Passo Fundo, emprega-se as referências teóricas e metodológicas da História Ambiental. A ideia de História Ambiental surgiu a partir da década de 1970. Contudo, antes mesmo do ambiente fundar-se como um novo campo de possibilidades do conhecimento histórico, historiadores ligados à escola dos *Annales* chamavam atenção em relação a esse tema. Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, entre outros, fizeram do ambiente uma parte importante de seus estudos, destacando sua relevância para a constituição da sociedade (WORSTER, 1991, p. 200). A obra de Lucien Febvre *O Reno: história, mitos e realidades,* de 1931, procurou tratar dos problemas que envolveram o rio Reno ao longo do tempo, problemas históricos relacionados ao presente e também problemas presentes projetados na história. Peter Schöttler, quando escreveu a apresentação à nova edição do livro de Febvre, destacou que:

> Uma das teses fundamentais da obra consiste em dizer que o Reno não é um dado da natureza, mas um produto da história humana. Os homens não foram os únicos a adaptar-se ao Reno: o próprio rio não pode ser pensado sem que se leve em conta as interações humanas, acumuladas há milênios. É, portanto, inútil imaginar um estado original dos lugares ou das "raças". Para cada período, e para cada sociedade, é necessário fornecer novas análises do papel do rio (2000, p. 37).

Lucien Febvre compreendia a complexidade estabelecida na relação entre as sociedades e a natureza. Sobre o tema, segundo ele, ao historiador cabe a tarefa de, corajosamente, elevar-se acima da massa contraditória dos fatos e das interpretações, discernir alguns planos gerais do papel, do valor e, por assim dizer, do significado do rio nas diversas épocas do passado (2000, p. 65).

Desse modo, é indispensável destacar que, apesar de qualquer engajamento que se possa ter referente aos temas ambientais e a proteção da natureza, é importante que o historiador, como nas palavras de Febvre, "eleve-se" a fim de não condenar a ação humana como unicamente danosa e prejudicial. Outra reserva sobre o estudo das relações homem-natureza também foram apontadas por ele, quando levantou algumas preocupações para evitar o reducionismo ou o determinismo geográfico. Quanto a isso, disse:

> O Reno: no exato momento em que pronuncia este breve nome, o homem de hoje sente brotar em si uma imagem. Sobre a página em branco de sua memória perfila-se, com uma nitidez singular, o traçado de um grande rio histórico [...]. Esse Reno é uma pessoa. Não hesitamos em identificá-lo como tal, da nascente até a foz, assim como não hesitamos em reconhecer, ao vê-lo diante de nós, um velho amigo de sempre. E, no entanto, o problema existe. O amigo é o que é desde que começou a existir. E o rio? Um indivíduo, sem dúvida: nos tempos antigos, os homens personificavam-no de bom grado. [...] Mas quem decidiu: aqui o rio, ali os afluentes? A natureza ou o homem? Um indivíduo, o rio - mas não criado tal e qual pela natureza; forjado pelo homem, nascido de uma escolha pensada e uma vontade consciente (2000, p. 71-72).

Torna-se importante observar que, no processo dessa pesquisa, procurou-se afastar explicações baseadas no determinismo geográfico a fim de não assentar a análise nesse tipo de reducionismo. Do mesmo modo, procurou-se não destacar apenas os aspectos negativos da relação entre seres humanos e natureza. Outrossim, é importante ressaltar que o determinismo geográfico é prejudicial ao resultado da pesquisa, como afirmou Leonardi:

> [...] O fato de a economia brasileira ter sido, quase sempre, ao longo de sua história, muito vinculada aos recursos naturais [...] contém um risco interpretativo que precisa ser metodologicamente evitado. No afã de identificar, em escala regional e local, as diferentes formas de relacionamento do homem com a natureza [...] o pesquisador pode incorrer em uma nova forma de reducionismo. Não mais o reducionismo economicista, já tão criticado nos últimos anos, mas, desta vez, uma espécie de reducionismo ambientalista no qual as variáveis ambientais passariam a ter um poder explicativo determinante, sobrepondo-se – em última instância? – às demais (1999, p. 16).

Ambos reducionismos, ambientalista e economicista, restringem as especificidades de cada tema frente à sua realidade e por isso devem ser evitados. À medida que se avançou, teórica e metodologicamente nos estudos do ambiente, foram-se delineando compreensões e procedimentos a serem seguidos.

A História Ambiental não se detém à análise da trajetória histórica do meio biofísico, mas sim, da complexa interação estabelecida entre o ambiente e os seres humanos, e a interferência dos mais diversos agentes nesse contexto. Por isso, é importante afastar-se de análises deterministas, que reduzem a compreensão do conjunto e simplificam as relações que se estabelecem entre as sociedades e seu meio. Nas palavras de José Augusto Pádua:

> Não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica. O crescimento acadêmico recente da história ambiental, ao menos em parte, se explica exatamente por sua capacidade concreta para ampliar a análise histórica e trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos (2010, p. 94).

Assim, Donald Worster argumentou "[...] o historiador ecológico acaba preferindo dizer que os homens provocam 'mudanças' no ambiente – pois 'mudanças' é um termo neutro e incontroverso – e não 'danos', um conceito muito mais problemático" (1991, p. 205). Portanto, o historiador deve procurar equilibrar sua análise de forma a possibilitar a percepção de relações distintas entre homens e ambiente, relações essas que não serão apenas danosas, compreendendo que o ser humano não é apenas um agente predatório e sim de mudanças.

Além de Donald Worster, outros pesquisadores, como Warren Dean tornaram-se referência a partir de seus estudos sobre o relacionamento das sociedades com o ambiente. Esse historiador norte-americano pesquisou, entre outros temas, a região amazônica, publicando o livro *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*, em 1989, e posteriormente a Mata Atlântica, na obra *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, de 1996, em que estudou o processo de degradação desse bioma, identificando como os diversos agentes: industriais, mineradores, agricultores, índios, missionários, entre outros, contribuíram para as mudanças desse ambiente. Outra importante contribuição veio do historiador José Augusto Drummond, que analisou por meio da obra *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*, de 1997, as características naturais e sociais dos parques nacionais fluminenses.

A partir dos anos 2000, a historiografia brasileira passou por um processo de ampliação da pesquisa de temas ambientais. Os trabalhos de diversos autores contribuíram para o alargamento das análises referentes à História Ambiental. Devido à grande diversidade natural brasileira, ampliaram-se as questões, os temas e os debates historiográficos. A este respeito, Paulo Henrique Martinez afirmou que:

> A História Ambiental no Brasil encerra grandes possibilidades que, desde logo, afugentam os riscos de uma "historiografia de imitação" ou de mimetismo acadêmico das modas intelectuais europeias e norte-americanas, pois contém inúmeras perspectivas de trabalho que desafiam a imaginação inventiva e a criatividade dos historiadores (2005, p. 29).

Entre outros importantes nomes a destacar, estão o do especialista em história e política ambiental José Augusto Pádua, que na obra de 2002, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista*, examinou textos sobre as consequências do sistema escravista para o ambiente. José Augusto Drummond também é um importante pesquisador da História Ambiental, possuindo um vasto trabalho em diferentes temas nessa área. Podemos destacar, também, o trabalho de Eunice Sueli Nodari, precursora da linha de pesquisa que estuda migrações e História Ambiental no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Especificamente sobre a história ambiental dos rios, podemos citar o historiador Gilmar Arruda organizador da obra *A natureza dos rios: história, memória e territórios* e autor de estudos em perspectiva histórica sobre os rios Tibagi e Paranapanema, no estado do Paraná. Arruda identificou os rios como "territórios em disputa" e como tal são resultado de relações sociais historicamente construídas que "condicionam, transformam e "imaginam" a natureza". Por isso:

> Temos que buscar como foram construídos os territórios, quais conflitos as disputas por esses territórios desencadearam no domínio do espaço natural, do tempo, da memória e da história. Nessa busca, devemos desvendar os significados que os rios assumiram no processo de constituição dos territórios e aprender a respeitar o seu ritmo, o ritmo de suas águas e de suas correntezas (2008, p. 12).

Utilizando também a abordagem da História Ambiental, mas voltada para a realidade urbana, as historiadoras Lise Sedrez e Andréa Casa Nova Maia analisaram em suas pesquisas o processo histórico da paisagem e memória das enchentes, principalmente na cidade do Rio de Janeiro entre os anos 1900 a 1960. A história ambiental urbana torna-se um desafio, pois, como entenderam as autoras:

> Essa natureza urbana não é tão óbvia quanto em uma floresta. Está sob o asfalto, procurando vencê-lo como as raízes de uma árvore de um canteiro central de uma larga avenida ou cercada por grades nos parques. Ela é transformada, mas tão presente na história urbana quanto os rios canalizados que cruzam os subterrâneos da cidade do Rio de Janeiro. Dos 50 rios que alimentavam a Baía de Guanabara, poucos ainda são visíveis para os habitantes do Rio de Janeiro e Niterói e, no entanto, sua influência é sentida em cada tempestade e enchente (2011, p. 223).

O historiador Fabiano Quadros Rückert (2015) analisou as políticas públicas e o ambiente em perspectiva histórica da cidade de São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Em sua tese *O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)* Fabiano discutiu a historicidade do saneamento na perspectiva política, apontando as ações do governo voltadas para o abastecimento de água, coleta e descarte de esgoto, e na perspectiva técnica, destacou a confluência do saber médico e das técnicas de engenharia que permitiram a modernização do saneamento.

Victor Leonardi, por meio do livro *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira (1999)*, analisou o processo de arruinamento da cidade de Airão, na Amazônia brasileira, estudando a ocupação do espaço e a exploração dos recursos naturais, principalmente dos rios e enfatizando as mudanças e permanências históricas desse processo. Ao abordar a história do rio Jaú, afluente do rio Negro, o autor procurou compreender as expressões culturais regionais e sua relação com o rio. Ele estudou a instalação do aldeamento de índios Tarumã em 1694, o estabelecimento dos missionários carmelitas naquela área, o trabalho indígena naquela região e o extrativismo, principalmente, do que ficou conhecido como as drogas do sertão e a relação desses processos com a história do rio Jaú. Para Leonardi:

> Com o fim da era cartesiana das visões matematizantes das ciências, fica mais fácil procurar conexões, ou pontes, ou janelas, entre natureza e história. Janelas para mútuas observações. Pontes para novos diálogos. Diálogos que não vão produzir, necessariamente, visões (reducionistas) biologizantes do social, mas sim comunicações interdisciplinares necessárias e inadiáveis (1999, p. 208).

É, portanto, no sentido de estabelecer esse diálogo entre natureza e história, compreender como os seres humanos interagiram com o rio Passo Fundo, buscando ampliar as abordagens e análises históricas sobre temas diferenciados do município que se propôs esse estudo.

Diante disso, esta dissertação buscou responder: quais foram os principais usos dados ao rio Passo Fundo entre 1934 e 2007? Em que medida e de que forma os interesses políticos e socioeconômicos produziram mudanças nesse ambiente? E, por fim, qual o papel das iniciativas e políticas públicas na trajetória do rio Passo Fundo?

O ano de 1934 foi escolhido como marco inicial da pesquisa, porque a partir desse ano iniciaram-se os debates, por meio das páginas do jornal *O Nacional*, acerca das iniciativas de uso das águas do rio Passo Fundo para o abastecimento da população municipal. Identifica-se então, uma mudança significativa no olhar de parte da população e, principalmente, do poder público municipal, direcionado ao rio Passo Fundo, privilegiando um determinado tipo de uso. Além disso, 1934 foi o ano de decreto do Código de Águas brasileiro, primeiro código que tratou dos recursos hídricos nacionais de forma sistemática.

O ano de 2007 marcou o fim do recorte temporal desta dissertação por ser o ano em que o rio foi declarado patrimônio natural e paisagístico do município, entendendo que essa é uma ação política importante, também resultado das mudanças na relação social com o rio Passo Fundo.

Compõem o quadro de fontes utilizadas para a pesquisa: códigos e decretos federais e estaduais; leis e decretos municipais; inquéritos judiciais, disponibilizados pela Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo; e o jornal *O Nacion*al.

Metodologicamente, o estudo partiu do levantamento das fontes primárias referentes ao tema e, a seguir passou para a fase de interpretação das fontes, considerando as metodologias específicas para cada tipologia.

Sabendo que qualquer documento histórico é uma produção humana, torna-se importante pesar em que circunstâncias e intenções foram produzidos, pois, como o historiador Jacques Le Goff afirmou:

> O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, parcialmente determinado ele próprio por sua época e seu meio; o documento =é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem desse passado como para dizer a "verdade". A crítica tradicional dos documentos forjados (e Marc Bloch quase não a superou em Apologia da História) é muito insuficiente. É preciso desestruturar o documento para entrever suas condições de produção. Quem detinha, em dada sociedade do passado, a produção de testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se documentos da história? (2011a, p. 168).

Por isso, ao utilizar inquéritos judiciais, foi necessário compreender as especificidades desse tipo de fonte. Em importante artigo sobre História e Direito, em que trata das possibilidades metodológicas para os estudos que contemplam essa relação, a historiadora Ironita P. Machado compreendeu que:

> Ao estudar o Judiciário é possível visualizar o poder do Estado, problematizar e investigar as ações do Poder Executivo na processualidade do tempo histórico, identificar seu poder sobre as forças econômicas, reorganizando e desenvolvendo o aparelho da produção econômica, dando condições à criação de uma nova estrutura, orientada e dirigida por fatores superestruturais, através do Legislativo e do Judiciário, que lhe dá as condições de impulsionar, solicitar, punir e reprimir [...]. O direito é uma ação política, civilizadora e modernizadora empreendida pela ação ético-política concreta dos homens situados numa temporalidade e espacialidade (2011, p. 81-82).

As fontes judiciais foram um material relevante para a análise da sociedade na qual se inserem, por ser uma forma de visualizar os interesses de determinados agentes e por conter informações sobre as ações políticas e sociais dos sujeitos envolvidos, além de identificar diretamente os posicionamentos do Ministério Público Estadual nas questões ambientais do município e, especificamente, sobre o rio Passo Fundo. Por fim, como concluiu Machado:

> Apesar das barreiras, aproximar a história do Direito é essencial para a produção de novos conhecimentos. Para a historiografia, a interdisciplinaridade é importante no sentido de se buscar maior conhecimento sobre a atuação da Justiça no processo histórico (2013, p. 24).

Além do uso dos inquéritos judiciais e das legislações em esfera federal, estadual e municipal, a imprensa foi utilizada por se considerar que os jornais reúnem informações, que não se vinculam apenas aos meios institucionais e administrativos, podendo oferecer à pesquisa informações essenciais. Segundo Maria Helena Capelato:

> A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os" ilustres" mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (1988, p. 21).

Além de conhecer o processo que marcou a relação da população com o rio e com a água proveniente dele, a partir do jornal, também, pode-se perceber as memórias construídas ao longo do tempo em torno desse ambiente. Por se tratar de relatos, discursos e memórias, utilizar a imprensa como fonte se torna um grande desafio, principalmente, porque o

pesquisador corre o risco de não levar em consideração todas as influências externas sofridas pelos órgãos de imprensa ou, ainda, de buscar no periódico apenas informações que corroborem sua hipótese, excluindo outras que também fizeram parte daquela realidade.

Apesar das dificuldades encontradas ao trabalhar com esse tipo de fonte, a imprensa ganhou destaque como uma fonte importante na pesquisa histórica. A historiadora Vavy Pacheco Borges observou que o pequeno uso da imprensa como fonte, até os anos 1970, inverteu-se completamente, notando-se um uso frequente, seja como fonte principal ou como fonte complementar para a História (apud LUCA, 2008, p. 130). Foi buscando informações que possibilitassem o esclarecimento dos usos e de outras questões importantes, que fizeram parte do contexto do rio Passo Fundo ao longo do tempo, que a imprensa foi utilizada nessa dissertação.

A escolha do jornal *O Nacional* como fonte se deu devido ao fato de este ter sido o jornal local de maior circulação durante o período da pesquisa. Existiam outros pequenos jornais em funcionamento no município, porém, o jornal *O Nacional* foi escolhido por sua relevância e por abranger o recorte total adotado nesta dissertação. A partir de 1935 outro importante jornal, *O Diário da Manhã*, inicia sua circulação em Passo Fundo, tendo sido uma fonte consultada em alguns momentos, principalmente, para contrapor informações e posicionamentos do jornal *O Nacional*.

Criado em 1925, incialmente com pequena circulação, o jornal *O Nacional* tornou-se diário a partir de 1930. Fundado por Herculano Annes, filho de Gervásio Lucas Annes, importante político local, na década de 1940 sua propriedade passou para Múcio de Castro (GOULART, 2014, p. 41). Apesar de posicionar-se como independente, fica claro, por meio das escolhas dos editores, as preferências ideológicas do periódico. Percebe-se isso por meio do grande número de artigos opinativos, que reclamavam ou compartilhavam com a comunidade as negociações e os investimentos econômicos da cidade.

Fica evidente ao longo das publicações e dos anos, que a neutralidade está apenas no discurso do jornal. Primeiro, porque seus donos, Herculano Annes e depois Múcio de Castro, sempre tiveram ligações familiares, políticas ou até mesmo partidárias com diversas personalidades locais, regionais e nacionais, sendo muitas vezes eles próprios candidatos à cargos eletivos. Segundo, porque era prática editorial posicionar-se contra ou a favor, criticar ou elogiar e ainda tornar público um acontecimento ou uma notícia, de acordo com seus interesses e simpatias ideológicas.

Metodologicamente optou-se, devido a amplitude do período estudado, por analisar apenas as capas do jornal, tendo em vista que é na capa que se encontram as notícias de maior destaque e que por isso, tanto na visão dos editores quanto do público leitor, são consideradas de maior relevância.

Outra opção metodológica que se destacou nessa pesquisa foi a utilização da análise de discurso. Como destacou Tânia de Luca:

> O historiador [...] dispõe de ferramentas provenientes da **análise do discurso** que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso **dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa.** Entretanto, ter sido publicado implica **atentar para o destaque conferido** ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas (2008, p. 139-140, grifo do autor).

Eni Orlandi destacou a importância de entender o funcionamento dos discursos e compreender que:

> A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, [...], de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem [...] (ORLANDI, 1999, p. 15).

Assim, faz-se necessário entender o discurso como uma mediação entre o ser humano e a realidade social, levando em conta a historicidade humana, as condições de produção daquela linguagem, a relação estabelecida entre a língua e o sujeito, e as situações nas quais se produziram aquele discurso (ORLANDI, 1999, p. 16).

> Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise do discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (ORLANDI, 1999, p. 9).

Utilizando elementos da análise de discurso foi possível identificar as preocupações e os interesses dos agentes que se posicionaram, no jornal, sobre o rio Passo Fundo, bem como identificar as mudanças que ocorreram ao longo do tempo no discurso do próprio jornal em

relação ao meio ambiente municipal. A identificação dessa mudança no discurso da imprensa corresponde a uma mudança em perspectiva global da relação humana com o meio ambiente.

Além da clareza metodológica, o aporte conceitual é muito importante para o pesquisador. São muitos os conceitos necessários no processo de construção e execução de uma pesquisa histórica. Entre os conceitos essenciais, para entender o ambiente pesquisado e sua delimitação, está o conceito de região. Para os historiadores, o conceito de região não pode ser definido sem levar em consideração sua carga histórica, sua delimitação não pode compreender apenas questões de natureza física, jurídico-administrativa ou econômica.

A região deve ser considerada como uma construção social, produto das ações, experiências e vivências de seus agentes históricos. Como um espaço social construído pelos sujeitos, é passível de inúmeros recortes, de caráter administrativo, geográfico, histórico, ecológico, econômico ou mesmo psicológico. Sendo assim, é importante ter clareza da razão e da metodologia utilizada para a delimitação de um estudo em determinado espaço regional. Conforme Milton Santos, "estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição" (1997, p. 46).

Levando em consideração o entendimento de região acima exposto, a delimitação regional dessa pesquisa diz respeito à relação estabelecida historicamente entre a população e o rio Passo Fundo, localizado na cidade que leva seu nome, no Rio Grande do Sul. Apesar de o rio Passo Fundo integrar uma importante bacia hidrográfica[1], homônima, que engloba 30 municípios do estado, é importante destacar que o recorte regional utilizado para este estudo não correspondeu a totalidade desta bacia hidrográfica. A delimitação correspondeu ao trajeto feito pelo rio Passo Fundo desde a sua nascente, em direção ao norte do estado, dentro do atual município de Passo Fundo e aos locais ocupados por populações humanas que interagiram com o rio.

Foram, portanto, dois os critérios utilizados para definir a região que compreende a pesquisa. O primeiro considerou a extensão do rio dentro do território municipal, urbano e rural. Esse é então, um recorte predominantemente biofísico, pois considera o trajeto feito pelo rio. O segundo critério utilizado considerou as relações estabelecidas entre a população e o rio, pois "o espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade" (SANTOS, 1988, p. 25-26). O recorte

[1] Compreende-se por bacia hidrográfica, o conjunto de terras drenadas por um rio e seus afluentes, formada nas regiões mais altas do relevo por divisores de água, onde as águas das chuvas, ou escoam superficialmente formando os riachos e rios, ou infiltram no solo para formação de nascentes e do lençol freático (GARCIAS, 2001, p. 188).

regional da pesquisa definiu-se pela combinação destes dois critérios, um biofísico e outro social, estabelecidos pela relação humana com o ambiente em questão.

Nesta pesquisa, apresentamos um estudo em perspectiva histórica sobre o rio Passo Fundo. Analisamos a forma como o problema da poluição hídrica foi impactando o município, que teve sua origem e desenvolvimento urbano junto a este rio. Identificamos em que medida as iniciativas e políticas públicas afetaram a história desse bem ambiental, bem como procuramos ressaltar a atuação dos agentes sociais que, de algum modo, envolveram-se com os problemas da contaminação das águas do rio Passo Fundo. Essa perspectiva histórica permite perceber como, em diferentes épocas, a conservação do rio Passo Fundo foi tratada e como diferentes soluções foram propostas ou encaminhadas.

Partindo da análise de dados provenientes das fontes e baseando-se nas metodologias, conceitos e delimitações acima expostos, o primeiro capítulo da dissertação irá analisar as relações humanas com rio Passo Fundo entre 1934 e 1970. Ele parte de sua caracterização ecológica e identifica suas descrições e representações. Identifica também os usos humanos e as iniciativas públicas que impactaram o rio e, por último, analisa os reflexos da expansão urbana em direção ao rio Passo Fundo nesse período.

O Capítulo 2 tem como objetivo analisar a influência das preocupações ambientais com o rio Passo Fundo, entre os anos de 1971 e 1993, sobre sua conservação. Ele aborda o início dos movimentos ecológicos e de que maneira a legislação evidenciou essas preocupações e/ou outros interesses na utilização das águas do rio**.** Analisa o impacto das políticas públicas de meio ambiente sobre as ações da população e, ainda, alguns casos de poluição do rio que se destacaram nesse contexto.

Por fim, o terceiro capítulo identifica e analisa as ações sociais sobre o rio Passo Fundo, de 1994 a 2007, compreendendo como as mudanças nas políticas públicas e na legislação passaram a estabelecer mecanismos de proteção e conservação para esse meio, culminando no decreto que declarou o rio patrimônio municipal e compreendendo, por fim, como elas impactaram a relação e os usos humanos das águas do rio Passo Fundo.

1 O RIO PASSO FUNDO (1934 – 1970)

O ser humano pertence ao ambiente natural, ele não o criou: terra, montanhas, rochas, árvores, os mais diversos tipos de vegetação, a água, os rios, os lagos, cachoeiras, etc., nada disso foi criação humana. Contudo, o conceito de natureza e a ideia que as sociedades construíram acerca do mundo natural, é produto das concepções humanas que variaram de acordo com cada contexto histórico.

O aparecimento da história ambiental liga-se, portanto, a ausência da dimensão biofísica em grande parte da historiografia contemporânea. Ainda existe, de fato, uma presença forte do enfoque "flutuante", no sentido de a humanidade flutuar acima do planeta, como se os seres humanos não fossem animais mamíferos que precisam cotidianamente se alimentar de elementos minerais e biológicos existentes na Terra. Como se não fossem seres que, além de estabelecer "contatos" pontuais, "vivem por meio do mundo natural, dependendo dos fluxos de matéria e energia que garantem a reprodução da atmosfera, da hidrosfera, da biosfera, e assim por diante" (PÁDUA, 2010, p. 91).

Assim, neste capítulo, refletiremos sobre a história dos usos que os seres humanos fizeram das águas do rio Passo Fundo, no período que vai de 1934 a 1970, analisando, principalmente, se ocorreram mudanças como consequência das primeiras legislações que procuraram regular a utilização dos recursos hídricos nacionais a partir desse período.

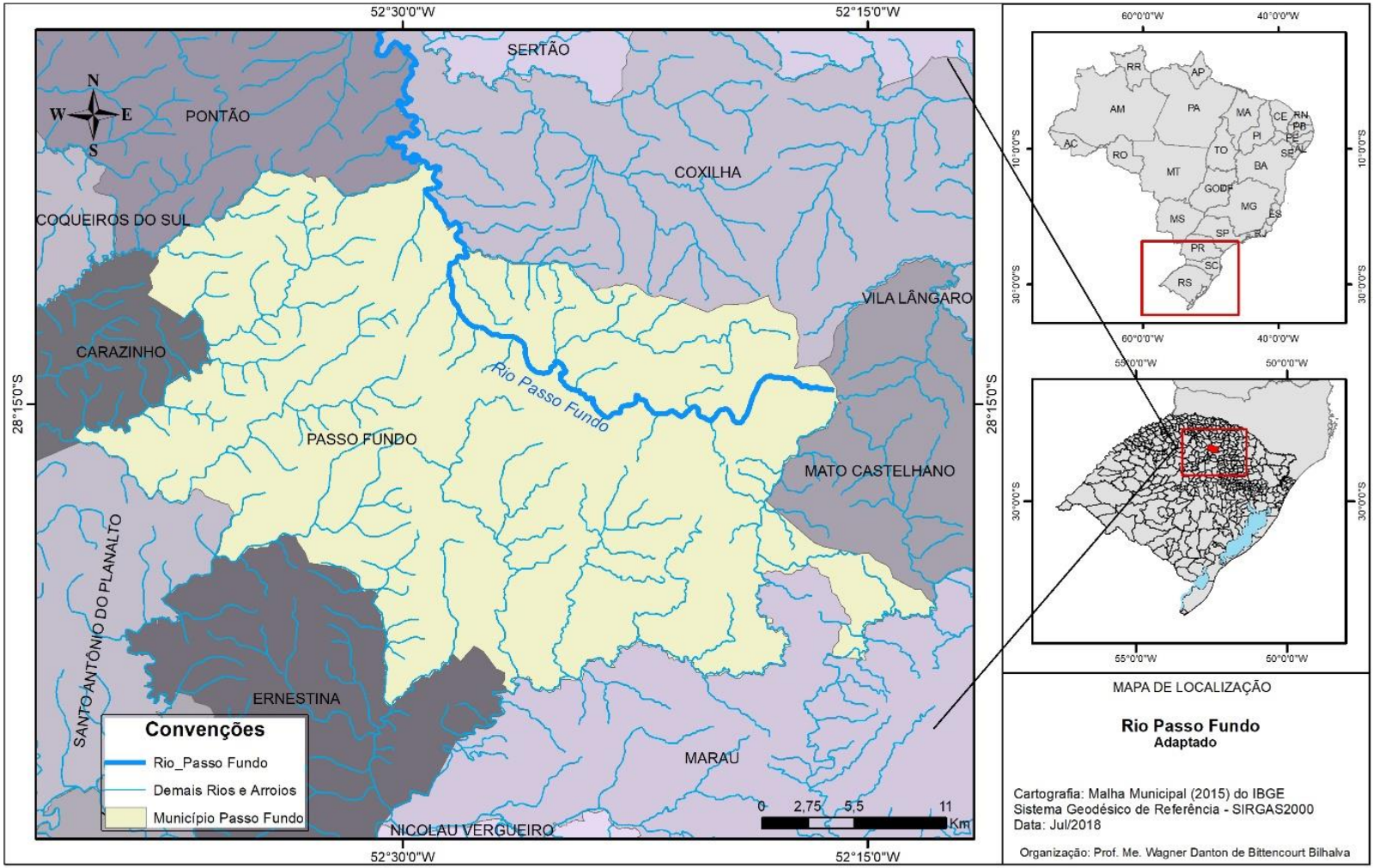
1.1 O rio e a formação de Passo Fundo

Existe mais de um rio Passo Fundo. O rio físico, como ele foi no passado e como ele é hoje, e o rio da memória e do imaginário, construído socialmente ao longo do tempo e a partir das vivências de cada um. Agora, será apresentado o rio físico, com suas características geográficas e biológicas, para que, posteriormente, possa-se compreender o rio social e cultural construído a partir deste. De acordo com o autor Afrânio de Carvalho:

> O rio, no seu todo, compõe-se de três elementos, água, leito e margem, dos quais a água é o principal, servindo o leito e a margem para contê-la. Ao passo que a água é um elemento autônomo, o leito e a margem se completam e solidarizam na função de continente dela. A margem, como prolongamento lateral ascendente do leito ou álveo, chega até a orla saliente da calha do rio, onde serve para lindar a contenção da água no seu curso normal. Na parte mais baixa, também é chamada de praia, e na mais alta, de ribanceira, ou barranca, pois costuma haver uma gradação, maior ou menor, de uma para outra, embora seja por vezes quase repentina a mudança, como nos "canhões" do rio. Assim como o leito, a margem é parte integrante do rio, mas ao mesmo tempo, ambos não passam realmente de extremidades do solo ribeirinho, dada a homogeneidade de sua composição (1986, p. 121).

O rio Passo Fundo é o principal rio que atravessa o município, inicialmente no sentido Leste-Oeste e, posteriormente, no sentido Sul-Norte.

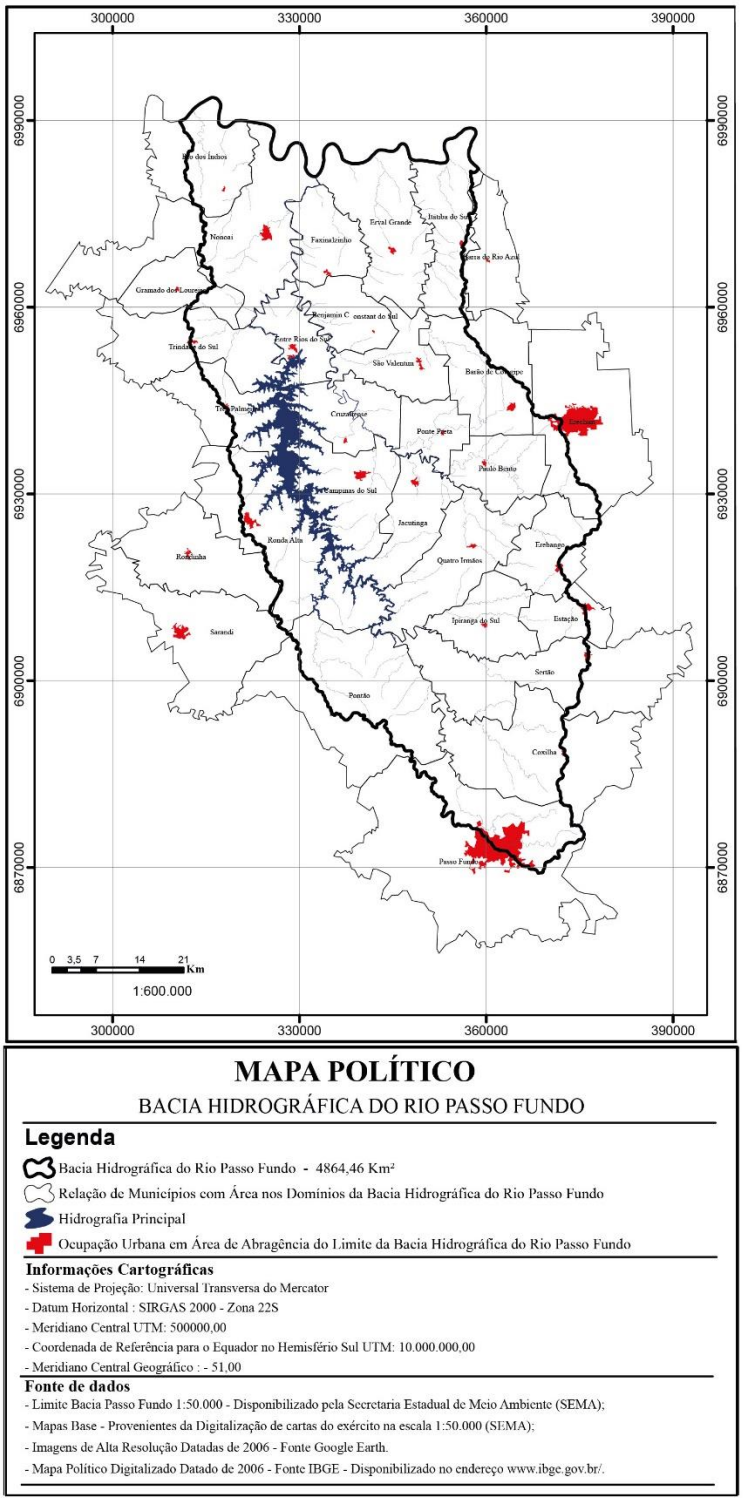
Mapa 1: Trajeto do rio Passo Fundo pelo município



Fonte: BILHALVA, 2018

Pertencendo a Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo, é um de seus principais formadores, juntamente com os rios Índio e Erechim e os arroios Butiá e Timbó:

Mapa 2: Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo



MAPA POLÍTICO

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PASSO FUNDO

Legenda

- Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo - 4864,46 Km²
- Relação de Municípios com Área nos Domínios da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo
- Hidrografia Principal
- Ocupação Urbana em Área de Abragência do Limite da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo

Informações Cartográficas

- Sistema de Projeção: Universal Transversa do Mercator
- Datum Horizontal : SIRGAS 2000 - Zona 22S
- Meridiano Central UTM: 500000,00
- Coordenada de Referência para o Equador no Hemisfério Sul UTM: 10.000.000,00
- Meridiano Central Geográfico : - 51,00

Fonte de dados

- Limite Bacia Passo Fundo 1:50.000 - Disponibilizado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA);
- Mapas Base - Provenientes da Digitalização de cartas do exército na escala 1:50.000 (SEMA);
- Imagens de Alta Resolução Datadas de 2006 - Fonte Google Earth.
- Mapa Político Digitalizado Datado de 2006 - Fonte IBGE - Disponibilizado no endereço www.ibge.gov.br/.

Fonte: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA – DRH. Plano da Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo (2011). Adaptado pela autora.

O rio se destaca por ser uma valiosa reserva de biodiversidade aquática, vivendo nesse ambiente aproximadamente 60 espécies de peixes, entre lambaris (*Astyanax bimaculatus* Linnaeus, 1758), bocudos (*Oligosarcus brevioris* Menezes, 1987), traíras (*Hoplias malabaricus* Bloch, 1794) e jundiás (*Rhamdia quelen* Quoy & Gaimard, 1824), além de centenas de outros organismos (GRANDO, 2007, p. 408-409).

Entre suas utilizações atuais destacam-se a geração de energia hidrelétrica, o abastecimento da pecuária, da agricultura, da indústria e da população dos municípios por onde passa. Mas e no passado? Que usos o rio teve? Esses usos mudaram à medida que o tempo passou? No decorrer desse capítulo procurar-se-á responder essas perguntas.

É possível que a necessidade de estar próximo de boas fontes de recursos hídricos, tenha sido um dos fatores que influenciaram à fixação dos primeiros grupos humanos na região onde hoje encontra-se o município de Passo Fundo.

O povoamento desse território se deu há cerca de 12 mil anos antes do presente. Por volta de 2.500 anos atrás ocorreu uma invasão de duas levas de populações "ceramistas", agricultoras, de matriz cultural distinta, Tupi e Macro-Jê, respectivamente originárias da Amazônia e do Centro-Oeste do Brasil:

> Elas trouxeram consigo modelos de organização sociopolítica e economia baseada no manejo agroflorestal e de adaptabilidade, distintos das outras populações pré-ceramistas que viviam no Sul. Como se pode inferir dos registros arqueológicos regionais, essas populações tinham uma capacidade de reprodução biológica e cultural tais que em cerca de 1.000 anos dominaram as margens das principais bacias hidrográficas, expulsando, assimilando ou exterminando as populações que ali viveram por cerca de 10.000 anos (NOELLI, 2000, p. 228).

Apesar de viver em constantes deslocamentos, foi, possivelmente, a existência de abundantes fontes hídricas na região que influenciou a fixação e a forma de vida dessas comunidades. Como considerou o arqueólogo Arno Kern:

> A partir da Amazônia e em toda a costa Atlântica, desenvolvem-se migrações de grupos Tupis e Guaranis [...] Rumando no início para o nordeste do Brasil, e posteriormente para o sul, os Tupis ocuparam grande parte da costa leste, desde o Equador até o Trópico de Capricórnio, no litoral de São Paulo. [...] Os guaranis, por sua vez, desceram da Amazônia para o sul, pelos caminhos hidrográficos da bacia platina. Instalaram-se desde o sul do Mato Grosso e do Trópico de Capricórnio até a foz do rio da Prata, ocupando ainda o litoral sul-brasileiro. [...] Suas aldeias e seus territórios de caça, pesca e coleta, ocuparam amplos espaços nos férteis vales dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí, bem como nos de seus afluentes (1998, p. 104).

Ocupantes de parte do território dos índios do Pampa e do Planalto, os Guaranis fizeram incursões militares contra os grupos Charruas, Minuanos e Caingangues (GOLIN, 1999, p. 37)

e desse modo, o que seria o futuro território de Passo Fundo, há muito era habitado por Guaranis e, principalmente, Caingangues (BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 33).

Portanto, desde os primórdios da ocupação humana no território desta região, o rio Passo Fundo fez parte da paisagem. Chamado pelas populações indígenas que habitavam as redondezas de Uruguai Mirim, que significa pequeno (SILVEIRA apud GERHARDT, 2015, p. 123), com o passar do tempo, para o povoamento e os que passavam pela região, o rio Passo Fundo tornou-se referência. O passo era o lugar de passar o rio, conforme a toponímia: fundo e, portanto, difícil de se transpor (GERHARDT, 2015, p. 123).

Ainda conforme o historiador Marcos Gerhardt, cabe destacar que a expressão "passo" é comum no espaço estudado, e existem diversos topônimos indicando o local onde era possível passar de uma margem a outra do rio, ou seja, o nome estava ligado a uma prática e uma localização" (2015, p. 104).

A partir do século XVII os primeiros sacerdotes jesuítas começaram a chegar nas terras onde hoje se encontra o Rio Grande do Sul, fundando aqui, não sem conflitos, diversas reduções. Entre elas está Santa Teresa do Curiti, fundada em 1632 e provavelmente localizada nas proximidades de onde hoje se encontra a cidade de Passo Fundo (CAFRUNI, 1966, p. 93). O autor Jorge Cafruni argumentou a importância dos rios para a escolha do lugar de fixação nesse período, citando indiretamente a nascente[2] do rio Passo Fundo:

> Dois locais, ao tempo dos jesuítas, tiveram proeminência, no território passofundense: o Igairi-apipe (cabeceira do Igaí, ou Jacuí, no atual Povinho da Entrada ou Povinho Velho, junto ao Mato Castelhano; e o Rincão do Pessegueiro, proximidades do Pulador. No Povinho da Entrada, implantou-se primeiramente, a Redução de Santa Teresa, depois transferida para o Rincão do Pessegueiro, por temor da penetração bandeirante, pelo Mato Castelhano (1966, p. 24).

Segundo Cafruni, a localização da nascente do rio Jacuí, distante menos de 500 metros da nascente do rio Passo Fundo, teria sido o local onde os jesuítas espanhóis fundaram sua redução em 1632.

Outro autor, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, tratando dos aspectos geográficos de Passo Fundo discorreu brevemente sobre as características hidrográficas do local:

---

[2] Por nascente considera-se "qualquer descarga superficial de água grande o suficiente para fluir em um pequeno arroio pode ser chamado de nascente" (DAVIS apud FELIPPE; MAGALHÃES, 2013, p. 73). O Art. 89 do Código de águas de 1934 considera uma nascente a água que surge naturalmente ou por indústria humana, e corre dentro de um só prédio particular, e ainda que o transponham [...] (BRASIL, 1934, p. 10). Recentemente a Lei Federal 12.651/2012 em seu Art. 3º item XVII considera nascente como o "afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água" (BRASIL, 2012).

> A riqueza hidrográfica do município é tal, que nenhuma outra região do mundo poderá em igual área apresentar maior número de cursos nem mais feliz distribuição do precioso liquido tão necessário aos três reinos da natureza. A não ser pelo espinhaço da Coxilha Geral e suas ramificações, raramente o viajante andará mais de um quilômetro sem encontrar água abundante e deliciosa, já nos arroios e rios, que em todas as direções deslizam em busca das principais artérias hidrográficas, já nos vigorosos olhos d'água que por toda a parte rebentar a ferver, como que acionados pelo calor de um fogo invisível, muitos deles sem escoadouro pela superfície do solo, e sim por condutos subterrâneos (1990, p. 72).

Especificamente sobre o rio Passo Fundo, Oliveira destacou:

> Este rio, antigamente chamado Uruguai-mirim, nasce na mesma coxilha que o do Peixe [Piraçucê], banha a cidade do mesmo nome, os Campos da Entrada, do 3º distrito [Coxilha], do Butiá, dos Quatro Irmãos, do Valinho, do Bugre, do Sarandi, do Arvoredo e o sertão do Uruguai, chegando a esse rio com um curso de cerca de 200 quilômetros. Recebe, pela margem direita, o Miranda [arroio], o Butiá, o do Facão com seu afluente Teixeira, o do Meio, o dos Pinheiros Altos, o do Carajá, o do Veado, o do Carreiro e do Erechim, que é o maior de todos e tem um curso cerca de 100 quilômetros; e, pela esquerda, o dos Moinhos, o Passo D'Areia, o Bugre, o Sarandi e da Divisa, além de outros no município de Palmeira (1990, p. 75).

É evidente que este autor, um memorialista, cometeu exageros, sendo tomado pelo romantismo que exalta de maneira exacerbada as características naturais de Passo Fundo, neste caso específico. Entretanto, suas considerações demonstram a importância do rio e sua presença constante na vida de quem se estabeleceu ou passou por esse local naquele período.

Após emancipar-se, em 1857, Passo Fundo começou a se desenvolver. O crescimento econômico passou a promover, aos poucos, o processo de urbanização. A partir da década de 1910, as moradias começaram a alcançar a ponte do rio Passo Fundo, na atual Avenida Brasil, local antes denominado Passo (MIRANDA; MACHADO, 2005, p. 58).

Nas primeiras décadas do século XX, a economia da região de Passo Fundo utilizava uma forma tradicional de produção, baseada no consumo intenso de bens naturais. A água servia, além de todos os seus outros usos, para a geração de energia (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 79). Os vales do rio Passo Fundo, apresentavam muitos cultivos, como os de cana de açúcar, banana, ananás, goiaba, limão e laranja. A agroindústria cresceu, surgiram diversas fábricas, frigoríficos e moinhos (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 85).

A década de 1930 marcou o início de significativas mudanças no panorama nacional e regional. Coronéis passofundenses fizeram parte do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luiz e fez de Getúlio Vargas chefe de um Governo Provisório.

Márcia Maria de Medeiros destacou que "o que chama a atenção sobre a vida política de Passo Fundo na década de 1930 é justamente isso: uma movimentação forte, uma

organização digna de nota, que logicamente salientava os chefes políticos locais" (1998, p. 104). Economicamente, o município caracterizava-se, principalmente, pela atividade agrícola, destacando-se a cultura do trigo. O comércio e os serviços também se tornaram importantes atividades econômicas para município a partir de então (MEDEIROS, 1998, p. 110-111).

Este período de mobilizações políticas e de crescimento econômico, marcou o contexto de construção da ponte em estilo francês, transpondo uma das maiores barreiras que o rio Passo Fundo impôs à urbanização, nas proximidades da confluência entre a Avenida Brasil e a rua Ângelo Preto (PMSB, 2014, p. 190):

> No local onde a Avenida Brasil cruza o rio, havia uma ponte com uma amurada de pedra trabalhada, simples e imponente ao mesmo tempo, uma cópia das pontes de Paris [...]. Entre 1926 e 1928, quando intendente do município [Armando Araújo Annes], contratou Dante Mosconi e deu-lhe as orientações tendo por bases suas recordações de Paris. A obra alcançou vinte e três metros de comprimento e sete de largura. Feita com pedras fixadas com cimento vindo da Inglaterra, pois aqui não havia, apresentava três arcos e quatro pilares. Em sua amurada foram colocados quatro candelabros de ferro para a iluminação (SALTON, 2007, p. 181).

Segundo os historiadores Fernando de Miranda e Ironita P. Machado, a nova ponte de alvenaria e pedra servia, principalmente, como acesso ao Matadouro Municipal. Mais tarde, ela foi duplicada, mantendo sua estrutura original em arco (2005, p. 102), que pode ser vista na Figura 1.

Figura 1: Ponte de pedra sobre o Rio Passo Fundo, construída entre 1926 e 1928

Fonte: MIRANDA; MACHADO, 2005, p. 102

É possível notar por meio da Figura 1, que não existia vegetação ciliar neste trecho das margens. Observa-se também a existência de uma estrada de acesso, bem como, de algumas casas em seu entorno, demonstrando o convívio da população com o rio.

Até a década de 1930, a maior parte da água que a população utilizava era diretamente retirada dos rios, arroios, sangas e nascentes espalhadas pelo território, ou de poços particulares, pois até esse período não existiam poços públicos. Existiu, ainda, a possibilidade de abastecer-se por meio do Chafariz da Mãe Preta, criado em 1863 e utilizado pela população para o abastecimento de água potável até meados do século XX, como identificou o historiador Diego Baccin em sua Dissertação *"Em memória da cativa, uma memória que cativa? Análise da construção dos monumentos, da memória e da patrimonialização do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe de Passo Fundo"*, na qual analisou, entre outras questões, o contexto de criação desse monumento (2014, p. 12).

A partir de 1934, os primeiros poços públicos começaram a ser perfurados e, inicialmente, estavam posicionados no centro da cidade. O primeiro poço público localizava-se na Praça Marechal Floriano (*O Nacional*, 16 jan. 1934, p. 4). Como consequência desta realidade, a relação da população com os rios era estabelecida de uma maneira muito próxima, cotidiana. Havia a necessidade e não haviam barreiras, principalmente, legais.

Foi com o primeiro Código de Águas brasileiro, instituído em 1934, que o Estado começou a regular, de forma centralizada, os usos dos recursos hídricos nacionais. Contudo, as mudanças na relação humana com o rio não foram imediatas e acabaram não afetando a mentalidade ou as ações da população por um longo período, como veremos a seguir.

1.2 Regulação estatal dos recursos hídricos nacionais

A partir de 1930 ocorreram no Brasil mudanças institucionais importantes. Depois da Revolução de 1930 e com o início do governo provisório de Getúlio Vargas houve um grande impulso à burocratização estatal e a centralização política e econômica governamental (FONSECA, 1999, p. 147). Cardoso de Mello procurou identificar as práticas da política econômica do governo Vargas naquele período e acentuou que:

> [...] a partir de 1933 inaugurou-se nova etapa, denominada [...] *industrialização restringida,* "porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força e trabalho e parte crescente do capital constante industrial; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial" (MELLO apud FONSECA, 1999, p. 175-176, grifo do autor).

Além do impulso ao processo de industrialização, outra característica importante marcou a forma de atuação do governo Vargas: o intervencionismo estatal. O aprofundamento do intervencionismo evidenciou-se através da burocratização, racionalização e centralização da tomada de decisões, que se constituíram como um verdadeiro processo de transformação capitalista (FONSECA, 1999, p. 183).

Com o fim do governo provisório, em 1934, Getúlio Vargas assumiu como mandatário do país e, a partir de sua atuação política, o governo foi criando mecanismos de controle, entre eles, novas leis, instituições, nova Constituição e novos códigos (FONSECA, 1999, p. 191).

Assim, o primeiro Código de Águas brasileiro[3], significou o início da governança da água no país. Instituído pelo Decreto nº. 24.643 de 10 de julho de 1934 e:

> Considerando que o uso das águas no Brasil tem-se regido até hoje por uma legislação obsoleta, em desacordo [sic] com as necessidades e interesse da coletividade nacional; Considerando que se torna necessário modificar esse estado de coisas, dotando o país de uma legislação adequada que, de acordo [sic] com a tendência atual, permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas; Considerando que, em particular, a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional (BRASIL, 1934).

É importante destacar que, no início do século XX, o governo brasileiro optou por impulsionar o modelo econômico industrial. O estabelecimento desse modelo passou a exigir uma maior utilização da energia elétrica para a geração de riquezas. Caracterizado por ações de

[3] De acordo com o autor Janes Jorge, a influência da iniciativa privada em detrimento do poder público teve relação com o protelamento da instituição do Código de Águas. A Light, empresa responsável por gerar, distribuir e comercializar energia elétrica em São Paulo, atuou para afastar o poder público da efetiva administração dos rios de São Paulo. "Como não havia referência à exploração de recursos hídricos na Constituição de 1891 [...] em 1909 foi elaborado por Alfredo Valadão, a pedido do presidente Nilo Peçanha, o projeto de um Código de Águas. Mas ele ficou paralisado no Congresso Nacional até a década de 1920, em grande parte devido à influência política da Light". O que a empresa temia era uma regulamentação estatal que restringisse e impusesse limites a sua atuação. Assim, foi apenas mais tarde, em 1934, que o governo federal promulgou o decreto que instituiu o Código de Águas (2017, p. 70).

governo que fomentaram o financiamento e o incentivo à produção (CÂMARA, 2013, p. 137) o Código de Águas teve como objetivo central regular e incentivar o aproveitamento da água:

> Nesse sentido, a tomada de decisões "[...] dirigia-se no sentido do rápido crescimento da economia, com sérias consequências, comumente desprezadas, em termos da exploração e de destruição do meio ambiente". Essa perspectiva pode ser exemplificada pelo Código de Águas de 1934, o qual não objetivava promover "[...] uma gestão ecologicamente saudável dos recursos hídricos", mas sim o crescimento do país (nesse caso, permitindo o aumento da produção de energia hidrelétrica e, consequentemente, da indústria), com base numa política setorial de curto prazo (CAVALCANTI, 2004, p. 1).

No intuito de clarear possibilidades e responsabilidades, o Código de Águas as dividiu em três categorias distintas: públicas, comuns e particulares. As águas públicas dividiam-se, ainda, em de uso comum e dominicais. Constituíam águas públicas de uso comum:

> Art. 2º [...] a) os mares territoriais, nos mesmos incluídos os golfos, bahias, enseadas e portos; b) as correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou flutuáveis; c) as correntes de que se façam estas águas; d) as fontes e reservatórios públicos; e) as nascentes quando forem de tal modo consideráveis que, por si só, constituam o "caput fluminis"; f) os braços de quaisquer correntes públicas, desde que os mesmos influam na navegabilidade ou flutuabilidade. [...].
> Art. 3º A perenidade das águas é condição essencial para que elas se possam considerar públicas, nos termos do artigo precedente. [...]
> Art. 4º Uma corrente considerada pública, nos termos da letra b) do art. 2º, não perde este caráter porque em algum ou alguns de seus trechos deixe de ser navegável ou flutuável (BRASIL, 1934).

Ainda de acordo com o Código, eram águas públicas dominicais todas aquelas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não forem do domínio público de uso comum, ou não forem comuns. São particulares as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns (BRASIL, 1934, p. 2). No que tange a relação de propriedade, o Código estabeleceu que as águas poderiam pertencer à União, aos estados e aos municípios:

> Art. 29. As águas públicas de uso comum, bem como o seu álveo, pertencem:
> I – A União: a) quando marítimas; b) quando situadas no Território do Acre, ou em qualquer outro território que a União venha a adquirir, enquanto o mesmo não se constituir em Estado, ou for incorporado a algum Estado; c) quando servem de limites da República com as nações vizinhas ou se estendam a território estrangeiro; d) quando situadas na zona de 100 quilômetros contigua aos limites da República com estas nações; e) quando sirvam de limites entre dois ou mais Estados; f) quando percorram parte dos territórios de dois ou mais Estados.
> II – Aos Estados: a) quando sirvam de limites a dois ou mais Municípios; b) quando percorram parte dos territórios de dois ou mais Municípios.
> III – Aos Municípios: a) quando, exclusivamente, situados em seus territórios, respeitadas as restrições que possam ser impostas pela legislação dos Estados (BRASIL, 1934).

Diante das aplicações impostas pelo Código de Águas de 1934, a nascente do rio Passo Fundo continuou sendo de propriedade privada. Toda a extensão do curso d'agua do rio Passo Fundo estabeleceu-se como de responsabilidade do Estado, por abranger uma área de mais de dois municípios.

Destaca-se ainda, uma insipiente iniciativa referente aos aspectos de conservação da qualidade da água. De um total de 204 artigos, somente quatro referem-se ao tema:

> Art. 109. A ninguém é lícito conspurcar ou contaminar as águas que não consome, com prejuízo de terceiros.
> Art. 110. Os trabalhos para a salubridade das águas serão executados à custa dos infratores, que, além da responsabilidade criminal, se houver, responderão pelas perdas e danos que causarem e pelas multas que lhes forem impostas nos regulamentos administrativo.
> Art. 111. Se os interesses relevantes da agricultura ou da indústria o exigirem, e mediante expressa autorização administrativa, as águas poderão ser inquinadas, mas os agricultores ou industriais deverão providenciar para que as se purifiquem, por qualquer processo, ou sigam o seu esgoto natural.
> Art. 112. Os agricultores ou industriais deverão indenizar a União, os Estados, os Municípios, as corporações ou os particulares que pelo favor concedido no caso do artigo antecedente, forem lesados (BRASIL, 1934).

Seguindo características semelhantes, a Constituição Brasileira de 1934 foi a primeira Constituição do país, que tratou do meio ambiente de forma clara, considerando de quem era a competência de gestão, além dos aspectos econômicos e de desenvolvimento que foram implicados à ele (ANTUNES, 2016, p. 1285). Em seu artigo 5º, entre outros tópicos, destacou que "compete privativamente à União: [...] legislar sobre: [...] j) bens do domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, *águas*, energia hidrelétrica, florestas, caça e pesca e a sua exploração" (BRASIL, 1934, grifo nosso). Outros artigos da Constituição foram ao encontro da concepção intervencionista e de desenvolvimento industrial que marcou o governo desse período, são eles:

> Art. 20 - São do domínio da União: [...]
> II - os lagos e quaisquer correntes em terrenos do seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro. [...]
> Art. 118 - As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.
> Art. 119 - O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei. [...]
> § 2º - O aproveitamento de energia hidráulica, de potência reduzida e para uso exclusivo do proprietário, independe de autorização ou concessão.

> § 4º - A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do País (BRASIL, 1934).

Em face do exposto, fica claro que o objetivo do Estado brasileiro, demonstrado por meio do Código de Águas e da Constituição Federal de 1934, era "controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas" enfocando-as como um "recurso" dotado de valor econômico passível de amplo aproveitamento, voltado primordialmente para a energia hidráulica e para a indústria. Conclui-se, portanto, que o foco das iniciativas governamentais não estavam na preservação ambiental hídrica naquele período.

1.3 Usos múltiplos do rio Passo Fundo

Como considerou Donald Worster, o segundo nível da história ambiental identifica como as sociedades se relacionaram, usaram e como organizaram as suas práticas em torno do ambiente (1991, p. 202). O ser humano pode se adaptar ao meio em que vive e assim, acaba moldando a sua cultura material de acordo com o que ela os proporciona (CORDEIRO, 2008, p. 120).

Sabendo que, tanto o Código de Águas, quanto a Constituição Federal de 1934, foram legislações que representaram a regulamentação do uso dos recursos hídricos nacionais, analisar-se-á a seguir, quais foram os ideais, objetivos, projetos e usos múltiplos feitos da água do rio Passo Fundo entre 1934 e o início da década de 1970, entendida como marco inicial dos esforços e políticas de proteção ambiental, tanto em âmbito mundial e nacional, quanto municipal.

A partir da década de 1930, os usos da água dos rios passaram a ser mais abrangentes, iniciando-se os serviços públicos ou privados de abastecimento e de produção e distribuição de energia elétrica, ofertado às populações. O impacto desses projetos de aproveitamento, defendidos pelo Código de Águas, não demorou para ser sentido no município.

A primeira publicação que abordou o tema, veio de um artigo publicado na capa do jornal *O Nacional* e escrito por Mauricio de Medeiros[4], em 1935. Sob o título "Anauê! Código de aguas! [sic]", o autor criticou a ação do governo federal de rever o Código em favor de "*trusts*"[5] estrangeiras, o que ia na direção oposta dos princípios de nacionalização das quedas d'agua. Medeiros fez, assim, um apelo à Ação Integralista Brasileira[6], à qual referiu-se inclusive no título do artigo, por meio da saudação Anauê. Mesmo declarando não simpatizar com todos os ideais integralistas, Medeiros reconhecia a defesa que faziam do nacionalismo e acreditava que, por isso, o grupo se interessaria em intervir em tal demanda – a garantia do controle de empresas concessionárias nacionais sobre a produção de energia hidroelétrica.

Essa flexibilização na permissão estatal sobre a exploração hídrica, foi mais um indício de que, diante do que foi apresentado pelo Código de Águas, o principal objetivo em relação aos recursos hídricos do país, naquele momento, estava ligado ao seu uso sistemático, afim de gerar riqueza, não interessando se este seria feito por empresas nacionais, estrangeiras, públicas ou privadas.

Desde o século XIX o intuito das autoridades brasileiras era utilizar ao máximo o ambiente para o desenvolvimento do país. Arruda exemplificou essa realidade ao identificar que as autoridades do Paraná projetaram, por muito tempo, meios de transformar os rios do estado em redes de comunicação pelo território. Mais tarde, ao não conseguir realizar esse projeto, as atenções voltaram-se para a possibilidade de aproveitar a força hidráulica dos rios para a produção de energia elétrica (2008, p. 95-96). Desse modo, identificamos esses mesmos propósitos em relação ao rio Passo Fundo, mesmo que fins da década de 1940. Ainda segundo Arruda "a lógica que comandava a apropriação dos rios era consoante com os tempos da presença crescente da técnica presidindo as relações humanas com a natureza" (2008, p. 121) e podemos associar a essa mentalidade, o fato de terem sido realizados estudos que procuravam identificar as possibilidades de utilização de muitos outros rios da região. O ideal governamental de utilizar os bens naturais como "recursos", objetivando a geração de riqueza, afetou os principais rios das cercanias de Passo Fundo, entre eles o Jacuí, Taquari, Capiguí e o

[4] Mauricio Campos de Medeiros foi médico, jornalista, Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro entre 1921-1922 e 1927-1930 e Ministro da Saúde entre 1955-1958. Como jornalista, colaborou para os jornais *Gazeta de Notícias*, *Correio Paulistano* e *A Notícia*, entre outros. Crítico dos rumos tomados pela Revolução de 1930, na condição de jornalista, escreveu vários artigos contra ações do governo de Getúlio Vargas (CALICCHIO, 2010, p. 1).

[5] Acredita-se que com *trust* o autor quis se referir à *truste*: "Tipo de estrutura empresarial na qual várias empresas, já detendo a maior parte de um mercado, combinam-se ou fundem-se para assegurar esse controle, estabelecendo preços elevados que lhes garantam elevadas margens de lucro" (SANDRONI, 1999, p. 616).

[6] Criada em 1932 a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento político de retórica nacionalista, liderada por Plínio Salgado.

próprio rio Passo Fundo. Cada um destes cursos d'água foi afetado de maneiras diferentes pelos projetos idealizados naquele contexto.

Na década de 1940 Passo Fundo abrangia uma área de 4.290,00 km² e tinha uma densidade demográfica de 18,68 hab./km² (GOSH, 2002, p. 95-96), era um município em processo de expansão. Esse período marcou a ampliação dos estudos para a realização das ações estatais de aproveitamento hídrico no município. O jornal *O Nacional* noticiou a visita do Presidente da Comissão Estadual de Energia Elétrica, que declarou que estavam sendo realizados estudos da queda do rio Passo Fundo a fim de analisar seus potenciais hídricos (*O Nacional*, 1 out. 1947, p. 1).

A realidade era que rio Passo Fundo não tinha, dentro da extensão do município, nenhuma queda suficientemente volumosa que tivesse condições de ser utilizada para a geração desse tipo de energia. Por isso, foi encontrada outra fonte para a produção de energia elétrica suficiente para o município: o arroio Capiguí. Nesse afluente do rio Taquari-Antas, foi instalada a Usina Hidroelétrica Capiguí, construída em duas fases.

A primeira unidade entrou em operação em 1933 e as outras duas unidades em uma ampliação ocorrida em 1956 (CEEE, 2011, p. 4). Além da precariedade da extensão da rede de energia elétrica no município, naquele período, a falta de energia nos pontos existentes era constante. Devido às frequentes secas e a pouca capacidade das usinas que abasteciam a cidade, a necessidade da população não estava sendo atendida, gerando inclusive racionamentos durante horas (*O Nacional*, 19 jun. 1935, p. 12; *O Nacional*, 19, jun. 1936, p. 18; *O Nacional*, 13 jan. 1945). Possivelmente, a realização de estudos que pudessem identificar que as águas do rio Passo Fundo gerassem energia elétrica estavam sendo realizados por esse motivo.

Naquele contexto, o jornal *O Nacional* noticiou recorrentemente, tanto a falta de energia elétrica, quanto a falta de água. Entretanto, infere-se que, naquele período, poucas pessoas tinham luz elétrica e água encanada em suas residências, as que tinham, possivelmente seriam moradores do centro da cidade, em sua maioria provenientes de famílias ricas. Por isso, não se pode esquecer que, cada classe social, e principalmente, dependendo do local do município em que as pessoas morassem, percebiam a escassez ou a abundância, bem como fariam uso da água de maneiras diferentes.

Além de suprir diretamente as necessidades básicas e fisiológicas[7] de água para as populações, o rio Passo Fundo também era utilizado como um local de lazer e socialização: tomava-se banho, realizavam-se piqueniques, churrascadas em famílias e passeios pelas

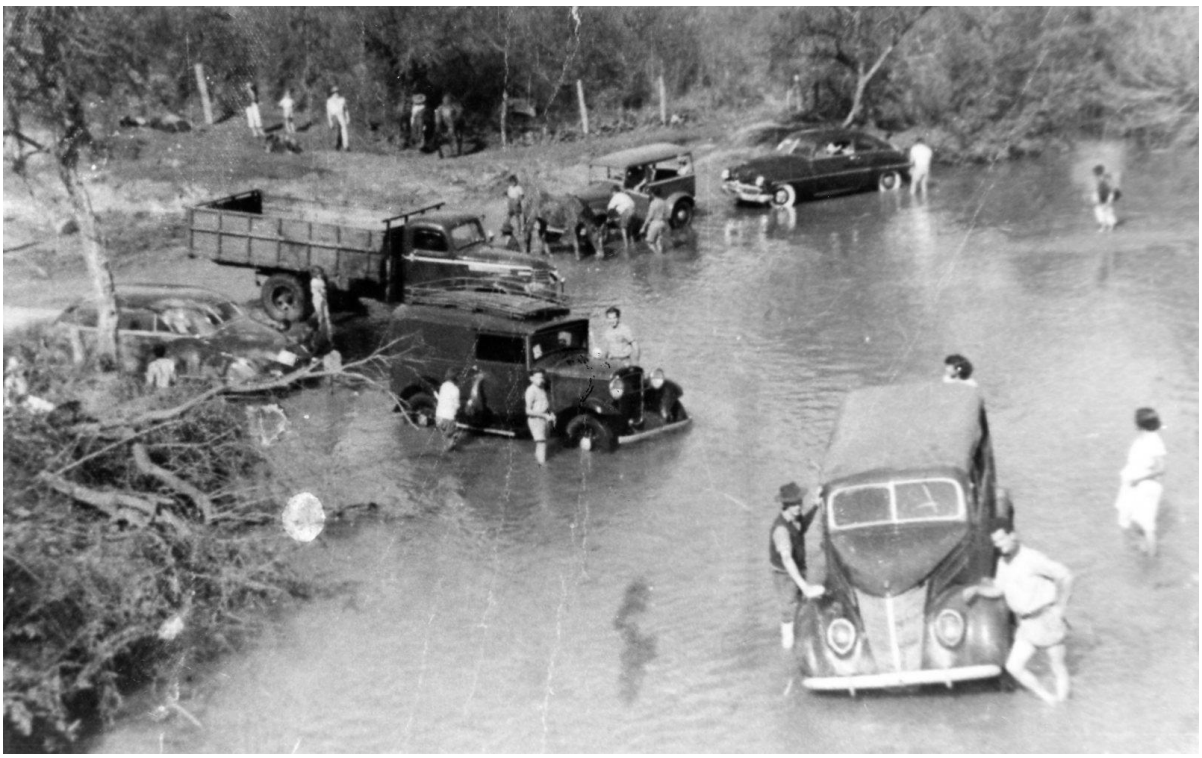
[7] Considera-se necessidade básica e fisiológica de água, aquelas que se relacionam com o ser humano como ser um biológico. No caso da água, entre essas necessidades estão: beber, produzir alimentos, cozinhar, lavar, etc.

margens. As águas eram límpidas e cristalinas, as sombras agradáveis, a vegetação exuberante e as pedras aconchegantes (*Diário da Manhã*, 1998, p. 6).

Como vimos anteriormente, existem autores que fazem uma descrição idealizada de como seria a convivência com o rio Passo Fundo. É possível que estar em contato com o rio, no passado, fosse realmente muito agradável, porém, é inegável a caracterização romantizada encontrada em muitas descrições, como por exemplo dizer que suas águas eram "límpidas e cristalinas".

Devido as caraterísticas físicas presentes no solo do rio Passo Fundo, suas águas tendem a ser turvas, o que impossibilitaria, mesmo no passado, que esse tipo de descrição pudesse ser verdadeira. O rio servia, ainda, como lugar de lavagem de carros nos fins de semana, como pode-se ver na Figura 2:

Figura 2: Rio Passo Fundo, próximo à ponte, em 1952



Fonte: MIRANDA; MACHADO, 2005, p. 103

Sob o título *Ponte francesa no rio Passo Fundo*, João Alberto Salton além de escrever sobre o tempo em que se podia andar de canoa, nadar e pescar no rio Passo Fundo, por volta dos anos 1950, destacou, também, o seu uso para banho e para lavar carros e roupas (2007, p. 180-181). O que se pode analisar, por meio da Figura 3, é a aparente falta de preocupação se

esse uso estava prejudicando as águas do rio, pois, a contaminação feita a partir dos resíduos que saiam dos veículos durante a lavagem é inegável.

No final dos anos 1950 a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), criada com o objetivo de prever e sistematizar o aproveitamento dos potenciais hidráulicos do Rio Grande Do Sul (CEEE, 2016), iniciou os estudos para o aproveitamento das águas do rio Passo Fundo.

Assim, no começo da década de 1960, iniciou-se os trâmites legais para a construção da Usina Hidroelétrica do rio Passo Fundo, possivelmente, na tentativa de solucionar a crise de energia elétrica que afligia o Rio Grande Do Sul. Porém, a Usina não foi construída no munícipio de Passo Fundo, mas no município de Entre Rios do Sul, onde as águas do rio Passo Fundo foram desviadas para seu afluente, o rio Erechim, aproveitando a formação de um desnível de aproximadamente 260 metros (CASALLI, 2009, p. 136) para a geração de energia elétrica.

Com o golpe civil-militar de 1964 e o início da Ditadura no Brasil, grandes obras de infraestrutura passaram a fazer parte dos projetos de governo, que tinham um objetivo desenvolvimentista, do qual também fazia parte o pacote tecnológico da "revolução verde"[8] na agricultura e a ocupação da Amazônia com incentivos fiscais[9] (PEREIRA, 2014, p. 5).

Inicialmente, o governo do estado firmou convênio com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) que abriu uma concorrência pública para a construção da usina. Posteriormente, a responsabilidade pelo projeto transferiu-se para a Eletrosul, subsidiária da Eletrobrás, ficando o DNOS responsável por sua fiscalização. Os trâmites legais e a construção da usina duraram aproximadamente 10 anos e por ocasião de sua inauguração, em 1973, o então Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, esteve presente (CASALLI, 2009, p. 133), o que representou a relevância dessa obra.

Juntamente à construção da Usina Hidroelétrica do rio Passo Fundo, que representou, em nível local, a efetivação do ideal de aproveitamento hídrico governamental, o que interferiu diretamente no rio Passo Fundo, dentro do município, foi a execução do projeto de saneamento municipal, o qual será analisado a partir de agora.

---

[8] A Revolução Verde foi um modelo agrícola baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. O processo de "modernização da agricultura" defendido no período da ditadura militar teve como objetivo aumentar a produtividade agrícola do país a partir da adoção dos pacotes tecnológicos pelos agricultores (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 44).

[9] Com o objetivo de ocupar e "desenvolver" a Amazônia, o regime militar impulsionou e promoveu grandes obras que envolveram grandes investimentos federais em infraestrutura viária, em usinas hidrelétricas e megaprogramas de exploração industrial de minérios, além de políticas de incentivos fiscais para o investimento de capital privado na agropecuária baseada em latifúndio ou na exploração mineral em escala de indústria (LIMA; POZZOBON, 2005, p. 65). Todos esses projetos provocaram um grande impacto socioambiental naquela região.

1.3.1 Abastecimento de água e serviços de esgoto

A preocupação com o saneamento em Passo Fundo, anunciado como serviços de água e esgoto, iniciou ainda entre os anos de 1917 e 1919. Nesse período, o perímetro urbano contava com cerca de 1.050 casas e uma população de aproximadamente 7.500 habitantes (RÜCKERT, 2017, p. 14). Ainda conforme o historiador Fabiano Rückert:

> Nesta parte da cidade, a "escassez" de água no verão e a dependência dos aguadeiros que comercializavam o líquido em pipas provocavam inconvenientes e dificultavam o cotidiano da população. Em 1917, durante a estiagem, a Intendência procurou coibir os abusos na venda da água instalando uma bomba de captação nas margens do Arroio Passo Fundo para uso dos aguadeiros. Além do preço excessivo, a qualidade da água fornecida nas pipas também preocupava a municipalidade. Diante deste contexto, a implantação de um sistema de abastecimento de água moderno tornou-se uma necessidade para Passo Fundo (2017, p. 14).

Entre as décadas de 1920 e 1930, algumas cidades gaúchas como Santa Maria, Cachoeira, Cruz Alta e Rosário, recorreram aos serviços de Saturnino de Brito, engenheiro reconhecido nacionalmente e responsável por projetos sanitaristas em cidades de todo o país (LOPES, 2013, p. 64). Brito entendia que somente através do cuidado com o ambiente e a salubridade das cidades é que se poderia alcançar a higiene desejada. O engenheiro defendia que:

> [...] Os administradores inteligentes e previdentes, como o são os das cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, só para citar as principais, estão prudentemente impondo a seus concidadãos os programas de melhoramentos; mas quem conhece o caráter deste povo, mesmo sem conhecer o estado prevê que amanhã será o próprio povo a exigir que acelerem as obras públicas, que satisfaçam as suas aspirações de ordem e de progresso porque não lhes faltará o justo apoio contemporâneo e o merecido reconhecimento do porvir. A necessidade inadiável do saneamento torna-se patente ao espírito de todos; é desagradabilíssima a impressão que produzem águas servidas correrem pelas sarjetas das ruas (BRITO apud LOPES, 2013, p. 68).

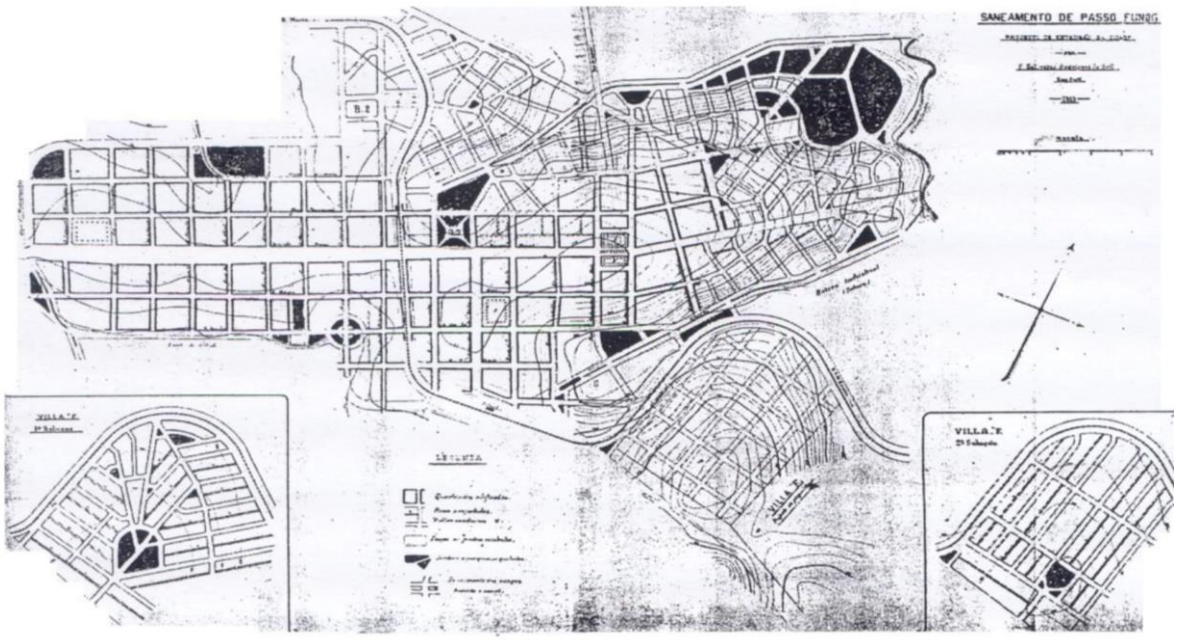
Passo Fundo também contratou Saturnino para realizar um projeto de saneamento para a cidade. O engenheiro acabou identificando que grande parte da Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo estava ocupada por propriedades rurais e que assim o risco de contaminação das águas a serem captadas para o abastecimento da população seria maior, entendendo ser importante que a Intendência Municipal desapropriasse "uma certa zona para proteção do curso" (BRITO apud RÜCKERT, 2017, p. 14).

Apesar do projeto ter sido elaborado entre 1917 e 1919, foi apenas mais tarde, na administração do subprefeito Maximiliano de Almeida que o assunto voltou a ser debatido, em fins de 1934, sendo sua execução iniciada somente no ano de 1946, essas duas datas servirão de referência para as análises que seguirão.

De acordo com os autores Madalosso e Damian:

> A Prefeitura Municipal havia ficado acéfala com a renúncia, em caráter irrevogável, do Prefeito Armando Annes. Assumiu em seu lugar, interinamente, o Subprefeito, Coronel Maximiliano de Almeida. [...] chamou ao seu gabinete o Sr. Antonino Xavier de Oliveira, [...] igualmente preocupado com as questões do município, para que, juntos, fossem a Cruz Alta receberem informações sobre como funcionava o seu saneamento urbano. Incontinenti Antonino informou ao Prefeito que já existia, desde 1917, um projeto que viabilizava o saneamento urbano, elaborado pelo Dr. Saturnino de Britto, chamado na época 'Príncipe dos Engenheiros', pela excelência de seus trabalhos. [...] o projeto [...] acabou esquecido pelos seus sucessores. A cidade, evidentemente [...] havia crescido e o projeto teve de ser readequado à nova realidade (2012, p. 83).

Figura 3: Projeto de Saneamento elaborado por Saturnino de Brito



Fonte: GOSH, 2002

O plano inicial, elaborado por Saturnino de Brito não foi posto em prática e, assim, quando da retomada do planejamento sanitário passofundense, em 1934, fez-se necessário rediscuti-lo e adaptá-lo à nova realidade da cidade.

Como consequência dessa iniciativa do subprefeito Maximiliano de Almeida, o jornal *O Nacional* iniciou uma série de publicações tratando do tema. Segundo o jornal, o subprefeito

"esclareceu, que em seu entender, o saneamento de P. Fundo é obra que não pode ser protelada, sob pena de graves consequências, que já se fazem sentir, para a saúde pública"[10] (*O Nacional*, 4 dez. 1934, p. 4).

A partir de então, os debates sobre o saneamento do município cresceram e o jornal tornou-se uma importante plataforma para isso, como vê-se na Tabela 1. À medida que as administrações públicas decidiam como seria o projeto e a execução das obras, as publicações diminuíram em quantidade, transformando-se em notícias de caráter informativo. Tendo em vista que os donos do jornal[11] tinham aspirações políticas e relações partidárias, acredita-se que a produção e divulgação das opiniões e dos diversos conteúdos referentes ao tema se deram como forma de estratégia política a fim de garantir interesses e benefícios.

Tabela 1 – Quantidade de publicações sobre o Saneamento no período de 1934 a 1946

Ano	**Quantidade**
1934	4
1935	10
1936	4
1937	7
1938	2
1939	1
1940	2
1944	4
1945	2
1946	1
Total	**37**

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das publicações do jornal *O Nacional*.

[10] O historiador Fabiano Quadros Rückert elaborou, em sua Tese *O Saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)*, o conceito de "politização da higiene", que consistiu na crescente preocupação tanto do poder público, como da sociedade, com o abastecimento de água e com o destino do esgoto, e que ocorreu no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (2015, p. 6, 13). Compreende-se que esse conceito está completamente ligado ao processo que ocorreu, em Passo Fundo, a partir do ano de 1934, em que tanto poder público quanto sociedade passaram a discutir a salubridade no município.

[11] Inicialmente, o jornal *O Nacional* foi fundado por Herculano Annes, filho de Gervásio Lucas Annes, importante político local do Partido Republicano. Na década de 1940, Herculano Annes passou a propriedade de *O Nacional* para Múcio de Castro (PTB) (GOULART, 2014, p. 41).

Baseando-se nas publicações encontradas, constatou-se que o conceito de saneamento pensado e defendido por aqueles sujeitos, naquele momento da história, era diferente do atual[12]. Entendeu-se, por muito tempo, o saneamento como o conjunto de medidas que visavam a modificação das condições do meio ambiente, com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde (MENEZES, 1984, p. 26) e, por meio dos discursos apresentados pelo jornal *O Nacional* percebe-se que esse foi o principal objetivo dos defensores do projeto: prevenir as doenças provenientes da água dos poços que eram utilizados pela população do município naquele momento. Nesse sentido, muitas notícias traziam à tona a existência de várias doenças que assolaram os passofundenses naquele período, como o tifo e a varíola:

> O Prof. Roquete Pinto quando, em 1912, passou por Corumbá, no estado do Mato [sic] Grosso, escreveu mais ou menos o seguinte: Corumbá afasta as trevas da noite com a luz elétrica [sic] e bebe a agua suja do rio. Corumbá tem o supérfluo [sic] e carece de necessário [sic]. [...] P. Fundo também, há [sic] cerca de vinte anos, ilumina-se a eletricidade e bebe agua [sic] suja dos poços (*O Nacional*, 27 nov. 1935, p. 1).

Sérgio Buarque de Holanda identificou que a utilização de poços no Brasil foi bastante sofrível desde o período colonial (apud DINIZ, 2018, p. 12). Do mesmo modo, José Nilo Bezerra Diniz, também identificou essa realidade na cidade de Aracati, durante parte do século XIX (2018, p. 12). Em Passo Fundo, esse problema passou a ser debatido, com maior intensidade, a partir do século XX.

Foi na Europa, no século XVIII, que começou a ser elaborada uma política pública baseada na higiene, o neo-hipocratismo ou higienismo. Passou-se a dar ênfase à ação dos fatores ambientais sobre o organismo humano, desenvolvendo-se uma medicina que objetivou compreender e agir a partir das relações entre o homem doente, a natureza e a sociedade (COSTA, 2013, p. 52). De acordo com o geógrafo Wendel Henrique:

[12] As ações de saneamento sempre tiveram relação com a saúde pública. No entanto, a partir da década de 1970, a ampliação da problemática ambiental introduz novas preocupações, não apenas com a problemática dos ecossistemas aquáticos, mas também com a qualidade da água de consumo humano. Assim, atualmente, as preocupações no campo do saneamento passam a incorporar não só questões de ordem sanitária, mas também ambiental. "Certamente, por isso, o conceito de saneamento passa a ser tratado em termos de saneamento, saneamento básico e saneamento ambiental" (BORJA; MORAES, 2014, p. 6).

> O Higienismo é definido como o saneamento e a limpeza das cidades e da natureza, com um grande número de novas técnicas e tecnologias que foram criadas para dar suporte a este novo conceito de natureza limpa e padronizada. O Higienismo é marcado pela eliminação, principalmente, das "águas paradas" – sinônimos de estagnação – e dos brejos (no caso do Brasil, os mangues). Todo um aparato técnico surge com esta finalidade. Entretanto, seu uso é determinado pelo poder econômico e, consequentemente, político, pois somente a nobreza e a burguesia têm acesso a estas técnicas. As classes mais pobres continuam vivendo em meio a uma Natureza hostil e insalubre (2009, p. 67).

No Brasil, as ideias higienistas começaram a ser debatidas a partir do século XIX, sendo colocadas em prática na primeira década do século XX. A cidade do Rio de Janeiro foi a primeira no país visada pelo higienismo. A partir deste momento, iniciaram-se projetos e obras para tornar a cidade mais limpa e saudável. Entre estes, destacam-se a obrigatoriedade da vacinação, a instalação da rede de esgotos, a destruição de cortiços e a retirada das moradias das pessoas pobres do centro da cidade, por serem consideradas focos de disseminação de doenças, além de várias outras implementações geradas pelos ideais de modernidade e higienismo, que mudaram a estrutura da cidade, atingindo diretamente a vida dos moradores. Tais ações marcaram o início da gestão pública no espaço urbano, contudo, pautada na diferenciação social e fundamentada no saber higiênico (SÁ, 2009, p. 121).

Não foi apenas no Rio de Janeiro que essas transformações urbanas passaram a acontecer. O autor Raimundo Arrais, ao dedicar-se à compreensão das memórias construídas pelos intelectuais da cidade de Recife a respeito de seus rios identificou que, nesse mesmo período, médicos higienistas também estavam preocupados com a salubridade urbana, principalmente em relação as águas. A "agressão às águas dos rios" envolvia desde os destinos dos "líquidos impuros" (esgotos), até o depósito de lixo e resíduos industriais (2008, p. 85-86).

Desse modo, mesmo que algum tempo depois, esse contexto acabou afetando cidades de todo o país. Assim, as ideias higienistas começaram a ser defendidas e difundidas no município de Passo Fundo com o projeto de saneamento, a partir da terceira década do século XX.

Apesar do reconhecimento da importância de tornar a cidade saudável a partir das práticas higienistas, no momento em que se noticiou que a administração pública estava realizando estudos acerca de um projeto de saneamento, iniciou-se, por meio das páginas do jornal, um debate referente a outra preocupação: se o município teria ou não, condições financeiras de viabilizar as obras da Hidráulica municipal[13] e dos esgotos.

[13] Hidráulica Municipal era como chamava-se o sistema de captação e distribuição (abastecimento) de água do município.

Em diversas oportunidades o jornal trouxe o discurso de pessoas que se posicionam favoráveis, mas que afirmam que em um primeiro momento as obras da hidráulica (abastecimento de água) deveriam ser privilegiadas em detrimento do serviço de esgoto, no caso de falta de condições financeiras para a execução dos dois projetos. O jornal também trouxe publicações contrárias ao projeto, o que pode se relacionar a tentativa de se reafirmar como "independente" e "imparcial". Martins e Luca compreendem que:

> Esse cuidado excessivo em eximir-se de parcialidades ou partidarismos só pode ser compreendido em função do momento político. Após 1935, a censura e o aparato de controle dos meios de comunicação tornaram-se mais rigorosos; a instauração da Lei de Segurança Nacional impôs o cerceamento à expressão do pensamento e as perseguições políticas se tornaram rotina. Em 1937 um novo golpe de Estado punha fim ao sistema parlamentar, instaurando-se a ditadura do Estado Novo e abrindo uma era de estrito controle sobre os meios de comunicação (2008, p. 128).

Entretanto, apesar de apresentar publicações que defendiam as duas posições, fica claro que a postura do jornal, apresentada em muitos editoriais de capa, é de incentivar a execução do projeto. A maior preocupação demonstrada foi a de sanar a deficiência do abastecimento de água e garantir uma água de melhor qualidade, preservando a higiene e a saúde da população, já que os poços semi-surgentes[14] não proporcionavam tais condições. O tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos, foi deixado, claramente, em segundo plano, o que pode ser percebido quando se observa a recorrência de cada assunto nas publicações.

As publicações referentes ao saneamento abordam os dois temas, abastecimento de água e esgoto, porém, das 22 ocorrências, três defendem que o esgoto não era uma prioridade no projeto de saneamento, reconhecendo que este poderia ser adiado, ou executado opcionalmente.

Do total de 37 matérias, 15 tratam somente do abastecimento de água à população, demonstrando que o entendimento de saneamento naquele período dava um enfoque muito maior apenas a esse ponto. Identificou-se que nenhuma publicação trata somente do esgoto e, com isso, percebe-se que a importância maior foi dada para qualidade da água que a população bebia e não ao destino de seus dejetos, que nesse caso, era o rio Passo Fundo. O que concluímos com isso é que, naquele momento, poucos entendiam a relevância de uma rede de esgotos para a salubridade e qualidade das águas.

[14] Denominação dada aos poços semi-artesianos (que necessitam de bombeamento da água para a superfície) espalhados pela cidade e que faziam o abastecimento de água à população.

De acordo com informações disponibilizadas pela Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN), em 1936 a Comissão de Saneamento foi transformada em Diretoria de Saneamento e Urbanismo da Secretaria das Obras Públicas. As prefeituras puderam, mediante convênios, conceder ao órgão estadual a responsabilidade direta pela ampliação dos sistemas de água e esgoto existentes ou a implantação do serviço.

A partir deste momento, deu-se o início ao planejamento do saneamento em nível estadual. Cada município determinava o que seria sua prioridade. "Nessa época, municípios que haviam contraído empréstimos para a implantação dos seus sistemas de água e esgotos, repassaram a atribuição ao governo do Estado, que absorveu também o ônus dos financiamentos" (CORSAN, [c. 201?]).

Durante o processo de decisões sobre o projeto, algumas pessoas recorreram ao jornal para expressar suas opiniões. Dentre essas, algumas eram *vozes autorizadas*, que representavam segmentos de relevância intelectual, política ou social, conferindo ao texto credibilidade e veracidade em razão de serem representantes de determinado segmento.

Para melhor compreender a força das *vozes autorizadas*, recorremos à Pierre Bourdieu, que define o processo de "nominação" como uma "identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente". O nome próprio é, portanto, atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais. É a forma por excelência da imposição e manifestação de um *curriculum vitae*, ficha judicial, necrologia ou biografia etc., marcas que constituem um sentido de identidade (BOURDIEU, 1998, p. 186-187).

Tabela 2 – Perfil dos autores[15] e quantidade de publicações de cada perfil

Perfil	Quantidade
Jornalistas (Editoriais)	23
Políticos locais	4
Intelectuais	8
Comunidade em geral	2
Total	**37**

Fonte: Dados organizados pela autora, a partir das publicações do jornal *O Nacional*.

[15] O perfil dos autores foi traçado a partir da identificação de cada um em sua função social. A maioria das publicações foram feitas por meio de editoriais, de autoria de jornalistas responsáveis por estas publicações no jornal. Outras, vieram de políticos locais, que estavam ocupando ou que haviam ocupado cargos públicos. Existiram ainda, publicações de autoria de intelectuais do município, principalmente escritores; e, por fim, de membros da comunidade, como uma publicação assinada pelo pseudônimo "operário" (*O Nacional*, 28 nov. 1935), por exemplo.

Essas vozes autorizadas defendiam ideias baseadas em seus posicionamentos políticos, sociais e profissionais. Entre eles, estava Heitor Pinto Silveira, que apresentou um estudo comparando dois sistemas de captação de água: "captação de água da superfície e captação de poços semi-surgentes". Comparou-se também as despesas necessárias para a execução dos sistemas, e o que chama atenção, é a defesa da qualidade da água do município, segundo ele "água quimicamente limpa e bacteriologicamente pura a própria natureza se encarrega disso aqui" (*O Nacional*, 15 fev. 1937, p. 4).

Naquele período, quem estava na direção da prefeitura era Nelson Ehlers, que havia defendido anteriormente, nas páginas do jornal, a execução das obras de abastecimento de água. Contudo:

> [...] o custo financeiro da obra assustava o novo Prefeito Nelson Ehlers. E novamente surgiram as contrariedades. Ao longo de sua história, Passo Fundo conviveu com brigas políticas e interesses partidários e até mesmo pessoais. De um lado o historiador e Membro da Academia Passofundense de Letras, Heitor Pires da Silveira, lançava artigos nos jornais, favoráveis a obra de saneamento urbano, com sugestões de onde se levantariam os valores para tal. [...] Por outro lado, o poeta e confrade Gomercindo dos Reis, era veementemente contrário, pois alegava que esses custos seriam repassados aos contribuintes, com o aumento do imposto predial. Invocava a atenção do Sr. Arthur Lângaro, Presidente da Associação Comercial. Silveira rebatia afirmando que Gomercindo era contrário, pois era proprietário do Escritório de Corretagem Birô Reis, e por isso tinha interesses pessoais (MADALOSSO; DAMIAN, 2012, p. 84-85).

Representando uma voz dissonante, o poeta, jornalista e político Gomercindo dos Reis, em repetidos artigos apresentou números e mostrou-se completamente contra as obras da hidráulica, por serem, segundo ele, muito acima das possibilidades financeiras do município. Defendeu que em Passo Fundo "Não estamos a morrer de sede, como os nossos patrícios, do norte do Brasil! Chove aqui constantemente! Os rios estão transbordando d'água!" (*O Nacional*, 25 fev. 1937, p. 3). De igual modo, Antônio de Siqueira, engenheiro chefe da Diretoria de Urbanização e Saneamento, escreveu um artigo com cálculos do custo benefício da captação de água por poços ou no "arroio Passo Fundo". Segundo ele a captação no arroio seria a melhor opção (*O Nacional*, 19 jun. 1937, p. 21).

Em outro artigo, Heitor Pinto Silveira pontuou que a solução seria a captação mista: "o meio mais lucrativo agora seria a captação no rio Passo Fundo (o orçamento, rs.... 1.935:000$000, já foi aprovado em Porto Alegre) e poços semi-surgentes [...] para as sedes dos outros distritos" (*O Nacional*, 18 fev. 1937, p. 4). Possivelmente, para demonstrar que outras regiões do país também estavam preocupadas e se mobilizando para executar obras de saneamento, notícias de outros lugares, como por exemplo da Amazônia, também foram publicadas.

Nos anos de 1942 e 1943, uma considerável seca acometeu o estado e naquele cenário o rio Passo Fundo também foi afetado. De acordo com o relato extraído do livro *Testemunhas da História,* publicado pelo Instituto Histórico de Passo Fundo, pode-se identificar essa realidade:

> O local onde o Sr. Valdomiro mora hoje pertencia ao Sr. Maggi De Césaro, localizando-se em frente ao Ministério Público. [...] De acordo com o Sr. Valdomiro, tal área era alagada, periodicamente, pelo leito do Rio Passo Fundo e por outros dois riachos que nasciam nas imediações. [...] Mais tarde, o banhado foi canalizado, através de grandes tubulações, os rios represados e no terreno aterrado com serragem e farelo de arroz foi construído o prédio do Ministério Público. [...] As águas destas vertentes canalizadas foram parar no rio Passo Fundo. Foi construído esse túnel quadrado, de concreto, que cabia um auto dentro, da General Osório com a Fagundes dos Reis até perto do Rio Passo Fundo. E o leito do Rio Passo Fundo tinha uma curva ali para baixo. É... faz aquela curva lá, só que apertaram ela no Lalau Miranda. Endireitaram ela ali, aterrando o rio. Então, apertou e não deu espaço para a água descer para o rio, porque ela era represada. Ela represava até lá em cima, na estrada de ferro. Tinha pinheiro, mato, tudo à beira do rio, até aqui na APAE. Dava mais ou menos uns 100 metros de mato às margens do rio. Tudo era mato que costeava o rio. Quando o rio enchia, alagava o mato. Tinha o passo por onde passava o trânsito de gado, carroça, cavalo... [...] Em 1942, houve um inverno muito rigoroso na região. Caiu a maior nevasca de que se tem notícia. Na época, houve uma seca muito grande, tendo passado de três a quatro meses sem chover, o que causou muitos danos às plantas e aos animais. [...] O rio ficou com pouca água: tantos moinhos que tinham. [...] Então a gente tinha dificuldade porque... O rio Passo Fundo que eu conheci nunca que secou. Esse não (2013, p. 132-137).

De acordo com o relato de Valdomiro Venturini, funcionário aposentado da Prefeitura de Passo Fundo, pode-se identificar algumas ações (canalizações, aterramentos) em torno do rio, para adaptar aquela paisagem às necessidades humanas. Nota-se, também, que as cercanias do rio Passo Fundo, no trajeto próximo à ponte da Avenida Brasil tinha, naquele período, uma grande quantidade de vegetação. Percebe-se ainda, na fala de Venturini, um tom poético, do rio presente no seu dia a dia e na sua memória: “o rio Passo Fundo que eu conheci nunca que secou. Esse não” (2013, p. 137). Conclui-se, então, que o rio Passo Fundo permaneceu servindo a população com a água que necessitavam, especialmente, naqueles momentos de escassez.

Em dezembro de 1944, em visita ao município, Homero de Oliveira, Secretário interino de Obras Públicas do Estado, juntamente com o prefeito do período, Arthur Ferreira Filho, percorreu as partes da cidade que iriam ser “atingidas, de início, pelo saneamento e visitaram o local escolhido para a captação d’agua no Rio Passo Fundo e bem assim escolheram os locais apropriados para os depósitos d’agua e a descarga de esgotos” (*O Nacional*, 1 dez. 1944, p. 1). Contudo, foi no ano de 1945, mais de 10 anos depois do início do planejamento e dos intensos debates ocorridos por meio das páginas do jornal *O Nacional,* que se autorizou a abertura de concorrência para as obras de águas e esgotos de Passo Fundo e, em 1946, as obras iniciaram.

Assim como em Passo Fundo, onde há uma considerável lacuna de tempo entre o planejamento e a execução do projeto de saneamento, a historiadora Marluza Marques Harres identificou que, na cidade de São Leopoldo, isso também ocorreu. Mesmo que o projeto de saneamento para São Leopoldo, tivesse sido entregue por Saturnino de Brito, "propondo a construção de uma Hidráulica para captação e tratamento das águas do rio dos Sinos, a criação de uma rede de distribuição de água potável, a construção de um sistema de coleta e tratamento de esgoto", em 1922, a Intendência local empenhou-se, primeiro, na construção da Hidráulica Municipal, que foi inaugurada em 1926. A outra parte do projeto, que consistia no sistema de coleta e tratamento do esgoto, foi protelada até 1941 (2018, p. 75). Portanto, identifica-se que ter dado prioridade ao abastecimento de água em detrimento ao tratamento de esgoto não foi um posicionamento apenas da administração municipal de Passo Fundo, mas ocorreu também em outros locais do estado.

Diferentemente do processo passofundense, no final da década de 1920, a cidade de Pelotas possuía uma rede de abastecimento de água capaz de atender cerca de 90%[16] da população do perímetro urbano e a sua rede de esgoto estava em processo de expansão (RÜCKERT, 2015, p. 158). Entretanto, temos que compreender que as condições políticas e econômicas da cidade de Pelotas eram muito diferentes das de Passo Fundo. A elite pelotense, enriquecida pelo charque e pelo comércio, e que havia assumido o controle administrativo tinha algumas prioridades:

> A modernização do centro e das obras de saneamento tornaram-se prioridades para a elite pelotense que foi influenciada pelas ideias de urbanização procedentes da Europa e de grandes cidades latino americanas, como Buenos Aires e Rio de Janeiro. [...] A produção do charque estava em declínio e as atenções da elite foram direcionadas para atividades mais dinâmicas, dentre as quais estavam as indústrias, o loteamento do solo, a construção civil e as operações bancárias (RÜCKERT, 2015, p. 148).

Ao comparar o processo ocorrido em Passo Fundo com as características do que foi praticado em Porto Alegre, capital do estado, também conseguimos identificar que, mesmo tendo a capital começado seus empreendimentos muitos anos antes, eles também se delongaram por décadas (RÜCKERT, 2015, p. 174), demonstrando que mesmo os gestores da principal cidade do estado, encontraram dificuldades em colocar em prática seus projetos de saneamento.

[16] De acordo com Emmanuel de Bem, em 1920, viviam na zona urbana de Pelotas cerca de 45.000 pessoas (2017, p. 217).

1.4 Quando a cidade transpõe o rio: a expansão urbana

O processo de urbanização de Passo Fundo esteve intimamente ligado ao movimento de transformações econômico-sociais ocorrido no país a partir de 1930, quando, sob a ação governamental, a região foi levada à modernização acelerada (DALMORO et al., 1998, p. 41). Entre 1940 e 1950, a população passou de aproximadamente 80 mil, para 101 mil habitantes. No meio urbano a população passou de cerca de 31 mil para quase 51 mil habitantes (GOSCH, 2002). Com o crescimento populacional, passou-se a sentir uma necessidade maior de água e, do mesmo modo, o despejo de resíduos no rio aumentou, o que afetou diretamente a condição das águas do rio Passo Fundo.

O primeiro Plano Diretor do município, aprovado em 1953, "representou uma obra de grande vulto para o desenvolvimento da cidade". O objetivo principal era orientar o crescimento urbano e localizar grandes equipamentos de uso coletivo. O plano ou pré-plano delimitava o que seria a zona central, uma zona comercial atacadista, uma zona comercial varejista, as ruas comerciais e quatro centros comerciais locais (GOSCH, 2002).

Também a partir de 1950, e devido esse crescimento urbano, houve a criação de diversos loteamentos periféricos, ainda que os principais eixos viários tivessem se conservado como elementos estruturadores; a cidade cresceu em todas as direções indiscriminadamente, sendo a disponibilidade de áreas urbanas livres, ou de terras rurais passíveis de urbanização, fatores determinantes à implantação de novos loteamentos, localizados inclusive em áreas impróprias à ocupação, como as margens de córregos e do próprio rio Passo Fundo (FERRETTO, 2012, p. 70). Concomitantemente, iniciou-se a preocupação com o saneamento, que naquele momento pode ser identificada como um reflexo do processo de higienização.

Outra mudança que ocorreu como consequência da urbanização, foi que, com o início do funcionamento da hidráulica começaram haver reclamações referentes as tarifas de água (*O Nacional*, 24 jul. 1950). É importante ressaltar que o início da cobrança dessas tarifas significou a ruptura de um antigo costume da população, que não pagava por seu consumo de água, que era feito por meio dos poços ou retirando-a diretamente do rio. Cabe ainda considerar, que possivelmente, a população moradora dos bairros afastados do centro continuou abastecendo-se da água proveniente dos rios, arroios e sangas das redondezas, pois não teriam condições de pagar as taxas cobradas pela hidráulica.

Como apontado anteriormente, a mentalidade existente naquele momento não reconheceu o tratamento de esgoto como um serviço primordial, o que significou um considerável atraso nas obras desse tipo. Muitos anos após o início das obras de saneamento,

as ligações de esgoto das residências do centro da cidade ainda não tinham sido iniciadas (*O Nacional*, 19 ago. 1955).

Provavelmente com o objetivo de identificar as necessidades dos moradores de cada bairro, identificando as demandas decorrentes do processo de urbanização, foi no final da década de 1950 que o jornal *O Nacional* iniciou uma série de enquetes em que perguntava: "Qual é o problema do seu bairro? O que está faltando para o bem-estar dos seus moradores?". A população, em resposta à essas perguntas, entendia como sendo importante para melhorar a vida no seu bairro, dentre outros pedidos, a água encanada.

Essas ocorrências indicam que o processo de abastecimento de água por meio da hidráulica municipal foi lento e que, a população sentia essa necessidade. Em meio a esse contexto, foi publicado o primeiro decreto federal que se refere especificamente ao rio Passo Fundo. O Decreto 37.087, de 24 de março de 1955 declarou pública e de uso comum as águas do rio. O que chama atenção na notícia apresentada pelo jornal, foi o destaque dado ao rio Passo Fundo, ainda não visto anteriormente. A notícia ocupou o topo da primeira página do jornal e, além disso, houve evidência na sentença "RIO P. FUNDO", demonstrando a importância dada à esse assunto naquele momento:

Figura 4: Águas do rio Passo Fundo são declaradas de uso comum

O NACIONAL

ANO XXX | Diario Independente Direção de MUCIO DE CASTRO | Redator responsável: J. E. CAFRUNI | No. 7.965 | HOJE 4 Pags.

Cr$ 1,00 | BRASIL - R. G. SUL - PASSO FUNDO, 6a.-Feira, 15 de Abril de 1955

Declarada de uso comum as aguas do RIO P. FUNDO

RIO, 15 (N) — O presidente da República por meio do decreto no. 37.087 de 24 de março de 1955, declarou públicas, de uso comum, do dominio da União e do Estado as água do curso denominado Passo Fundo no trecho em que penetra a faixa da fronteira de 150km. ao longo da fronteira e do dominio do Estado do Rio Grande do Sul, desde suas nascentes até sua penetração na aludida faixa que nasce no municipio de Passo Fundo e limitá-o com Sarandi, sendo o mesmo curso tributário do rio Uruguai, pela margem esquerda.

Mascarenhas de Morais convidado

Fonte: *O Nacional*, 15 abr. 1955

Esse decreto aconteceu em um cenário marcado por diferentes especificidades: o planejamento, execução e expansão de projetos de aproveitamento dos recursos hídricos da região; o crescimento populacional, urbano e das demandas por água em diferentes localidades do município, e ainda; o período em que se passou por recorrentes secas que geraram falta tanto de água quanto de energia elétrica para o abastecimento da população.

No que se refere ao cenário político nacional, esse período foi extremamente conturbado. Quem estava no comando do governo e assinou-o foi João Café Filho, vice-presidente, que assumiu o poder após o suicídio de Getúlio Vargas. Tendo em vista o curto período desses acontecimentos presume-se que esse decreto seja uma continuidade de políticas governamentais estabelecidas previamente e que estava em vias de publicação.

Quanto as obras da rede de esgoto, essas foram sendo executadas lentamente. Em 1955 moradores do centro da cidade reclamavam sobre a demora na efetivação da rede de esgoto dizendo que não possuíam mais espaço para abrir novos poços negros em seus terrenos (*O Nacional*, 19 ago. 1955). Apesar das reclamações, quando em 1956 houve a possibilidade da realização das ligações com a rede então construída, poucos proprietários efetivamente à solicitaram, como denuncia o jornal *O Nacional*.

Nota-se então, a resistência dos moradores em efetuar as ligações na rede coletora de esgoto, que naquele momento abrangia apenas uma pequena parcela das ruas do centro da cidade. Essa falta de ligação resultava no transbordamento de alguns desses poços-negros, que já não davam conta da quantidade de matéria orgânica produzida, e acabavam despejando esses detritos nas ruas da zona central (*O Nacional*, 10 jan. 1956).

Os esgotos coletados pelas redes, eram levados até a Estação de Tratamento localizada na rua Jacinto Vilanova, próxima a pedreira municipal, na Vila Annes. Mesmo que naquele momento a Estação ficasse afastada do centro da cidade, onde existia a maior densidade populacional, os moradores daquelas proximidades sentiam-se incomodados com o mau cheiro e temiam a "possibilidade de alguma epidemia".

Como forma de amenizar o problema, Luiz Bignetti, químico da Secretaria de Obras Públicas, propôs a arborização do entorno da Estação, o que absorveria o mau cheiro e serviria de "anteparo para os ventos", evitando que qualquer odor se propagasse pelas imediações (*O Nacional*, 29 maio. 1956). Como veremos mais à frente, essa medida não foi eficiente afim de solucionar os problemas com o mau cheiro enfrentado pelos moradores das proximidades da Estação.

Anos depois das primeiras reclamações sobre os efeitos do tratamento e destinação dos esgotos, a população solicitou o aterramanto de um "braço do rio Passo Fundo", onde eram despejados os resíduos de esgotos. Igualmente localizado na Vila Annes, o motivo das reclamações era, do mesmo modo, o mau cheiro e a proliferação de moscas, naquele caso, próximo a rua Juvêncio Annes (*O Nacional*, 14 jun. 1962).

No ano seguinte, o vereador Pery Marzulio integrante da bancada da Coligação Democrática Passofundense (CDP), em visita ao governador em exercício Ildo Meneghetti (PSD), tratando de assuntos referentes ao município, aproveitou a oportunidade para tratar, juntamente com o secretário de Obras Públicas, sobre os problemas de água e esgoto, considerados urgentes e, entre eles a canalização dos detritos orgânicos até o rio Passo Fundo. As áreas escolhidas deveriam ser afastadas da cidade, para que não mais afetassem a população (*O Nacional*, 12 maio 1963).

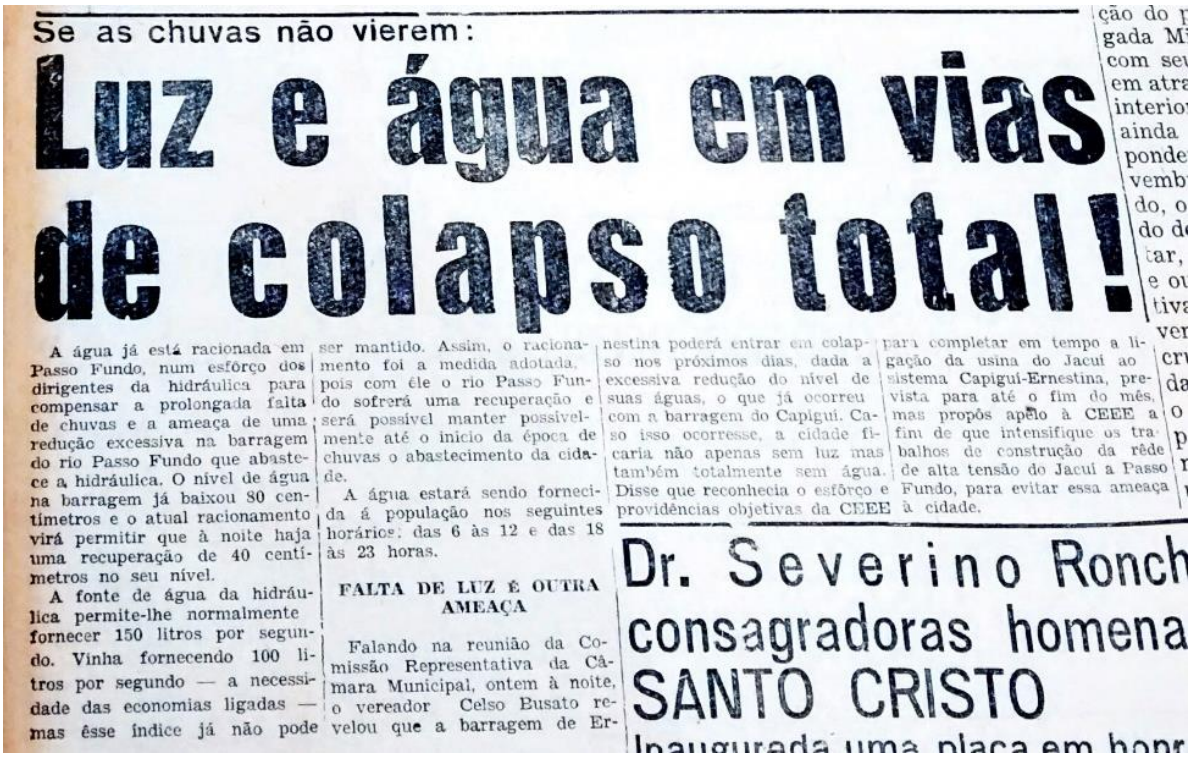
No período que vai do início das obras de saneamento em 1946 até 1970 o serviço de esgotos não teve a mesma prioridade que o abastecimento hídrico. Pouco a pouco a rede de abastecimento de água foi aumentando e estendendo-se lentamente pelos bairros da cidade. Porém, as obras de esgoto não acompanharam nem mesmo esse ritmo lento. Uma porcentagem muito pequena de esgotos era coletada naquele período, ia para a Estação de Tratamento e, posteriormente, ao rio Passo Fundo. Contudo, a maioria dos esgotos eram despejados em fossas[17] que depois acabavam descarregadas nos rios e córregos do município, ou ainda, quando se tratava das populações ribeirinhas, estavam canalizados diretamente para descarga nos rios. Assim, a medida que a população moradora das margens começou a aumentar no trajeto do rio Passo Fundo, o despejo de esgoto e de outros materiais também passou a aumentar e, assim, a qualidade das águas do rio ia se tornando cada vez pior.

A medida que o crescimento populacional acontecia, a necessidade de água também aumentava e, ao longo da década de 1960, o município voltou a passar por períodos seca, o que acabava resultando em seguidos racionamentos de água, em que as pessoas ficavam algumas horas por dia sem abastecimento. Essa falta de chuva fez com que o rio Passo Fundo sofresse uma importante redução na quantidade de água e essa foi a primeira vez que viu-se esse tipo de relato publicado no jornal (*O Nacional*, 12 jan. 1963).

[17] Além do problema do descarte do resíduo das fossas no rio Passo Fundo, ainda existia o problema da contaminação das águas subterrâneas por essas fossas. Nesses casos a contaminação devia-se, principalmente, à construção desordenada de poços particulares e à infiltração de excretos provenientes de fossas sépticas (CAPPI et al., 2012, p. 79). A predominância de fossas rudimentares ou negras, localizadas próximas dos poços, aliada a reduzida espessura do material inconsolidado presente, facilita a ligação dessas fossas com as águas freáticas (AYACH apud CAPPI et al., 2012, p. 83), tornando a área urbana um local suscetível a contaminação das águas do lençol freático que abastece os poços rasos (CAPPI et al., 2012, p. 83).

Por meio da Figura 5, abaixo, pode-se perceber a gravidade com que a falta de água foi percebida e representada pelo jornal *O Nacional.* Além do título, com letras em destaque, não se pode deixar de enfatizar o conteúdo: “Luz e água em vias de colapso total!”, a palavra “colapso” demonstra a grande preocupação e até mesmo a falta de perspectivas de melhora em relação ao tema.

Figura 5: Capa do Jornal *O Nacional*



Se as chuvas não vierem:

Luz e água em vias de colapso total!

A água já está racionada em Passo Fundo, num esfôrço dos dirigentes da hidráulica para compensar a prolongada falta de chuvas e a ameaça de uma redução excessiva na barragem do rio Passo Fundo que abastece a hidráulica. O nível de água na barragem já baixou 80 centímetros e o atual racionamento virá permitir que à noite haja uma recuperação de 40 centímetros no seu nível.

A fonte de água da hidráulica permite-lhe normalmente fornecer 150 litros por segundo. Vinha fornecendo 100 litros por segundo — a necessidade das economias ligadas — mas êsse índice já não pode ser mantido. Assim, o racionamento foi a medida adotada, pois com êle o rio Passo Fundo sofrerá uma recuperação e será possível manter possìvelmente até o início da época de chuvas o abastecimento da cidade.

A água estará sendo fornecida á população nos seguintes horários: das 6 às 12 e das 18 às 23 horas.

FALTA DE LUZ É OUTRA AMEAÇA

Falando na reunião da Comissão Representativa da Câmara Municipal, ontem à noite, o vereador Celso Busato revelou que a barragem de Ernestina poderá entrar em colapso nos próximos dias, dada a excessiva redução do nível de suas águas, o que já ocorreu com a barragem do Capigui. Caso isso ocorresse, a cidade ficaria não apenas sem luz mas também totalmente sem água. Disse que reconhecia o esfôrço e providências objetivas da CEEE para completar em tempo a ligação da usina do Jacuí ao sistema Capigui-Ernestina, prevista para até o fim do mês, mas propôs apêlo à CEEE a fim de que intensifique os trabalhos de construção da rêde de alta tensão do Jacuí a Passo Fundo, para evitar essa ameaça à cidade.

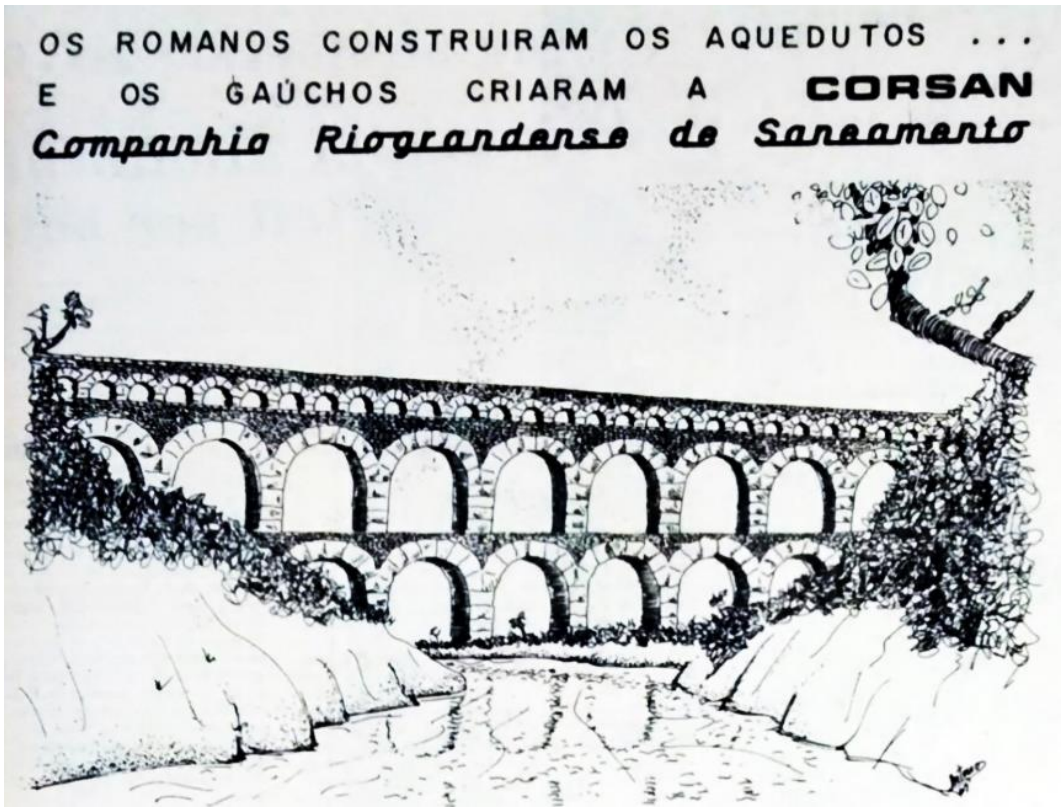
Dr. Severino Ronch
consagradoras homena
SANTO CRISTO
Inaugurada uma placa em hon

Fonte: *O Nacional*, 5 jan. 1962

A partir daquele momento, tornaram-se recorrentes os casos de seca e racionamento, ocorridos, principalmente, no verão. Iniciam-se, assim, solicitações para que a hidráulica encontre outras fontes de água para o abastecimento do município, pois o rio Passo Fundo não estava mais conseguindo suprir a demanda “do precioso líquido” e estaria “em certos locais, [...] mais tênue que um fio de esperança” (*O Nacional*, 11 jan. 1963, p. 1). A primeira tentativa de solucionar a falta de água proveniente do rio Passo Fundo para o abastecimento do município foi a criação da “Barragem de nível do Passo Fundo” que começou a operar em 1966 e tinha como objetivo represar uma maior quantidade de água do rio (PMSB, 2014, p. 351).

O crescimento econômico observado em Passo Fundo, ocorria na maior parte do Rio Grande Do Sul. Com a expansão das cidades, houve também o crescimento na demanda por saneamento, e para atender especificamente esta demanda, o governo do estado criou a Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN), em 28 de março de 1966.

Figura 6: Material de divulgação da CORSAN



Fonte: *O Nacional*, 24 jan. 1970, p. 5, adaptado pela autora

Pode-se perceber, no anúncio publicitário publicado no jornal, a tentativa de destacar a importância desta companhia para o desenvolvimento do estado, comparando as melhorias empreendidas pela empresa com a notável obra de engenharia romana, os aquedutos. Com a criação da CORSAN, os projetos e as ações referentes ao saneamento passaram a ser centralizadas.

A partir dos dados extraídos das fontes, compreende-se que o rio Passo Fundo foi afetado diretamente tanto pelo processo de urbanização, de forma geral, quanto pelas ações de saneamento do município. Em pontos iniciais de seu trajeto, foi utilizado para a captação de

água[18] com fins de abastecer a população e, outros pontos, mais a frente, foi usado para o descarte dos resíduos coletados pela rede de esgoto.

Identificou-se que, no contexto dos anos de 1950 e 1960, o campo jornalístico passou a adquirir um capital simbólico sem precedentes, tornando seu discurso uma "fala autorizada" e transformando a imprensa em um ator social reconhecido (RIBEIRO, 2003, p. 158). Conclui-se com isso que a imprensa contribuiu para colocar em pauta a questão do saneamento e, assim, defender politicamente os interesses das administrações municipais, aliando-se a elas afim de garantir seus próprios interesses.

Baseando-se nas legislações elaboradas entre os anos de 1934 e 1970 e que dizem respeito aos recursos hídricos e especificamente ao rio Passo Fundo, percebe-se que estas, dedicaram-se exclusivamente, ao incentivo e a regulação de políticas de aproveitamento desses recursos. Isso se deu principalmente em âmbito federal com a Constituição e o Código de Águas, por exemplo.

O município de Passo Fundo, seguiu essas diretrizes, mediante a implementação das políticas de aproveitamento hídrico estabelecidas pelos programas governamentais, principalmente da União. Foram identificados, portanto, períodos distintos de atuação do poder público na formulação de diretrizes legais e ações entorno do rio Passo Fundo. O primeiro período, ocorreu entre 1934 e 1970, em que as iniciativas públicas estavam direcionadas ao uso dos recursos hídricos para o fornecimento de água e ações de saneamento.

Pode-se considerar, então, que o saneamento foi a primeira grande mudança de uso do rio e, assim, à medida que essas e outras ações pertencentes ao processo de urbanização se desenvolveram, o rio foi perdendo, ao mesmo tempo, espaço e qualidade.

Contudo, é importante destacar que a relação da população com o rio Passo Fundo foi mudando aos poucos, ao longo do tempo. Mesmo que, o rio fosse perdendo significado no dia a dia da população, ele continuou sendo utilizado por muitas pessoas, principalmente, como um espaço de lazer, como podemos ver na Figuras 7:

[18] A captação de água do rio Passo Fundo, durante grande parte do período que compreende este capítulo, foi feita por meio da Barragem do Passo Fundo, localizada na área urbana do município, no bairro Entre Rios (PMSB, 2014, p. 351). Esse foi o único ponto usado para captação até 1979, quando entra em funcionamento a Barragem do Arroio Miranda (PMSB, 2014, p. 364).

Figura 7: Crianças brincando no rio Passo Fundo

Fonte: Arquivo pessoal de Éden Hassan, 1970

Identificou-se, por fim, um segundo período de atuação do poder público na formulação de diretrizes legais e de mudanças nas ações e usos do rio Passo Fundo, iniciado na década de 1970. A partir deste período, começaram a ser instituídas leis e ações de proteção ambiental, como um reflexo do contexto global que se iniciou, entre outros fatores, pelo surgimento dos primeiros grupos ecológicos e com a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, de 1972, também conhecida como Conferência de Estocolmo. Esse segundo período, marcado pela preocupação com as diferentes formas de relações humanas com o ambiente e, especificamente, com o rio Passo Fundo, será tratado no próximo capítulo.

2 PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS COM O RIO PASSO FUNDO (1971 – 1993)

A partir de 1950 o território passofundense iniciou um processo de fragmentação, com uma série de emancipações. Além dessas alterações, o município também passou por transformações nos processos de produção agrícola e iniciou um plano industrial para a cidade, mesmo que voltado para novas alternativas produtivas do meio rural (TEDESCO et al., 2007, p. 347). De acordo com o historiador João Carlos Tedesco et al.:

> [...] Passo Fundo sempre foi caracterizada como uma cidade de base econômica agrícola. Em geral, as indústrias que historicamente incorporou e continua ainda hoje absorvendo são, em grande parte, de base agrícola. Apenas para lembrar, são exemplos o ramo de extrativismo da madeira, da indústria moageira, frigorifica, de couro, de maquinas agrícolas de grande performance [...] (2007, p. 348-349).

Por apresentar essas características, o rio Passo Fundo acabou sendo afetado de maneira própria pelo modo de vida e produção do município. Assim, à medida que as ações humanas foram se intensificando, o rio Passo Fundo mudou e, no final dos anos 1960, começou a apresentar os primeiros sinais de problemas socioambientais. Em resposta a esses problemas, algumas pessoas propuseram mudar a relação estabelecida entre o rio e as populações que moravam e trabalhavam em suas margens, enfim, todas aquelas que tinham contato com o rio Passo Fundo. A partir dos anos 1970, formam-se então, os primeiros movimentos ecologistas[19], com o objetivo de discutir a realidade dos bens naturais, bem como, os impactos[20] causados e percebidos pelas sociedades, buscando promover sua preservação. A ação humana gera impactos no meio ambiente, contudo é importante destacar que esses impactos não são sentidos apenas no ambiente, mas também na sociedade. Portanto, o impacto ambiental é, na realidade, socioambiental. Maria Célia Nunes Coelho destacou que:

[19] A denominação ecologista é empregada, neste caso, pois era geralmente assim que se denominavam os integrantes dessas associações. "Há uma transposição entre a ciência ecologia e a defesa de propostas e atitudes que foram se constituindo como uma maneira de pensar a interação entre as pessoas e a natureza" (GERHARDT, 2011, p. 5).

[20] Conforme resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986).

> O impacto ambiental não é, obviamente, só resultado (de uma determinada ação realizada sobre o ambiente): é relação (de mudanças sociais e ecológicas em movimento). Se impacto é, portanto, movimento o tempo todo, ao fixar impacto ambiental ou ao retratá-lo em suas pesquisas o cientista está analisando um estágio do movimento que continua. Sua pesquisa tem, acima de tudo, a importância de um registro histórico, essencial ao conhecimento do conjunto de um processo, que não finaliza, mas se redireciona, com as ações mitigadoras (2004, p. 25).

Desse modo, por impacto socioambiental não se compreende apenas a ação que provoca danos ao meio, mas qualquer ação, danosa ou não, que possa alterar de alguma maneira a constituição biofísica daquele ambiente e da sociedade que o cerca. Em vista disso, compreende-se o ser humano não apenas como um agente predatório, mas como um agente de mudanças, entre tantas, sociais e ambientais.

Assim, será analisado neste capítulo, o contexto de início do movimento ecologista, suas características, seu impacto socioambiental e sua influência nas proposições governamentais referentes ao tema. Conheceremos, por fim, alguns casos de poluição do rio Passo Fundo, procurando perceber as mudanças ocorridas ao longo do tempo e em que medida o desenvolvimento econômico do município representou algum tipo de entrave à conservação de suas águas.

2.1 O início do movimento ecológico

Não se pretende aqui, fazer um inventário exaustivo da trajetória de formação do movimento ecologista, mas sim, indicar alguns pontos de partida e processos decisivos para a constituição desse campo de ação, procurando identificar sua importância para as reflexões, discussões e atuações em relação ao meio ambiente.

Os estudos de História Ambiental tem abordado diferentes temas, um desses temas correntes é o ambientalismo e sua importância para a sensibilização da sociedade por meio da educação ambiental. Ao tratar disso, a autora Isabel Carvalho concebeu a existência de um campo ambiental que, segundo ela:

> Pode ser entendido como um espaço de relações sociais e históricas onde se produz e reproduz a crença no valor da natureza como um Bem que deve ser preservado, acima dos interesses imediatos das sociedades. Esta crença alimenta a utopia de uma relação simétrica entre os interesses das sociedades e os ciclos da natureza, no respeito aos processos vitais e aos limites da capacidade de regeneração e suporte da natureza que deveriam balizar as decisões sociais, e reorientar os estilos de vida e hábitos coletivos e individuais (2001, p. 3).

Portanto, identificamos como atores importantes deste campo ambiental, os movimentos ecológicos. Suas raízes contemporâneas estão localizadas entre os séculos XVIII e XIX, quando a partir dos anos 1850 os ecologistas vão se organizar e se institucionalizar na forma de grupos e associações para promover a apreciação da natureza e dar conta de causas ambientais específicas (LEÓN, 2002, p. 2). De acordo com o autor John McCormick:

> O movimento ambiental não teve um começo claro. Não houve um acontecimento isolado que inflamasse um movimento de massas, nenhum grande orador ou profeta que surgisse para incendiá-las, poucas grandes batalhas perdidas ou ganhas e poucos marcos dramáticos. O movimento não começou num país para depois espalhar-se em outro; emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes. As questões ambientais mais antigas eram questões locais. Uma vez compreendidos os custos mais imediatos e pessoais da poluição, da caça ou da perda das florestas, os indivíduos formaram grupos, que formaram coalizões, que se tornaram movimentos nacionais e, finalmente, um movimento multinacional. Esta evolução foi episódica, com períodos de expansão dinâmica intercalados por tempos de sonolência (1992, p. 21).

Na Europa, quando as ameaças da indústria e da agricultura ao meio ambiente se tornaram cada vez maiores, “protetores” se levantaram em resposta. “O conhecimento dos especialistas florestais alemães foi exportado para os Estados Unidos e para a Índia, via Grã-Bretanha, para a Austrália via Índia, e mais além” (MCCORMICK, 1992, p. 22). Com a Segunda Guerra Mundial a agenda ecológica alterou-se radicalmente, iniciaram-se planos para promover a reconstrução e a assistência econômica. Assim, o período entre 1943 e 1946 trouxe dois acontecimentos importantes: “a realização de uma conferência internacional sobre a conservação de recursos naturais e o estabelecimento de uma organização internacional para a proteção da natureza” (MCCORMICK, 1992, p. 44). Em 1962 *Silent Spring*, livro da ecologista norte-americana Rachel Carson avaliava os efeitos dos pesticidas e inseticidas sintéticos sobre o ambiente. “Em abril de 1970 trezentos mil americanos - talvez mais - participaram do Dia da Terra, a maior manifestação ambientalista da história” (MCCORMICK, 1992, p. 64). Nesse período um dos maiores estímulos para o movimento ecológico foi, ainda, o tema anti-nuclear (LEÓN, 2002, p.1). E dessa forma, através de atuações que partiam de diversos lugares e segmentos, os movimentos em favor do ambiente foram crescendo, gradativamente.

Mesmo que anteriormente existissem alguns grupos ecologistas espalhados pelo mundo e até mesmo no Brasil[21], é a partir dos anos 1970, que esses movimentos começam a se fortalecer em escala global. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em 1972 em Estocolmo, na Suécia, representou um importante marco para a propagação da agenda ecológica[22] em nível mundial. Naquele momento as autoridades brasileiras tratavam a problemática ambiental como uma antítese ao desenvolvimento almejado. Essa posição ficou ainda mais evidente em 1972, em sua participação na Conferência de Estocolmo, na qual o governo brasileiro foi um dos principais articuladores da resistência ao reconhecimento da importância das questões ambientais, sob o argumento de que a principal poluição era a miséria (MENEZES, 1997, p. 79).

Procurando contrapor esse posicionamento governamental e com o objetivo de influenciar a opinião pública sobre a proteção ao meio ambiente foi que as associações ecologistas começaram a ganhar destaque no cenário brasileiro. Entre elas, destacou-se a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), fundada em Porto Alegre no ano de 1971. "Suas atuações, nesse período, estavam baseadas na denúncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental, e restritas a campanhas de caráter local, dentro de suas áreas de influência" (MENEZES, 1997, p. 80).

O que impulsionou, ainda mais, a organização de movimentos deste tipo, a partir deste período, foi a mudança nas bases institucionais do regime ditatorial, provocada pelas crises na coalizão política que estava no poder, e que acabou proporcionando mudanças no estilo de interações políticas entre o Estado e os movimentos sociais, especialmente na redução da repressão às mobilizações e, ainda, pela presença de aliados potenciais, como movimentos sociais, partidos políticos, mídia e elites dissidentes (ALONSO et al., 2007, p. 153). Esse movimento inicial rumo à redemocratização teria gerado:

[21] Pode-se dizer que, a partir da década de 1950, começa a surgir um ativismo ligado à preservação da natureza, como por exemplo a União Protetora da Natureza (UPN) fundada em 1955 na cidade de São Leopoldo (RÜCKERT, 2007, p.15) e a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), fundada em 1958 no Rio de Janeiro (ALONSO et al., 2007, p. 155). Porém, esse ativismo não se constituiu como força política relevante neste momento, vindo a representar apenas mais tarde uma organização de expressão.

[22] Worster relaciona essa mudança de mentalidade e de atuação em relação ao meio ambiente com o conceito de "Era da ecologia". Para mais detalhes, ver: WORSTER, Donald. La Era de la Ecología. In: WORSTER, Donald. **Trasformaciones de la Tierra**. Montevideo, CLAES, 2008.

> No caso brasileiro, uma mudança na estrutura de oportunidades políticas [...]. As possibilidades de mobilização coletiva se expandiram na segunda metade dos anos 1970 [...]. Vias de mobilização política foram abertas. As formas de expressão política foram liberalizadas em 1978 e a censura prévia aos meios de comunicação foi reduzida. No ano seguinte, a Anistia e a extinção do bipartidarismo propiciaram a diversificação de lideranças e a partidarização de movimentos sociais (ALONSO et al., 2007, p. 153).

Foi com esse cenário político, que os movimentos ecologistas brasileiros começaram a se organizar, ganhando aos poucos influência social e política. Seguiu-se, a partir de então, uma "institucionalização da questão ambiental" (MENEZES, 1997, p. 81) com a criação de órgãos públicos, planos governamentais e legislações nesse sentido.

O autor Eduardo Viola diferenciou a história do movimento ecológico brasileiro em três períodos: o primeiro, que ele chamou de ambientalista, foi de 1974 até 1981 e era caracterizado pelas denúncias de degradação ambiental nas cidades e o surgimento de comunidades alternativas rurais. O segundo período se constituiu em uma fase de transição, ocorrida entre 1982 e 1985, caracterizada pela experiência de politização progressiva. O terceiro, chamado de opção ecopolítica foi iniciado a partir de 1986 "quando a grande maioria do movimento ecológico autoidentifica-se como político e decide participar ativamente na arena parlamentar", concorrendo a cargos eletivos e até mesmo criando o próprio partido (1987, p. 80-81).

Viola e Héctor R. Leis ainda compreenderam que, com o progressivo aumento da deterioração ambiental, a preocupação pública acabou transformando o ambientalismo em um "movimento multissetorial e complexo na segunda metade da década de 1980" que se constituiria por oito setores: 1) ambientalismo *stricto senso* composto por associações e grupos comunitários; 2) ambientalismo governamental, ao qual integram agências estatais; 3) socioambientalíssimo (ONGs, sindicatos e movimentos sociais); 4) ambientalismo dos cientistas; 5) ambientalismo empresarial; 6) ambientalismo dos políticos profissionais; 7) ambientalismo religioso; e, por último, ambientalismo dos educadores, ao qual compõem não apenas professores mas jornalistas e artistas que têm capacidade de influenciar a consciência de um grande número de pessoas (2002, p. 135).

Seguindo esse mesmo cenário, de formação e consolidação desses movimentos, em Passo Fundo, a entidade pioneira na defesa ambiental foi a Sociedade Botânica de Passo Fundo (SBPF), fundada em 1973 pelo médico Luiz Paulo Fragomeni (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTAUAL, 2017).

A Sociedade Botânica foi responsável pela organização de diversos simpósios, seminários e manifestos que procuravam debater, "conscientizar" e planejar ações em defesa do meio ambiente, atuando, principalmente, no meio universitário e aproveitando os espaços da Universidade de Passo Fundo para sediar esses encontros. A SBPF promoveu o diálogo com os demais grupos estaduais, principalmente a AGAPAN, por meio de José Lutzenberger. (*O Nacional*, 24 set. 1974).

Em diversas ocasiões Lutzenberger foi convidado para vir à cidade por grupos ecologistas, pela Câmara de Vereadores e pelo prefeito Firmino da Silva Duro, afim de prestar assessoria para as empresas que desejavam resolver seus problemas ambientais (*O Nacional*, 30 jan. 1982). Em algumas ocasiões o ambientalista veio para falar, especificamente, sobre a poluição no rio Passo Fundo. Nos anos 1980, defendeu que para solucionar o problema da poluição do rio, eram necessárias:

> Soluções simples, acessíveis, baratas e que o cidadão comum entenda-as. Pois assim sendo cada cidadão vai se sentir responsável pelo problema. Há uma participação, enquanto que nas decisões baseadas no gigantismo tecnológico afastam o cidadão de qualquer participação. [...] O problema é político e não técnico, precisamos de novas decisões e não conhecimentos científicos. Predomina o enfoque de soluções caras quando temos soluções descentralizadas, baratas e eficientes (*O Nacional*, 29 abr. 1980, p.1).

As soluções simples à que Lutzenberger se referia eram, por exemplo, a construção de fossas sépticas, latrinas, decantador, depuração biológica e reciclagem de efluentes industriais. Ações que não demandavam um alto investimento, que eram acessíveis à população e que seriam rápidas em solucionar grande parte do problema (*O Nacional*, 30 jan. 1982). Outro ponto importante à destacar foi a compreensão de Lutzenberger ao dizer que era necessário que o cidadão entendesse que era responsável, tanto pelo problema quanto pela solução.

Anos mais tarde, em 1983, surgiu no município o Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas (GESP), formado com o objetivo de discutir questões ambientais como a energia nuclear e a utilização inadequada dos "recursos naturais", assuntos que eram correntes naquele período.

Figura 8: Manifestação do GESP

Fonte: *O Nacional*, 18 jun. 1991

A atuação do GESP ganhou destaque ao longo dos anos, pois o grupo tornou-se um grande denunciante das ações humanas danosas ao meio ambiente local, entre eles o rio Passo Fundo. Procurava, além de denunciar a realidade de poluição que afetava o rio, promover ações de sensibilização e de recuperação a esses danos.

Como ficou evidente, ao longo do tempo, o movimento ambiental foi se consolidando e tornando-se cada vez mais atuante e influente. Isso se deu, principalmente, a partir dos diversos atores que passaram a agir em diferentes níveis, pautados pelo objetivo de debater e promover soluções referentes a problemática ambiental. Possivelmente, foram as provocações e a atuação desses indivíduos que influenciaram o crescimento das discussões políticas sobre as questões ambientais, e que acabaram por estimular a formulação de novas políticas públicas para esse setor, algumas das quais analisaremos a seguir.

2.2 Políticas públicas para o meio ambiente

Décadas de crescimento econômico acelerado trouxeram significativa degradação ambiental para o Brasil. No início dos anos de 1970, começaram aparecer os primeiros sinais do esgotamento do modelo desenvolvimentista. O processo de industrialização, apesar de tardio, incorporou tecnologias avançadas para o país, mas que, eram ultrapassadas ambientalmente. A rápida implantação da matriz industrial internacional teve um forte impacto sobre o meio ambiente nacional (MENEZES, 1997, p. 79).

O governo brasileiro deste período compreendia que era preciso, primeiro, garantir o desenvolvimento econômico do país para posteriormente preocupar-se com as questões ambientais, e foi essa posição que defendeu na Conferência de Estocolmo. Entretanto, apesar desse posicionamento, o governo criou em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) primeiro órgão responsável unicamente pelo tema:

> Sua criação visava, entre outros objetivos, atenuar as críticas e pressões feitas por organismos e entidades ecologistas internacionais, bem como colocar o Brasil numa posição favorável à obtenção de empréstimos e investimentos estrangeiros. Não havia qualquer definição clara e objetiva de uma política ambiental para o país a ser conduzida por essa secretaria. Foi atribuída a ela apenas um rol de objetivos de difícil operacionalidade (MENEZES, 1997, p. 79-80)

Apesar de parecer uma importante iniciativa, a SEMA "foi uma agência marginal do Ministério do Interior" não significando nenhum avanço de atuação em direção a preservação ambiental nacional. Criadas, também, na segunda metade da década de 1970, as agências estaduais começaram a cumprir efetivamente seus objetivos a partir da década de 1980, principalmente, em termos de licenciamento ambiental (VIOLA, 1987, p. 85).

Por meio do Decreto nº 23.082 instituiu-se, em 1974, no Rio Grande do Sul, a Política Estadual de Proteção Ambiental, que tinha como objetivo organizar as atividades de proteção do meio ambiente:

> [...] Considerando que, em face do **intenso processo de industrialização** que se verifica no estado, é recomendável adotar uma prática preventiva eficaz destinada a evitar a destruição ou a utilização irracional dos recursos naturais; Considerando que o **acelerado processo de urbanização** por que passam nossas cidades gera e amplia problemas referentes ao saneamento básico e à poluição das águas e do ar; Considerando que se impõe o estabelecimento, pelo estado, de uma política de proteção ambiental que, através de atuação sistêmica, coordene, controle e fiscalize a execução de programas capazes de assegurar a preservação do meio ambiente, bem como de prevenir e combater a poluição em suas diversas manifestações; Considerando ser imprescindível a criação de um órgão oficial que enfeixe e coordene as atividades de proteção ambiental com a finalidade de evitar políticas fragmentárias, setoriais ou contraditórias (RIO GRANDE DO SUL, 1974, grifo nosso).

Vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, essa foi efetivamente a primeira política pública relativa à proteção do meio ambiente estadual, entretanto, assim como a SEMA, acabou não significando, inicialmente, muitas mudanças na relação entre a sociedade e seu meio.

Em âmbito local, a primeira lei que tratou da proteção hídrica no município de Passo Fundo foi instituída em 1980, durante a administração do prefeito Wolmar Salton (MDB). Sancionada e promulgada pelo vice-prefeito da época, Firmino da Silva Duro que, como será visto adiante, tinha notável preocupação em relação ao meio ambiente, essa lei tinha como objetivo promover a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de águas de interesse para o abastecimento da população urbana, os quais seriam:

> I - Águas de classes 1- o rio Passo Fundo, desde as suas nascentes até a represa de captação para consumo, e todos os seus afluentes.
> II - Águas de classe 2- o arroio Miranda, desde as suas nascentes até a represa de captação para consumo, e todos os seus afluentes (PASSO FUNDO, 1980).

Foram instituídas zonas de segurança para a saúde pública que deveriam receber cuidados e proteção obrigatórios. No caso do rio Passo Fundo, deveria ser uma faixa marginal com 50 metros de largura. Foram estabelecidas também, zonas de preservação florestal, ficando proibido qualquer tipo de poluição:

> Art. 4º É proibido, nas zonas de segurança para a saúde pública, conspurcar com as águas servidas, contaminar com resíduos sólidos de qualquer espécie, ou esgotos, ou envenenar com produtos químicos quaisquer, seja por efluentes superficiais direcionados ou descuidados, seja por filtrações no subsolo ou sumidouros, seja por pulverizações aéreas com defensivos, inseticidas ou fungicidas ou por qualquer meio nocivo à potabilidade das águas classificadas.
> Art. 5º É obrigatório o florestamento, o reflorestamento e a preservação das florestas e da vegetação, nativas ou não, nas zonas de preservação florestal permanente, nos prazos e segundo os critérios fixados pelo poder público municipal (PASSO FUNDO, 1980).

Ficaram estabelecidas, ainda, as multas para os infratores. O que chama atenção é que esta lei, foi concebida antes de se ter uma política pública nacional e estadual sobre os recursos hídricos especificamente. Haviam algumas disposições legais sobre as classificações das águas em classes, por exemplo, mas no que se refere à proteção, essas políticas ainda estavam começando a ser concebidas em nível estadual e federal, significando um avanço municipal em relação à esse tema.

Posteriormente à essa lei municipal, surgiram outros importantes mecanismos estatais, como a Lei nº 6.938 de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, constituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), formado por todos os órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como, as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, criando também o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e instituindo o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental. Os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente foram, de acordo com o decreto:

> I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
> II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
> III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;
> IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;
> V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
> VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida (BRASIL, 1981).

Constata-se então, que a partir das décadas de 1970 e 1980, o Estado brasileiro deu início ao aparato legal relativo a proteção do meio ambiente. Foram criadas, muitas instituições com o objetivo de regular, legislar e fiscalizar as ações em torno deste tema. Contudo, mesmo com a criação desses órgãos, com o objetivo de fazer a proteção ambiental no país, demorou algum tempo para que mudanças pudessem ser percebidas.

Em Passo Fundo, o segundo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, aprovado em 1984, definia as Zonas de Proteção dos Mananciais do Rio Passo Fundo e do Arroio Miranda (ZPM). Essas zonas seriam delimitadas conforme a planta do Plano Diretor e suas ocupações aos seguintes critérios de intensidade:

> Para faixa de maior restrição, denominada de lª categoria, constituída de uma faixa de 25 metros ao longo do rio, medida em projeção horizontal, a partir da linha de contorno correspondente ao nível máximo de água do rio [...]. Para faixa de menor restrição, denominada de 2ª categoria, constituída de uma faixa de 150 metros, medida em projeção horizontal, a partir do limite da faixa de 1ª categoria [...] (PASSO FUNDO, 1984).

Outro avanço jurídico deste período foi a resolução instituída pelo CONAMA que previu a elaboração de estudos de impacto ambiental para atividades modificadoras do meio ambiente tais como:

> I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento;
> II - Ferrovias; [...]
> IV - Aeroportos, conforme definidos pelo inciso 1, artigo 48, do Decreto-Lei nº 32, de 18.11.66;
> V - Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários; [...]
> VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques; [...]
> X - Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos; [...]
> XV - Projetos urbanísticos, acima de 100ha. Ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes (CONAMA, 1986).

Assim, a partir deste regulamento, que passou a vigorar em 1986, para realizar qualquer um desses tipos de obra nas proximidades do rio Passo Fundo, era obrigatória a apresentação de estudos de impacto ambiental, para que estes pudessem ser avaliados e minimizados. Contudo, lembra-se que, algumas obras importantes do município como a Estação Rodoviária (1975) e o Aeroporto (1983), não tiveram como exigência esse estudo de impacto ambiental, por terem sido planejadas e executadas em um período anterior à essa lei, o que acabou prejudicando tanto o ambiente, devido aos impactos negativos gerados pelas atividades exercidas por esses estabelecimentos, quanto a população que utiliza essas infraestruturas, pois, devido suas localizações, atualmente, obras de ampliação estão restritas, devido ao impacto socioambiental que seria gerado por elas.

A Constituição Federal de 1988, assumiu especial relevância, pois, encarregou o Estado brasileiro, a partir daquele momento, de proteger meio ambiente. Após mais de vinte anos de Ditadura Militar, de violação de direitos fundamentais e da democracia, a Constituição abordou os direitos individuais, dando atenção especial ao princípio da dignidade da pessoa. Tornou-se um instrumento inovador, pois foi a primeira na história constitucional do país a dedicar um capítulo específico para tratar do meio ambiente (SCARIOT, 2011, p. 167). O capítulo VI previu que:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
> § 1o Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
> I– preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
> II– preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
> III– definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
> IV– exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
> V– controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
> VI– promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
> VII– proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
> § 2o Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
> § 3o As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
> § 4o A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
> § 5o São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
> § 6o As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas (BRASIL, 1988).

A partir deste texto legal, o Estado brasileiro ganhou, além do *status* de Estado democrático de direito, o *status* de Estado constitucional ambiental, "ao deixar explícita sua preocupação com essa questão" (SCARIOT, 2011, p. 170-171).

No ano seguinte à promulgação da Constituição Federal, a Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente do Rio Grande Do Sul elaborou um documento com proposições do Departamento de Meio Ambiente às leis orgânicas municipais, com o objetivo de esclarecer as funções deste departamento e, ainda, auxiliar nas diretrizes que deveriam ser seguidas durante a elaboração das leis orgânicas municipais, planos diretores e outras normas, afim de cumprir-se o que havia sido fixado em lei.

Anexo a esse documento, está uma lista de proposições diretas às leis orgânicas municipais, entre elas, a indicação para que fosse incluído no capítulo sobre o meio ambiente as ideias presentes na Constituição Federal, o que significa que União, estado e município estavam começando a alinhar-se na formulação desses dispositivos legais (RIO GRANDE DO SUL, 1989, p. 1).

No município de Passo Fundo é aprovada, em 1989, a Lei 2531/89, que tornou obrigatório o reflorestamento, arborização com árvores nativas, preservação e manutenção das mesmas nas propriedades rurais do município. O plantio das espécies deveria ser feito em propriedades rurais, onde existissem: "rios, ou qualquer outro curso de água; lagoas, lagos, ou reservatórios de águas naturais ou artificiais; nascentes, ou os chamados olhos d'água, seja qual for sua situação geográfica" (PASSO FUNDO, 1989).

No ano de 1992, aconteceu no Brasil uma importante conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento que ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Essa conferência foi uma tentativa de reunir representantes de todos os países do mundo para discutir e divulgar uma nova concepção de desenvolvimento sustentável.

"Esse evento significou para o Brasil ter que enfrentar a crise ambiental e ao mesmo tempo retomar o desenvolvimento, fortalecendo a democracia e a estabilidade da economia" (SOUSA, 2005, p. 6). Além do evento em si, todo o processo de preparação também acabou afetando os diversos setores ecológicos, a sociedade e o Estado brasileiro (VIOLA; LEIS, 2002, p. 136). Contudo, apesar da importante iniciativa de discutir o meio ambiente em nível global, a Rio-92 não significou uma efetiva mudança na relação humana com ele:

> Sintetizando os resultados da Rio-92, pode-se dizer que houve simultaneamente um avanço extraordinário no plano simbólico e de conscientização – o "espírito do Rio" de que fala Strong, com a sustentabilidade ambiental tendo adquirido um peso extraordinário como princípio de legitimidade do mundo contemporâneo. Também houve um fracasso no plano político-econômico – refletido na incapacidade de construir-se marcos de referências, mecanismos de implementação e instituições correspondentes à nova consciência e legitimidade. Por quanto tempo este fosso entre a consciência e o comportamento efetivo das sociedades e os indivíduos poderá manter-se? (VIOLA; LEIS, 2002, p. 139-140).

Entre os anos 1970 e 1990, avançou-se muito em relação à discussão ambiental, a sensibilização social e até mesmo na elaboração de legislações, porém, isso pode não ter repercutido em uma mudança rápida e efetiva na relação entre sociedade, Estado e ambiente. Conheceremos, a seguir, casos de poluição grave a que o rio Passo Fundo foi exposto neste mesmo período.

2.3 Alguns casos de poluição do rio Passo Fundo: entre o crescimento econômico e a proteção ambiental

O início da década de 1970 foi o período do chamado "milagre brasileiro". Vislumbrava-se um novo horizonte para o país. Acreditava-se que o crescimento econômico resolveria os problemas sociais. Nessa perspectiva, a cidade, ajustada ao projeto desenvolvimentista, era tida como um aspecto relevante do processo econômico. “Deveria representar, simbolicamente, os anseios de um país com vontade de desenvolver-se, industrializar-se, tornar-se moderno. O planejamento urbano assumiu, nesse momento, um papel estratégico”. Almejando esse desenvolvimento, questões como a do impacto da industrialização sobre o meio ambiente foram ignoradas (MENEZES, 1997, p.78).

O município de Passo Fundo, como reflexo desse cenário nacional, acompanhou esse crescimento urbano. No meio rural, houve o crescimento da lavoura de soja. Além do crescimento do desmatamento da mata ciliar, o uso de inseticidas e defensivos agrícolas matou peixes e poluiu a água (*O Nacional*, 1 mar. 1974). Na cidade houve um aumento expressivo do volume de esgotos sem tratamento e, ao mesmo tempo, do desmatamento da mata ciliar no trajeto urbano do rio. Devido ao agravamento dessa situação, no ano de 1978, técnicos da Secretaria de Saúde visitaram o rio Passo Fundo após receberem denúncias de poluição agrícola e urbana (*O Nacional*, 8 mar. 1978). Ao mesmo tempo em que as legislações e órgãos reguladores estatais começavam a ser criados, os casos de poluição ao rio Passo Fundo passavam a ser noticiados em proporções não vistas anteriormente.

Em 1979, o “Caso Kimplas”, como ficou conhecido, chamou atenção pela repercussão que teve nos meios de comunicação local. A indústria de químicos Kimplas estava localizada junto ao antigo matadouro municipal, na rua Manoel Portela, bem próxima ao curso do rio Passo Fundo. Foi acusada de despejo de soluções químicas no rio, além de não possuir alvará sanitário.

Esse caso trouxe à tona muitos conflitos de interesses. Além do jornal *O Nacional*, o jornal *Diário da Manhã,* também de grande circulação no município naquele período, denunciou a péssima situação do rio Passo Fundo nas proximidades da indústria: “no local de despejo as águas transformaram-se numa pasta graxosa e fedorenta, com grandes bolhas na superfície” (*Diário da Manhã,* 15 nov. 1979, p. 1). A reportagem ainda questionou:

> Até quando essa indústria que não traz nenhum benefício para Passo Fundo, pois que nem imposto paga aos cofres municipais [...] vai continuar abusando desta cidade, descumprindo as normas de defesa ecológica e contribuindo para manter um bem inavaliável do Município, que é o rio Passo Fundo? A Kimplas, segundo manifestação oficial do delegado local de Saúde, não tem alvará sanitário para funcionamento, não tem plantas aprovadas pela Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente, lança seus efluentes industriais sem tratamento adequado e não possui as mínimas condições de higiene, tanto para a fabricação de produtos quanto para local de trabalho dos operários. E assim mesmo continua funcionando e matando o rio Passo Fundo? Até quando? (*Diário da Manhã*, 15 nov. 1979, p. 1).

O Caso Kimplas revelou, mais uma vez, o conflito de posicionamento entre os dois principais jornais locais, *O Nacional* e *Diário da Manhã*. Neste caso específico, o jornal *Diário da Manhã* se posicionou como denunciante persistente. Em contrapartida, *O Nacional*, assumiu uma posição mais branda, veiculando além das denúncias contra a empresa, muitas matérias em que a defesa, ou seja, o advogado da indústria na ocasião, ou membros de sua direção, se posicionavam. Contatou-se que a quantidade de publicações da defesa foi maior do que as de denúncias no jornal *O Nacional*.

Políticos locais também apresentaram suas opiniões sobre o caso. O vereador Hildo Wollmann, da ARENA, se manifestou por meio do *O Nacional* em defesa da Kimplas, dizendo que a CORSAN seria a verdadeira poluidora: "a poluição do rio é feita pelo esgoto cloacal, por falta de providencias da CORSAN e por outras industrias a tal ponto que a empresa interditada nada acrescenta ao problema" (*O Nacional*, 27 nov. 1979, p. 1).

Chegando a ser interditada (*O Nacional*, 23 nov. 1979), em 1981, Kimplas ganhou a ação movida contra ela, a partir do entendimento jurídico de que a iniciativa de qualquer processo ambiental contra a empresa deveria partir da administração municipal e não de uma ação popular, como havia sido feito (*O Nacional*, 15 out. 1981).

Contudo, possivelmente devido a atenção que o caso trouxe para as práticas desta indústria, algum tempo depois, a empresa Kimplas voltou a ser acusada de poluição por alguns meios de comunicação local. Procurou, portanto, "esclarecer" a comunidade, por meio de uma grande publicação na capa de *O Nacional*, com letras grandes para o padrão do período, como vê-se na Figura 9.

Figura 9: Esclarecimentos da empresa Kimplas

O NACIONAL

MÚCIO DE CASTRO — JORNAL O NACIONAL — DIÁRIO INDEPENDENTE – ANO 57/RS.
DIRETOR MÚCIO DE CASTRO FILHO
PASSO FUNDO SEXTA-FEIRA 15 DE ABRIL DE 1983 EDIÇÃO NÚMERO 16.135 - PREÇO Cr$ 100,00 6 PGS.

KIMPLAS INFORMA A COMUNIDADE:
SEUS EQUIPAMENTOS ANTIPOLUIÇÃO ESTÃO INSTALADOS E EM FUNCIONAMENTO

Fonte: O Nacional, 15 abr. 1983, p. 1

Como forma de se defender, por meio desta publicação de capa, representantes da Kimplas explicaram que estavam tomando medidas para solucionar a poluição. Procuraram deixar claro que seus equipamentos antipoluição estavam instalados e em pleno funcionamento. A solução que teria sido encontrada pela indústria, foi a utilização de um sistema de tratamento de resíduos, “spray dry”, que os secaria, transformando-os em pó, que seria estocado e posteriormente comercializado.

Possivelmente em decorrência de casos de poluição como este, em 1982, a administração do prefeito Firmino da Silva Duro (MDB), passou a estabelecer iniciativas contra a “industrialização a qualquer preço” e pelo combate à poluição, principalmente industrial, que estava em níveis exorbitantes no município neste período. Firmino Duro, que também era médico, deu início à projetos importantes em relação a preservação ambiental do rio Passo Fundo, constituindo-se na primeira administração municipal a demonstrar, além de preocupação, uma linha de ação sobre o tema.

A Prefeitura Municipal ajuizou causas contra inúmeras empresas consideradas poluidoras, aprovou leis no sentido da conservação, criou órgãos de discussão e de planejamento, bem como, campanhas escolares para informação. “A intenção é exigir o preço justo da industrialização, isto é permiti-la sem poluição” (*O Nacional*, 4 mar. 1982, p. 1). O auge de suas medidas foram as ações na justiça contra doze empresas locais, que deveriam, dentro de um prazo de seis meses, deixar de poluir as águas, instalando equipamentos especializados, sob pena de multas diárias. Reconhecendo que a medida seria encarada como dura demais, o prefeito afirmou que:

> Se medidas dessa natureza tivessem sido tomadas, há mais tempo, não teríamos chegado ao estado dramático que chegamos. Basta ver o rio Passo Fundo, que corta a cidade, outrora caudaloso, e responsável, até pelo nome do Município, que durante muito abasteceu a população com água potável e que hoje não passa de um caldo de fezes (*O Nacional*, 25 mar. 1982, p. 1).

Imediatamente à essa atitude do prefeito, dirigentes da Câmara da Indústria, Comércio, Agropecuária e Serviços de Passo Fundo (CISCAP) manifestaram-se, posicionando-se a favor dos empresários, argumentando que essas ações estariam criando uma imagem negativa para Passo Fundo, na medida em que fariam parecer que o município era contra a industrialização (*O Nacional*, 25 mar. 1982). Em meio a esse conflito e, possivelmente, como uma alternativa de mediação entre o poder executivo e os empresários, foi criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente com o objetivo de opinar sobre licenciamentos, elaborar estudos e planos de recuperação ambiental, fiscalizar possíveis agentes poluidores, etc. (*O Nacional*, 23 abr. 1982).

Entretanto, apesar dos esforços da administração do prefeito Firmino Duro, seu sucessor, o prefeito Fernando Carrion (PDS) não teve a mesma visão em relação ao uso dos bens ambientais do município, chegando a afirmar em entrevista ao jornal *O Nacional* que seria “preferível ter empregos com alguma lesão ao meio ambiente, a ter miséria num belo cenário natural” (*O Nacional,* 12 abr. 1983, p. 1).

O prefeito Carrion retirou as ações na justiça contra as empresas poluidoras. Aliada à administração dele, a CICASP atuou, novamente, na defesa das empresas, justificando que Passo Fundo mal havia começado a engatinhar industrialmente para apresentar tantos contratempos à instalação e ao funcionamento das indústrias. Comparou-se Passo Fundo com São Paulo: “São Paulo poluído poluindo e Passo Fundo modestamente poluído, antipoluindo” (*O Nacional,* 15 abr. 1983, p. 1).

Esse discurso, adotado por empresários e por membros do poder executivo, tornou-se muito problemático, pois acabou prejudicando as poucas e incipientes iniciativas de combate à poluição em favor do suposto crescimento econômico que o município “precisaria priorizar”. Desse modo, mesmo que os casos de poluição que ganharam destaque neste período tivessem gerado o aumento da consciência de que a situação do rio Passo Fundo estava chegando à níveis inaceitáveis, a maioria das ações não mudaram, efetivamente a realidade, sendo que, ao final da década de 1980, continuaram existindo denúncias de poluição e descaso com os recursos hídricos no município.

Essas denúncias, tratavam-se tanto da área urbana quanto da área rural, como: caminhões que realizavam o trabalho de limpeza de poços negros estariam despejando o esgoto diretamente no rio Passo Fundo; empresas que retiravam areia das margens do rio, provocando desmoronamento dos barrancos e a derrubada de árvores; e até mesmo de que a CORSAN, principal empresa pública responsável pelo abastecimento e saneamento no município, estaria jogando esgotos sem tratamento no rio Passo Fundo. Essa diversidade de denúncias demonstra o quão problemática estava a situação da poluição naquele período.

2.4 O rio mostrou o seu limite

No final da década de 1970, o processo de urbanização alcançou níveis avançados, muitas áreas do município foram povoadas e necessitavam de infraestrutura. Esse contexto fez surgir, também, a necessidade da mudança do local da Estação de Tratamento de Esgoto cloacal, que ficava localizada entre as ruas Jacinto Vilanova e Juvêncio Annes, na Vila Annes. Quando do estabelecimento da estação naquele local, em meados de 1950, a aglomeração urbana estava mais afastada e por isso não sofria incômodos significativos.

Figura 10: Antiga Estação de Tratamento de Esgotos localizada na Vila Annes

Fonte: CORSAN, 1956

Figura 11: Ponte sobre o rio Passo Fundo na Avenida Brasil

Fonte: CZAMANSKI, 1957

Por meio das Figuras 10 e 11, percebe-se que existiam algumas casas próximas à estação, mas a maior concentração populacional estava na direção oposta, no sentido do bairro Boqueirão, pois a região do bairro Petrópolis, a partir do local onde a principal avenida do município cruza o rio, demorou mais tempo para ser povoada.

Figura 12: Vista da Avenida Brasil no sentido Boqueirão-Petrópolis

Fonte: CZAMANSKI, Deoclides, entre as décadas de 1960 e 1970, Acervo do Museu Histórico Regional de Passo Fundo

Foi nas décadas de 1960 e 1970 que Passo Fundo passou a ter maior dinamismo nas principais áreas que passaram a caracterizá-la economicamente: agricultura, comércio, indústria e serviços. Assim, a modernização da agricultura e o processo de industrialização que chegou ao campo fizeram com que Passo Fundo necessitasse de uma reestruturação urbana devido ao êxodo rural (TEDESCO et al., 2007, p. 353). Segundo Tedesco e outros:

> Em 1970, as concentrações fundiárias, aliadas à modernização do processo técnico, dispensaram mão-de-obra e transformaram as relações de produção, ocasionando a redução da população rural, pois essa população foi substituída pela tecnologia. Esse cenário mostra a relação, interativa, entre as alterações no modo de produção e nas forças produtivas no campo e a migração para a cidade (1993, p. 36-37).

A Figura 12 nos mostra, ao fundo, uma área ainda sem grande concentração populacional, essa era a área onde se encontrava a estação de tratamento de esgoto. Contudo, com o passar do tempo, o crescimento da população e a expansão da urbanização para além dos limites centrais estabelecidos até então, essa área, não somente passou a abrigar cada vez mais pessoas, mas se transformou em parte do centro da cidade. Assim, no ano de 1977, o vereador Flávio Araújo (ARENA) fez o pedido de mudança da estação de tratamento para longe do centro, "para além da ponte na BR 285" demonstrando que esta área estava integrando-se à região central do município, como vê-se na Figura 13.

Figura 13: Avenida Brasil no sentido Petrópolis-Boqueirão

Fonte: CZAMANSKI, Deoclides, 1970

Percebe-se que ocorreu um processo concomitante: ao mesmo tempo que uma parcela da sociedade defendeu o desenvolvimento industrial e urbano, mesmo que com prejuízo ao meio ambiente, ocorreu também o aumento da má condição do rio Passo Fundo. Em face à essa realidade, toda a população acabou afetada, pois o rio começou a dar muitos sinais de desgaste.

Com o aumento populacional, o rio Passo Fundo foi perdendo a capacidade de abastecer sozinho, toda a população do município. Esse processo não ocorreu apenas em Passo Fundo. O historiador ambiental Gilmar Arruda, identificou que em Londrina, o abastecimento de água potável foi um problema, principalmente em momentos de seca. O autor apontou que, desde o início da década de 1970, ocorreram na cidade de Londrina "discussões e proposições de projetos com a finalidade de "resolver" o que era diagnosticado como o "problema do abastecimento"" (2018, p. 63).

Em Passo Fundo, como uma tentativa de solucionar esse problema e suprir a população com a água necessária, foi iniciada a captação do Arroio Miranda, afluente do rio Passo Fundo, criando-se a "Barragem do Arroio Miranda", que entrou em operação em 1979 (PMSB, 2014, p. 343). Assim, somente a partir de 1979 é que o rio Passo Fundo deixa de ser o único ponto de captação de água para o abastecimento público.

Observou-se que, com a chegada dos anos 1980, o avanço da urbanização e a ocupação no entorno do rio, começaram a aparecer os primeiros casos de inundações às populações ribeirinhas, principalmente nas épocas de chuvas. Identificou-se, portanto, um crescente problema ambiental, em que a população passou por momentos de seca e em seguida sofreu com períodos de cheia.

Os anos 1984 e 1985 chamam atenção, pois em determinada época do ano o volume do rio aumentava tanto que os alagamentos foram constantes, chegando inclusive na altura das pontes (Figura 14). Esses alagamentos acabavam prejudicando muitas famílias que tinham se estabelecido nas margens do rio, principalmente, na Vila Entre Rios e Petrópolis. De um modo geral, todas as ocupações urbanas, causam modificações no ciclo hidrológico local, porém, é evidente que áreas residenciais irregulares possuem, ao mesmo tempo, um maior potencial poluidor e de inundações (PEIXOTO et. al., 2016). Assim, na maioria das vezes, é quem tem menor condição financieira que se instala em locais impróprios, com infraestrutura deficitária e que, consequentemente, acaba sofrendo mais. As autoras Andréa Casa Nova Maia e Lise Sedrez, ao analisar o processo histórico que envolveu a enchente na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1966, identificaram que:

> A cidade que emerge das águas é uma cidade ao mesmo tempo solidária e segregada. [...] as redes de solidariedade reforçam, ao invés de obliterar, as diferenças sociais e as percepções de lugar, mesmo durante um desastre urbano. Os estudos de história ambiental urbana precisam, portanto, considerar a paisagem social, com particular atenção às diferenças de classe, ao mesmo tempo que decifram as paisagens urbana e natural (2011, p. 252).

Figura 14: Ponte sobre o rio Passo Fundo na rua Uruguai

Fonte: *O Nacional*, 8 maio 1984

Por isso, recuperar a memória das enchentes, dos rios aparentemente esquecidos, que carregam os esgotos da cidade e todas as coisas que se preferem ocultas é recuperar a memória da própria cidade e deixar "transbordar os desgovernos e a falta de políticas de planejamento urbano que propiciariam a melhoria das condições de vida na cidade" (MAIA; SEDREZ, p. 223-224).

Em contraste à essa situação, no ano seguinte, a população passou por períodos de estiagem que acabaram gerando problemas sérios de abastecimento e constantes racionamentos (*O Nacional*, 12 dez. 1985), o que demonstra as dificuldades da gestão dos recursos hídricos locais, e de planejamento e prevenção à esse tipo de problema.

A situação, a partir da segunda metade dos anos 1980, começou a ficar crítica e o rio Passo Fundo não estava mais sendo capaz de abastecer a população. Diante das denúncias de poluição que cresciam, em 1986, o prefeito Carrion voltou atrás no seu posicionamento de desenvolvimento a qualquer custo e passou a defender o combate à poluição hídrica, tanto em nível industrial quanto agrícola. Assim, em 1987, lançou-se o primeiro projeto de recuperação do rio Passo Fundo, com o objetivo de "oferecer alternativas ao pequeno agricultor, através de um programa de reflorestamento, construção de açudes [...] e criação de peixes" (*O Nacional*, 5 nov. 1987, p. 1). A partir do projeto, o poder público municipal ficava responsável pela infraestrutura necessária para viabilizar sua execução, bem como, por proporcionar educação ambiental para a população. Outra medida de Carrion foi o plano de encampar os serviços da CORSAN, principalmente, em decorrências da falta de água frequente no município.

Com essa realidade, o município de Passo Fundo iniciou, em 1990, uma série discussões referentes ao Código Estadual de Meio Ambiente que seria elaborado a partir de então. O então delegado regional de saúde, Júlio Teixeira, avaliando a importância de discussões desse teor, constatou que, a partir delas, foram levantados vários problemas locais e regionais e que, por isso, "o Estado deve ter uma constituição e um código muito abrangente e resolutivo compatibilizando o desenvolvimento com a tutela do meio ambiente" (*O Nacional*, 31 jul. 1990, p. 1).

Entre os principais problemas identificados naquele momento estavam, novamente, a poluição industrial e agrícola. Destacou-se, também, a partir daquelas discussões, a necessidade da criação de mecanismos legais que introduzissem nos currículos escolares disciplinas relativas ao meio ambiente e à ecologia.

Ao mesmo tempo em que o poder público iniciou o planejamento e a organização de políticas em relação ao meio ambiente, a falta ou a lentidão de ações adequadas, acumuladas ao longo do tempo, acabaram tornando o problema da falta de tratamento de esgotos cada vez maior, o que impactava diretamente nas condições de vida de parte da população, principalmente, mais pobre. Isso porque, as populações ribeirinhas necessitavam daquelas águas e as utilizavam mesmo estando poluidas, o que acabava causando diversas doenças. A alternativa imediata apresentada pelo município era de que essas pessoas não utlizassem a água. No entanto, a administração reconheceu que a real solução para essa questão estava no saneamento básico, canalização e tratamento de esgoto (*O Nacional*, 16 maio 1991).

Outra questão de destaque naquele período, no que se refere a relação da população com o rio, foi a prática de muitas pessoas, que mesmo sabendo da poluição do rio, o utilizavam para lavar roupas, tomar banho (*O Nacional*, 15 maio 1991), e também para a sua alimentação, por

meio da pesca (*O Nacional*, 22 nov. 1992). Isso demonstra que, mesmo que ao longo do tempo, a relação humana com o rio tenha sido alterada, as águas do rio Passo Fundo continuaram sendo utilizadas diretamente pela população, principalmente a mais pobre, que residia em suas proximidades.

Com a entrada dos anos 1990, a situação de poluição do rio Passo Fundo continuou grave e, assim, houve diversas denúncias de violação ambiental. Em 1991 a densidade demográfica do município continuava ascendente, passando de 47,14 em 1970 para 88,47 em 1991 e, cada vez mais, a população se concentrava no espaço urbano (TEDESCO et al., 2007, p. 367). Na área central, e surpreendentemente, nas proximidades da Prefeitura Municipal, as margens do rio perderam a vegetação ciliar, e, além disso, pode-se perceber por meio da Figura 15, a presença de inúmeras construções próximas a ela, o que, possivelmente, representava o agravamento da poluição do rio Passo Fundo naquele local:

Figura 15: “Rio perde espaço em plena área central”

Fonte: *O Nacional*, 24 jun. 1992

Na tentativa de solucionar o problema de um dos principais emissários de contaminação no rio Passo Fundo, foi assinado, em 1992, o contrato de início das obras de esgoto ao longo de parte das margens do rio. Em sua primeira etapa, as obras iniciaram na rua Eduardo de Brito, esquina com a rua Beira Rio, em seguida passando pelo bairro Victor Issler, costeando o trajeto que o rio Passo Fundo faz neste local e indo até a BR-285, totalizando mais de 3 quilômetros. Posteriormente, a CORSAN deveria estender essa rede de esgotos em mais 60 quilômetros pelo município, implantando também novas estações de tratamento (*O Nacional*, 6 ago. 1992).

Como demonstrado no capítulo anterior, os estudos para a realização das obras de saneamento do município começaram em 1934, contudo, seu início efetivo se deu em 1946. Isto posto, foi apenas a partir do ano de 1992 que as obras de esgoto passaram a ser priorizadas, tanto pelo poder público municipal, quanto pelo estadual, representado pela CORSAN.

Viu-se que, ao longo dos anos 1970, uma nova visão sobre a relação humana com o meio ambiente começou a surgir. Tanto em nível mundial, quanto nacional e local, formaram-se grupos que elaboraram estudos e propostas que procuraram compreender a realidade dos bens naturais e o que precisaria ser mudado na relação humana com eles. Começaram a surgir, ainda, as primeiras políticas públicas que tratavam do meio ambiente e que procuravam regular as ações humanas nesse sentido. Essa mudança de pensamento, aprofundou-se nos anos 1980 e 1990 e, acabou afetando, em alguns aspectos, o relacionamento de parte da sociedade local com o rio Passo Fundo.

Assim, começaram a surgir reações, no que dizia respeito a realidade de poluição que o rio estava enfrentando. Essas reações vieram por meio dos grupos ecológicos e da administração municipal, percebendo que se não fosse tomada alguma atitude, a situação do rio iria piorar cada vez mais. Baseando-se nisso, tratar-se-á no terceiro capítulo desta dissertação, do período que vai de 1994 a 2007, no qual identificou-se, além do aprofundamento das preocupações ambientais com o rio Passo Fundo, uma mudança significativa nas políticas públicas e nas ações sociais em relação a ele.

3 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE (1994 - 2007)

Depois que os movimentos ecológicos iniciaram sua atuação no sentido de promover o debate e uma nova maneira de relacionamento social com a natureza, mudanças nas políticas públicas para o meio ambiente também começaram a acontecer. O ano de 1994 marcou a instituição da Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande Do Sul, significando uma mudança de posicionamento e atuação governamental. Por isso, este ano foi escolhido para ser o marco inicial deste capítulo. A partir desta Política, a água passou a ser reconhecida como um bem natural de disponibilidade limitada, dotada de valor econômico e como um bem público de domínio do Estado. O Capítulo 3 abordará, portanto, as mudanças nas políticas públicas para o meio ambiente, bem como, as mudanças nas ações humanas que impactaram o rio Passo Fundo nesse mesmo contexto.

3.1 Rio Passo Fundo: entre os usos e as políticas públicas

A Política Estadual de Recursos Hídricos, teve como objetivo promover a harmonização entre os usos múltiplos dos recursos hídricos e sua limitada disponibilidade, de modo a:

> I - assegurar o prioritário abastecimento da população humana e permitir a continuidade e desenvolvimento das atividades econômicas;
> II - combater os efeitos adversos das enchentes e estiagens, e da erosão do solo;
> III - impedir a degradação e promover a melhoria de qualidade e o aumento da capacidade de suprimento dos corpos de água, superficiais e subterrâneos, a fim de que as atividades humanas se processem em um contexto de desenvolvimento socioeconômico que assegure a disponibilidade dos recursos hídricos aos seus usuários atuais e às gerações futuras, em padrões quantitativa e qualitativamente adequados (RIO GRANDE DO SUL, 1994).

Essa Política representou a responsabilização estatal referente ao controle e ao gerenciamento dos recursos hídricos, procurando compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a proteção do meio ambiente. Criou-se ainda, por meio dela, os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, com o objetivo de coordenar as atividades dos agentes públicos e privados, conciliando "no âmbito espacial da sua respectiva bacia, as metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos com a crescente melhoria da qualidade dos corpos de água" (RIO GRANDE DO SUL, 1994).

Quando houve a instituição da Política Estadual de Recursos Hídricos, estavam organizados os comitês da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (1988), da Bacia do Rio Gravataí (1989) e o da Bacia do Rio Santa Maria (1994) (RIO GRANDE DO SUL, 1994). Os demais comitês, foram sendo criados com o passar do tempo. O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo iniciou seu funcionamento bem mais tarde, em 2004.

Lembra-se, ainda, que o estado rio-grandense não foi o primeiro a instituir esse tipo de política. São Paulo publicou essa medida em 1991 e, em 1996, o estado da Paraíba.

A União, ainda sem mecanismos legais específicos, estabeleceu sua política referente ao sistema de gestão de recursos hídricos em 1997, aprovada por meio da Lei n. 9.433/97. Esta lei significou a valoração da água, pois, determinou, por meio de seu primeiro artigo, nos incisos I e II, que: "a água é um bem de domínio público e dotado de valor econômico" (BRASIL, 1997).

Inspirada no modelo francês, a legislação hídrica brasileira foi um exemplo ambicioso de gestão do uso dos rios. De acordo com ela, as decisões sobre os usos da água, em todo o país, deveriam ser tomadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, constituídos por representantes da sociedade civil, dos estados e dos municípios. A partir desse aparato legal, juntamente com as políticas estaduais, foi dado um novo enfoque para a questão hídrica no Brasil, baseada na racionalização do uso da água e estabelecendo princípios e instrumentos para sua utilização (SOUZA, 1997).

Seguindo essa mesma perspectiva, outro ato legislativo importante foi a edição da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), que dispôs sobre as sanções penais e administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, regulamentando instrumentos importantes da legislação ambiental, como a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica e a responsabilização penal da pessoa jurídica (FARIAS, 2017, p. 1).

A criação da Agência Nacional de Águas (ANA), nos anos 2000, representou outro modelo de regulação estatal dos recursos hídricos, tendo como missão básica, a implantação do sistema nacional de recursos hídricos. A ANA possuiu participação na execução da Política Nacional de Recursos Hídricos, apoiando os Conselhos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos, bem como, os respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas, no sentido de fornecer subsídio técnico na implantação desta política. A ANA também foi responsável pela implantação, em conjunto com os estados, dos Comitês de Bacias Hidrográficas, com suas respectivas Agências de Bacia.

Em Passo Fundo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2006, trouxe pela primeira vez, um capítulo específico sobre a qualificação ambiental do município, reconhecendo que:

> Art. 16: O desenvolvimento municipal deve estar embasado na valorização do patrimônio ambiental, visando a sustentabilidade e a promoção dos valores históricos e culturais de Passo Fundo, compreendendo a necessidade de uma relação equilibrada entre ambiente construído e natural. Parágrafo Único. O patrimônio ambiental abrange o patrimônio histórico e cultural e o patrimônio natural e paisagístico (PASSO FUNDO, 2006).

A partir daquele momento, a paisagem passou a integrar o conjunto dos patrimônios históricos municipais, e a água, patrimônio natural e paisagístico. Tornaram-se diretrizes gerais para a qualificação ambiental do município de Passo Fundo:

> I - visão ambiental integrada às políticas de desenvolvimento, considerando-se a posição geográfica estratégica de Passo Fundo quanto às bacias hidrográficas;
> II - valorização da identidade cultural da população;
> III - priorização de ações que minimizem os processos de degradação ambiental;
> IV - valorização do patrimônio ambiental com ocupação e utilização disciplinadas de forma a garantir a sua perpetuação proporcionando à população melhor qualidade de vida;
> V - estabelecer normas específicas de uso e ocupação do solo para a proteção dos recursos naturais em áreas de mananciais e recursos hídricos;
> VI - considerar a paisagem urbana e os elementos naturais como referência para a estruturação do território;
> VII - promover a inclusão, valorizando o patrimônio natural, histórico e cultural de forma a reforçar o sentimento de cidadania e da identidade local;
> VIII - integrar as potencialidades do patrimônio natural, paisagístico, histórico e cultural com o turismo municipal e regional (PASSO FUNDO, 2006).

Desse modo, a administração pública estabeleceu diretrizes para a gestão ambiental do município, baseada na preservação, recuperação, adequação e educação ambiental (PASSO FUNDO, 2006).

Enfim, a partir de 1994 e das políticas estadual e nacional de recursos hídricos, o Estado brasileiro posicionou-se como o gestor responsável pela garantia da disponibilidade de recursos hídricos de qualidade à sua população. Além da crescente atuação estatal, as ações do movimento ecológico também foram um fator preponderante observado a partir daquele período, e que contribuíram muito para uma mudança da mentalidade e das ações em relação aos bens ambientais. A seguir, veremos algumas mudanças nos usos do rio e as políticas públicas que surgiram em resposta à essas mudanças.

A partir do histórico apresentado até aqui, pôde-se constatar que as ações em torno do rio Passo Fundo foram se modificando. Os maus tratos a ele cresceram, mas a atuação de um movimento ecológico focado em sua preservação, além da intervenção estatal a fim de ampliar esse cuidado, também aumentou. O desmatamento da mata ciliar, a erosão do solo das margens, o uso de agrotóxicos, a agricultura e a pecuária no entorno do rio, foram fatores que prejudicaram a qualidade das águas do rio Passo Fundo. Além desses danos, a área urbana trouxe outros tantos impactos ao rio Passo Fundo e, destes, destacam-se o descarte de resíduos sólidos de diversos tipos e o lançamento de esgotos sem tratamento, diretamente no curso do rio. Portanto, a partir de agora, iremos identificar e analisar cada um desses danos, procurando compreender como os movimentos ecológicos e o poder público se mobilizaram para resolver tais problemas.

3.1.1 Esgotos

O lançamento de esgotos sem tratamento diretamente no rio Paso Fundo se tornou um problema permanente. Frente à realidade específica dos esgotos e devido aos recorrentes cortes no abastecimento hídrico, foi que, a partir do ano de 1994, a administração municipal, liderada pelo então prefeito Osvaldo Gomes (PMDB), começou a cogitar a encampação dos serviços prestados pela CORSAN. De acordo com a proposta, a prefeitura assumiria essa função (*O Nacional*, 11-12 jun. 1994).

A insatisfação referente aos serviços prestados pelas concessionárias que forneciam os serviços de água não aconteceu apenas no município de Passo Fundo. No primeiro terço do século XX, a população de Olinda reclamava da precariedade dos serviços prestados pela Companhia de Santa Thereza. Sua ineficiência provocou fortes pressões, não somente dos usuários, mas também da Prefeitura Municipal de Olinda “que constantemente ameaçava rescindir o contrato com a empresa e tomar para si a responsabilidade do fornecimento” (CAMPOS; PACHECO, 2018, p. 41).

É importante ressaltar o contexto político estadual que marcou o descontentamento por parte do administrativo municipal, em relação aos serviços prestados pela CORSAN. O governador do Rio Grande Do Sul naquele período era Alceu Collares, do PDT, partido que representava uma forte oposição ao prefeito Osvaldo Gomes naquele momento. Osvaldo Gomes havia ganho a eleição por uma diferença de apenas 65 votos, em relação ao candidato

Carlos Armando Salton (PDT) (TRE, 2018). Por isso, é possível que a oposição política tenha agravado a insatisfação existente em relação aos serviços da CORSAN naquele momento.

O problema de Passo Fundo com os esgotos chegou a tal ponto, que recorrentemente, encontram-se no jornal notícias sobre as dificuldades que a falta de esgotamento sanitário trazia ao dia a dia da população.

Figura 16: Charge sobre o odor dos esgotos em Passo Fundo

Fonte: *O Nacional*, 7 abr. 1995, p. 3

A reclamação representada na Figura 16, em tom de brincadeira, refere-se especificamente ao mau cheiro da Estação de Tratamento de Esgoto, localizada na Vila Annes, da qual tratou-se no capítulo anterior. No ano de 1977, a população dos arredores havia reclamado do mau cheiro da estação. O aumento populacional no local fez que, em 1995, a situação se tornasse ainda mais complicada. A CORSAN foi, então, novamente pressionada, agora pela prefeitura, Câmara de Vereadores e a associação de moradores para que tomasse as providências cabíveis naquele local.

Mesmo após a proposição feita por Osvaldo Gomes e dos intensos debates[23] em torno da encampação dos serviços da CORSAN no município, o prefeito desistiu da ideia em 1995. Não por acaso, mas, provavelmente porque, a partir daquele ano, quem assumiu o cargo de governador do Rio Grande Do Sul foi Antônio Britto, também filiado ao PMDB. Assim, afinado à seu aliado político, a administração municipal, propôs uma parceria com a CORSAN, afim de agilizar as obras de serviços de água e esgoto. Em entrevista ao jornal *O Nacional*, o prefeito comemorou "a vontade do governo em se manter aberto na busca de soluções conjuntas" e

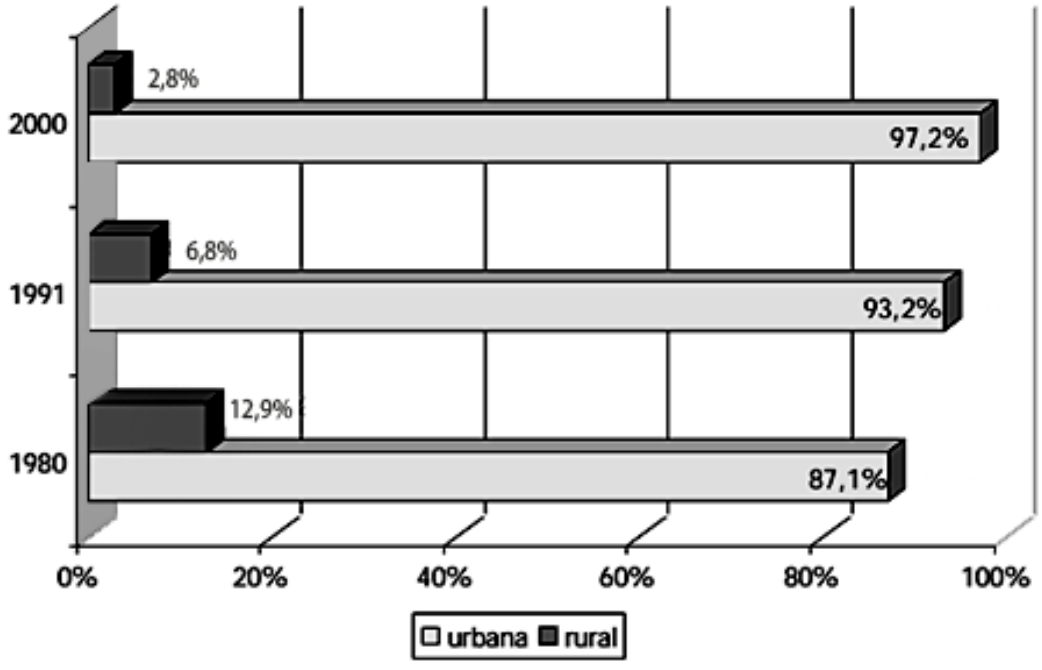
realizando o pouco tratamento de esgoto à qual se propôs, depositando os efluentes diretamente no rio Passo Fundo (*O Nacional*, 16-17 jun. 2001).

Em resposta à essa denúncia, a CORSAN declarou que nunca havia negado que o esgoto era jogado no rio Passo Fundo. José Carlos de Oliveira, superintendente da Companhia na época, disse que o projeto de saneamento encontrado por sua gestão datava de 1972 e tratava-se de um "projeto faraônico e impossível de ser concretizado".

A proposta apresentada naquele momento, consistia em atender, primeiramente, o Bairro São José, região onde se encontrava a nascente do rio Passo Fundo. Conforme o superintendente: "fazem 20 anos que o esgoto é jogado no rio Passo Fundo, estamos dispostos a solucionar o problema, mas também é bom deixar claro que nunca negamos que o esgoto do centro da cidade vai direto para o rio Paso Fundo" (*O Nacional*, 16-17 jun. 2001, p. 19). Ficava, assim, cada vez mais clara, a falta de cuidados com o rio Passo Fundo, inclusive por parte daqueles que teriam maior responsabilidade de promover ações de conservação.

Além do lançamento de esgoto do qual a CORSAN era responsável, havia também o esgoto lançado pelas famílias que se fixaram ao longo das margens dele, instaladas em ocupações irregulares. O município de Passo Fundo, no ano 2000, apresentava uma taxa de urbanização de 97,2%, de acordo com a Figura 18:

Figura 18: Evolução da taxa de urbanização em Passo Fundo (1980/2000)

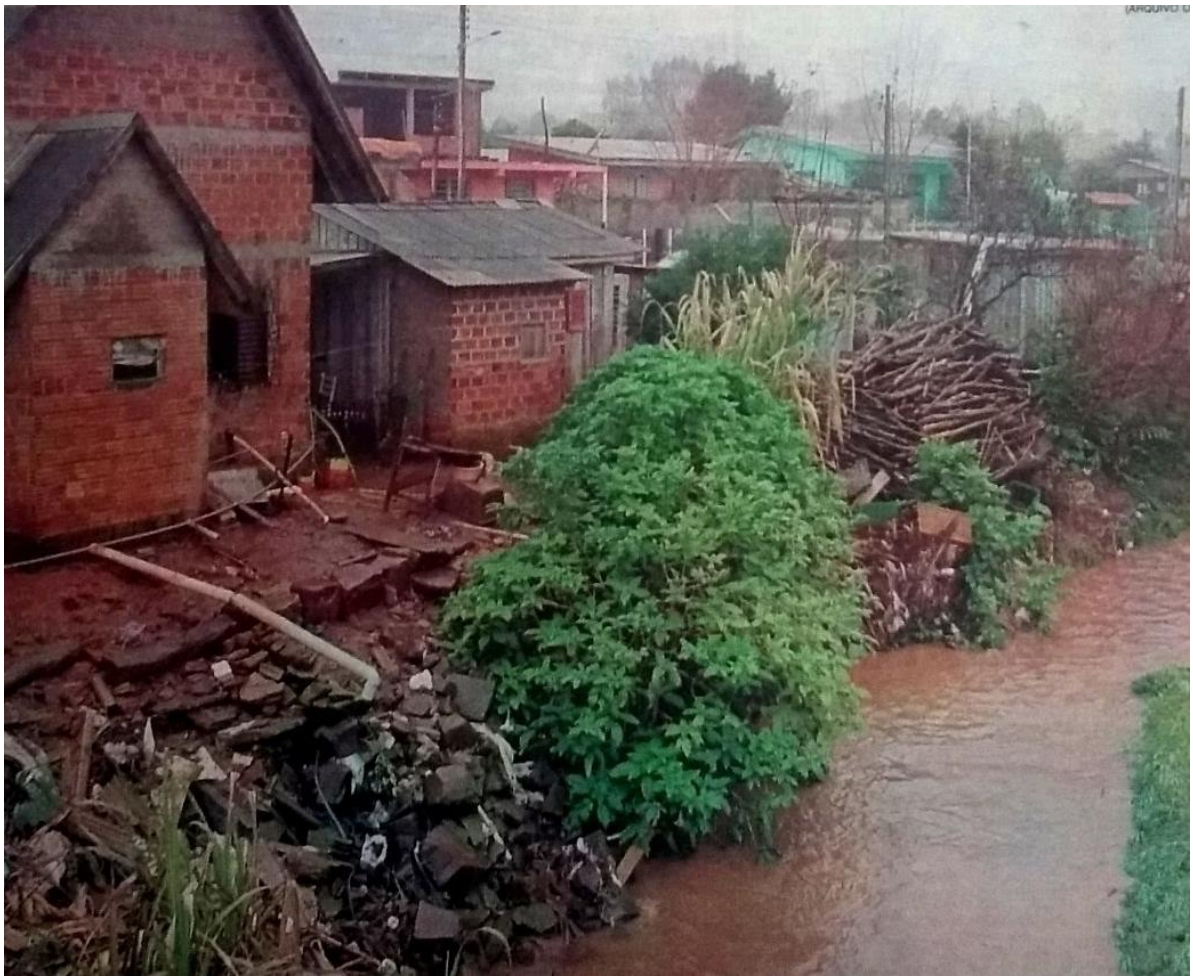


Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Secretaria do Planejamento. Relatório De Avaliação Ambiental – RAA do Programa De Desenvolvimento Integrado De Passo Fundo. Passo Fundo, 2009, p. 7, adaptado pela autora

Esse crescimento da população urbana não foi acompanhado pelo aumento adequado de infraestrutura para toda a sociedade. Em sua dissertação sobre a estrutura urbana de Passo Fundo, Diogo Ferretto constatou que, em 2009, Passo Fundo contava com 27 ocupações irregulares (2011, p. 146). Destas ocupações, pelo menos quatro estavam nas proximidades das margens do rio Passo Fundo, nos bairros Entre Rios, São Luiz Gonzaga, Victor Issler e Zacchia. É importante ressaltar que "as ocupações irregulares de baixa renda [...] não seguem as lógicas do mercado, pelo menos do mercado formal, e nascem à margem de qualquer planejamento ou legislação municipal" (FERRETTO, 2011, p. 143). De acordo com Roberto Lobato Corrêa:

> É [...] em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (2005, p. 30).

Figura 19: Residências em situação irregular



Fonte: *O Nacional*, 17 set. 2002, p. 1

A Figura 19 nos mostra a proximidade das casas do leito do rio, o encanamento que levava o esgoto direto para ele e o entulho depositado na margem, caindo na água. Diferentemente da questão da rede de esgotos, que era responsabilidade da CORSAN, a resolução desse problema era dever do município. Possivelmente, essas famílias assentaram-se naquela área por falta de condições, considerando que as localizações dos setores de baixa renda na cidade resultam basicamente da impossibilidade de escolha de onde morar pelas famílias pobres, que acabam ocupando as áreas menos valorizadas e rejeitadas pelas classes média e alta (FERRETTO, 2011, p. 132), como é o caso de muitas áreas das margens do rio Passo Fundo pelo município. Portanto, essas famílias precisavam que a administração municipal oferecesse um plano de habitação para a população de baixa renda, para que pudessem residir em local digno e deixar de poluir o rio.

Nesse sentido, a cidade de Passo Fundo se mostrava um reflexo do Brasil, em que a ocupação dos espaços urbanos mais valorizados pelos setores imobiliários segregava classes sociais mais abastadas, enquanto parte das pessoas mais pobres ficavam sujeitas a moradias em aglomerados carentes, praticamente sem serviços públicos essenciais, dispostas de forma desordenada e densa e em espaços urbanos inadequados à moradia. O processo de ocupação do solo urbano é empreendido por interesses de corporações, aliadas às consequências de uma "expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais" (SANTOS, 1965, p. 52). Pode-se usar como exemplo o que ocorre em cidades nordestinas, onde as transformações dos climas urbanos favoreceram a existência de bolsões de calor, onde os contrastes entre pobres e ricos se acentuam. "Ao clima de calor severo se soma a miríade de tormentos que assolam as populações menos favorecidas do Nordeste, que se amalgamam nos aglomerados interioranos intercalados aos arranha-céus que se levantam como símbolos de opulência". A população rica situa-se nos andares altos, imune à poluição sonora e ao calor das altitudes baixas (AGUIAR; RODRIGUES, p. 129).

Como identificado até aqui, foram muitos os fatores que levaram a um determinado tipo de modificação do ambiente pelos seres humanos: o crescimento populacional, os interesses econômicos, as legislações e fiscalização destas, as políticas públicas, entre outros motivos, incentivaram atividades humanas que interferiram direta ou indiretamente nas condições do ambiente. Além disso, quando se trata especificamente dos rios urbanos:

> A ausência de critérios de proteção ambiental [...] e consequentes leis de uso e ocupação do solo resulta em aprovação de novos loteamentos que ocupam áreas muito próximas dos fundos de vale. O resultado imediato são os destinos dados aos cursos d'água, na maioria das vezes canalizados, com ruas, avenidas, e até edificações construídos sobre os mesmos. [...] Associadas aos maus tratos na ocupação de seus domínios naturais, as águas dos rios urbanos são poluídas e contaminadas pelo lançamento clandestino dos esgotos e pelas águas contaminadas a drenagem urbana, contaminadas principalmente pelo *lixo informal*, ou seja, pelo resíduo lançado por pedestres e usuários de veículos no meio urbano (GARCIAS, 2001, p. 276).

Desse modo, ao mesmo tempo que as famílias ribeirinhas eram consideradas um empecilho para a limpeza do rio, o poder público municipal tinha dificuldade para colocar em prática uma política habitacional eficiente, que assegurasse a moradia dessas pessoas em locais adequados. Assim, a retirada de alguns ribeirinhos das margens do rio Passo Fundo, foi acontecendo aos poucos, à medida que a prefeitura conseguiu entrar em acordo com os moradores (*O Nacional*, 13 jul. 2006). Essa questão é um problema até hoje, pois se percorrermos o trajeto do rio por dentro da cidade, poderemos perceber, em grande parte dele, moradores que se estabeleceram nas margens do rio Passo Fundo e que mantém uma relação cotidiana com ele.

Contudo, apesar do que comumente se possa pensar, não são apenas as populações de renda mais baixa que ocupam áreas de preservação às margens dos rios, e que despejam neles os resíduos de suas residências. A Figura 21, mostra o lançamento de esgoto doméstico no rio Passo Fundo por meio da rede de drenagem pluvial. Esse lançamento acontece em uma área central e é realizada por residências de alto padrão.

Sabe-se que em algumas cidades as ocupações irregulares de alta renda são uma constante, estando frequentemente associadas à implantação de loteamentos ou condomínios fechados em áreas ambientalmente frágeis, como encostas de morros ou mangues (FERRETTO, 2011, p. 146). Em Passo Fundo, mesmo que não existam ocupações irregulares de alta renda, existem moradias de alto padrão que estão bem próximas ao rio Passo Fundo, localizadas, principalmente, na rua Fidêncio Franciosi, nas proximidades da ponte que cruza o rio, na Avenida Brasil.

Figura 20: Esgoto doméstico lançado no rio Passo Fundo

Fonte: PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PASSO FUNDO – RS (PMSB). Relatório do Diagnóstico – Produto 2. Passo Fundo, 2014, p. 492

Por fim, como forma de solucionar parte do problema de esgotos, foi construído o sistema de esgotamento sanitário da área de contribuição da “Bacia do Rio Passo Fundo”, que entrou em operação em 2006. O esgoto coletado por esta rede é encaminhado ao interceptor, que o conduz até a estação elevatória. Desta, o esgoto é recalcado até a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) Araucárias, localizada no bairro Zacchia, A ETE-Araucárias possui o sistema de tratamento do tipo lagoas de estabilização. Após o tratamento, o esgoto é levado pelo emissário até a sua disposição final, no rio Passo Fundo (PMSB, 2014, p. 451).

Figura 21: ETE Araucária

Fonte: *O Nacional*, 1-2 jul. 2006, p. 1

Apesar da Estação de Tratamento de Esgotos Araucárias significar um avanço no tratamento de esgotos em Passo Fundo, a estação está localizada em uma região de nascentes e banhado que, segundo o art. 51, Capítulo VII, do Código Estadual do Meio Ambiente, é considerada objeto de especial proteção. Tendo em vista que o início do projeto é anterior à essa legislação, ele não previu nenhum tipo de impermeabilização, nem levou em consideração o fato de localizar-se em uma área de proteção (ALVES, 2005, p. 18). Além disso, assim como ocorria na antiga estação de esgoto, os moradores das proximidades passaram a reclamar do mau cheiro proveniente do local (*O Nacional*, 4 out. 2006).

Atualmente, de acordo com o superintendente da CORSAN em Passo Fundo, Aldomir Santi, aproximadamente 28% dos resíduos são tratados no município (*O Nacional*, 30 jan. 2018). Quando analisamos o período que o projeto de saneamento começou a ser posto em prática e a porcentagem de tratamento efetivo atualmente, percebe-se a lentidão, e até mesmo a omissão do Estado em executar uma obra de tamanha importância tanto para a sociedade quanto para o ambiente.

3.1.2 Abastecimento hídrico

Os anos de 1995 e 1996 foram marcados por um longo e grave período de estiagem, que gerou um grande desabastecimento e, consequentemente, racionamento para toda a população passofundense. Dessa forma, a imprensa passou a fazer uma ligação direta entre os maus tratos sofridos pelo rio Passo Fundo e a sua incapacidade de abastecer a população.

Uma publicação de capa, relembrava a legislação proposta por Firmino Duro, no início dos anos 1980, com o objetivo de proteger os mananciais hídricos (*O Nacional*, 16 jan. 1996). Dias depois desta, outra publicação, de autoria do vereador Adirbal Corralo (PDS), relembrava mais uma lei formulada no município, desta vez em 1989, pelo então Prefeito Airton Lângaro Dipp, que tornou obrigatório o reflorestamento em áreas rurais nas margens de rios (PASSO FUNDO, 1989).

Além dessa lei municipal, a legislação federal também previa o reflorestamento nas margens dos rios, consideradas áreas de preservação permanente, por meio do Código Florestal. Ao final da notícia, o vereador Corralo concluiu que as leis como essa fossem cumpridas, a população passofundense não sofreria com essa constante realidade de falta de água (*O Nacional*, 20-21 jan. 1996).

Analisando a fala do vereador, pode-se concluir que, em sua opinião, o problema da situação ambiental e hídrica do município não era na falta de leis, mas sim no não cumprimento delas pela população passofundense. O motivo pelo qual o jornal *O Nacional* poderia estar colocando em evidência as legislações formuladas no município, pode estar relacionado à uma tentativa de defesa da administração municipal, demonstrando que ela estaria "cumprindo seu papel" na busca de ampliação da conservação ambiental em Passo Fundo.

No ano seguinte, em 1997, a falta de chuvas continuou e a crise no abastecimento levou a CORSAN a criar um extenso cronograma de racionamentos, em todos os bairros da cidade. Além disso, a empresa passou a investir na abertura de poços profundos, distribuídos por diversos bairros.

Figura 22: Cronograma do racionamento de água

Racionamento de água em Passo Fundo

A Corsan comunica à população de Passo Fundo que continua o racionamento de água em conseqüência do baixo nível de reservação do rio Passo Fundo, em virtude da estiagem prolongada, atingindo os seguintes locais e horários:

21/03 - DAS 0 ÀS 12 HORAS:

- ❑ Centro
- ❑ Parte do bairro Lucas Araújo
- ❑ Vila Nonoai
- ❑ Parte da vila Vera Cruz
- ❑ Vila Vergueiro
- ❑ Parte do bairro Boqueirão
- ❑ Parte da vila Cruzeiro
- ❑ Parte da vila Rodrigues

21/03 - DAS 12 ÀS 24 HORAS:

- ❑ Bairro São Cristóvão
- ❑ Parte da vila Cruzeiro
- ❑ Parte da vila Santa Maria
- ❑ Loteamento César Santos
- ❑ Vila Mattos
- ❑ Vila Ivo Ferreira
- ❑ Loteamento Irmãos Rebechi
- ❑ Parte da vila Ricci
- ❑ Vila Planaltina
- ❑ Vila Graciosa
- ❑ Loteamento Santo Antônio
- ❑ Bairro Copacabana
- ❑ Bairro Vera Cruz
- ❑ Vila Valinhos
- ❑ Loteamento Nenê Graeff
- ❑ Cohab I e II
- ❑ Loteamento Prof. Schissler
- ❑ Loteamento Jaboticabal
- ❑ Loteamento Jardim América
- ❑ Loteamento Morada do Sol
- ❑ Loteamento Victor Issler
- ❑ Loteamento Promorar
- ❑ Loteamento São Bento
- ❑ Loteamento Parque Leão XIII
- ❑ Vila Donária
- ❑ Vila Jerônimo Coelho
- ❑ Vila Dona Júlia
- ❑ Vila Fátima

22/03 - DAS 0 ÀS 12 HORAS:

- ❑ Bairro Petrópolis
- ❑ Bairro São José
- ❑ Bairro São Luiz Gonzaga
- ❑ Loteamento Parque Farroupilha
- ❑ Loteamento Jardim Universitário
- ❑ Loteamento Jardim Botânico I e II
- ❑ Loteamento Nova Estação
- ❑ Invernadinha
- ❑ Parte da vila Nova
- ❑ Loteamento Leonardo Ilha I e II
- ❑ Parte da vila Fátima
- ❑ Parte do loteamento André Rebechi
- ❑ Vila Santa Maria
- ❑ Vila Popular
- ❑ Vila Annes
- ❑ Parte da vila Cruzeiro
- ❑ Parte da vila Vergueiro
- ❑ Parte da vila Ricci
- ❑ Parte da Vila Nova
- ❑ Vila Luíza
- ❑ Vila Tupinambá
- ❑ Bairro Lucas Araújo
- ❑ Vila Carmem
- ❑ Vila Jardim
- ❑ Vila Schell
- ❑ Loteamento Parque Residencial Dom Rodolfo
- ❑ Vila Operária
- ❑ Vila Independente

22/03 - DAS 12 ÀS 24 HORAS:

- ❑ Centro
- ❑ Parte do bairro Lucas Araújo
- ❑ Vila Nonoai
- ❑ Parte da vila Vera Cruz
- ❑ Vila Vergueiro
- ❑ Parte do bairro Boqueirão
- ❑ Parte da vila Cruzeiro
- ❑ Parte da vila Rodrigues

23/03 - DAS 0 ÀS 12 HORAS:

- ❑ Bairro São Cristóvão
- ❑ Parte da vila Cruzeiro
- ❑ Parte da vila Santa Maria
- ❑ Loteamento Maggi De Césaro
- ❑ Loteamento César Santos
- ❑ Vila Mattos
- ❑ Vila Ivo Ferreira
- ❑ Loteamento Irmãos Rebechi
- ❑ Parte da vila Ricci
- ❑ Vila Planaltina
- ❑ Vila Graciosa
- ❑ Loteamento Santo Antônio
- ❑ Bairro Copacabana
- ❑ Bairro Vera Cruz
- ❑ Vila Fátima
- ❑ Vila Valinhos
- ❑ Loteamento Nenê Graeff
- ❑ Cohab I e II
- ❑ Loteamento Prof Schissler
- ❑ Loteamento Jaboticabal
- ❑ Loteamento Jardim América
- ❑ Loteamento Morada do Sol
- ❑ Loteamento Victor Issler
- ❑ Loteamento Promorar
- ❑ Loteamento São Bento
- ❑ Loteamento Parque Leão XIII
- ❑ Vila Donária
- ❑ Vila Jerônimo Coelho
- ❑ Vila Dona Júlia
- ❑ Vila Fátima

23/03 - DAS 12 ÀS 24 HORAS:

- ❑ Bairro Petrópolis
- ❑ Bairro São José
- ❑ Bairro São Luiz Gonzaga
- ❑ Loteamento Parque Farroupilha
- ❑ Loteamento Jardim Universitário
- ❑ Loteamento Jardim Botânico I e II
- ❑ Loteamento Nova Estação
- ❑ Invernadinha
- ❑ Parte da vila Nova
- ❑ Loteamento Leonardo Ilha I e II
- ❑ Parte da vila Fátima
- ❑ Parte do loteamento André Rebechi
- ❑ Vila Santa Maria
- ❑ Vila Popular
- ❑ Vila Annes
- ❑ Parte da vila Vergueiro
- ❑ Parte da vila Cruzeiro
- ❑ Parte da vila Ricci
- ❑ Vila Luiza
- ❑ Vila Tupinambá
- ❑ Bairro Lucas Araújo
- ❑ Vila Carmem
- ❑ Vila Jardim
- ❑ Vila Schell
- ❑ Loteamento Parque Residencial Dom Rodolfo
- ❑ Vila Operária e vila Independente

24/03 - DAS 0 ÀS 12 HORAS:

- ❑ Centro
- ❑ Parte do bairro Lucas Araújo
- ❑ Vila Nonoai
- ❑ Parte da vila Vera Cruz
- ❑ Vila Vergueiro
- ❑ Parte do bairro Boqueirão
- ❑ Parte da vila Cruzeiro
- ❑ Parte da vila Rodrigues

24/03 - DAS 12 ÀS 24 HORAS:

- ❑ Bairro São Cristóvão
- ❑ Parte da vila Cruzeiro
- ❑ Parte da vila Santa Maria
- ❑ Loteamentoa Maggi De Césaro
- ❑ Loteamento César Santos
- ❑ Vila Mattos
- ❑ Vila Ivo Ferreira
- ❑ Loteamento Irmãos Rebechi
- ❑ Parte da vila Ricci
- ❑ Vila Planaltina
- ❑ Vila Graciosa
- ❑ Loteamento Santo Antônio
- ❑ Bairro Copacabana
- ❑ Bairo Vera Cruz
- ❑ Vila Valinhos
- ❑ Loteamento Nenê Graeff
- ❑ Cohab I e II
- ❑ Loteamento Prof. Schissler
- ❑ Loteamento Jaboticabal
- ❑ Loteamento Jardim América
- ❑ Loteamento Morada do Sol
- ❑ Loteamento Victor Issler
- ❑ Loteamento Promorar
- ❑ Loteamento São Bento
- ❑ Loteamento Parque Leão XIII
- ❑ Vila Donária
- ❑ Vila Jerônimo Coelho
- ❑ Vila Dona Júlia
- ❑ Vila Fátima

TRAVELPASS: A SUA MELHOR VIAGEM COMEÇA AQUI!
RUA CAPITÃO ELEUTÉRIO, 436 PASSO FUNDO/RS
FONE/FAX: 054 313 6088
TRAVELPASS

Fonte: *O Nacional*, 21 mar. 1997, p. 10

Nota-se que, as soluções encontradas foram sempre temporárias, não significando uma solução efetiva do problema, tanto da poluição quanto do desabastecimento (*O Nacional*, 10 jan. 1997). Por isso, mesmo que a preocupação com o rio Passo Fundo tenha aumentado, frente as soluções utilizadas para resolver esses problemas, muito pouco se avançou. Em meio a situação crítica em que o rio se encontrava, algumas pessoas passaram a apontar culpados, como foi o caso do vereador Izoldino Candaten (PTB), que culpou a CORSAN pela grave situação hídrica do município (*O Nacional*, 2 jul. 1997).

Após passar por esse período de estiagem, em julho de 1998, a CORSAN fez promessa de que no verão seguinte, não haveria racionamento. Isso porque, a empresa estava realizando várias obras no município, como a construção de reservatórios espalhados por alguns bairros da cidade. Ainda, estavam sendo construídas mais duas barragens, a do Arroio Miranda e a da Fazenda da Brigada Militar.

O projeto e licenciamento ambiental, para a construção da Barragem da Fazenda da Brigada Militar, foram enviados à FEPAM em 1993, mas a liberação para construção foi feita em 1998. Essa barragem tinha a função de acumular água do rio Passo Fundo, para a sua posterior captação. A captação de água superficial da Barragem da Fazenda da Brigada Militar, foi outorgada pela Portaria DRH nº 113/2003, estabelecida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, entrando em operação em setembro de 2003 (PMSB, 2014, p. 345).

3.1.3 Inundações

Mesmo após a grave realidade de estiagem e desabastecimento hídrico que o município enfrentou nos meses de janeiro à maio de 1997, alguns meses depois, em outubro, o problema enfrentado pela população passofundense foi exatamente o oposto: os alagamentos. Esse tipo de situação não foi exclusividade de Passo Fundo, no século XIX na cidade de São Paulo, por exemplo, mesmo estando localizada em uma região rica em mananciais, córregos e rios, sua população sofreu ora com a falta, ora com o excesso de água. Esses acontecimentos indicam que a carência de água pode estar muito mais vinculada aos problemas de acesso e distribuição social, do que somente ao potencial hídrico disponível na natureza (DINIZ, 2018, p. 11).

A dragagem do rio Passo Fundo foi a solução encontrada pelo município para impedir o alagamento das residências ribeirinhas. Foram dragados, aproximadamente 200 metros em cada margem, principalmente, nos trechos com maiores riscos de inundações, que naquele momento eram os trechos que passavam pela Vila Entre Rios, pelos fundos da Estação Rodoviária, próximo à Câmara de Vereadores e ao CTG Lalau Miranda. Uma dificuldade encontrada para a realização deste trabalho, foi a existência de construções nas margens do rio, o que acabou impedindo a dragagem naqueles locais. (*O Nacional*, 9 set. 1997).

Por algum tempo essa solução funcionou (*O Nacional*, 10 out. 1997), porém, quando o fenômeno El Niño acabou afetando o regime de chuvas, mesmo tendo sido realizada a dragagem para aumentar a vazão do rio, este, novamente, subiu de nível e atingiu um volume

de água pouco visto anteriormente. Naquele momento, Passo Fundo tinha aproximadamente duas mil famílias vivendo em áreas de risco (*O Nacional*, 14 out. 1997).

A solução pretendida pelo município por meio da dragagem do rio, não havia funcionado. A melhor maneira de impedir que as águas do rio afetassem as residências ribeirinhas nas épocas de chuvas e inundação, seria retirando os moradores dessas áreas e realocando-os em um lugar apropriado. Após esse acontecimento, que gerou muitas dificuldades a diversas famílias, a prefeitura iniciou um lento processo de transferência destes moradores para outras áreas da cidade.

3.1.4 Assoreamento

As ações de fiscalização das condições do rio Passo Fundo passaram a ser mais intensas a partir dos anos 1990. Visitas frequentes eram feitas pelos movimentos ecológicos e, também, por membros dos poderes executivo e do legislativo municipal. Em uma dessas visitas, aos locais de captação de água do rio Passo Fundo, o vereador Neri Gomes (PT) constatou que as atividades de uma pedreira estavam gerando assoreamento, que retinha a água do rio e o impedia que seguir seu curso natural, além de não respeitar à área de preservação permanente (*O Nacional*, 16 fev. 1999).

A partir daquele momento, além da atuação dos movimentos ecológicos e da administração pública municipal, a ação do Ministério Público Estadual passou a ser de grande relevância para as questões ambientais de Passo Fundo. Ao longo dos anos, muitos inquéritos e ações civis públicas foram instauradas, a fim de garantir o cumprimento da legislação ambiental. Foi o caso da Ação Civil Pública contra a CORSAN em 1992 e, novamente, em 1998, e do Inquérito Civil que investigou a Companhia Zaffari Comércio e Indústria em 1999, acusada de violar a legislação ambiental (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 1999).

As denúncias contra a empresa afirmavam que as obras de edificação e construção de seu supermercado e shopping vinham causando a degradação ambiental das margens e o assoreamento do rio Passo Fundo, que margeava a parte sul daquele terreno, culminando na destruição da área de preservação permanente (APP), gerando poluição e afetando desfavoravelmente a biota. Seguem os apontamentos da infração, de acordo com os denunciantes:

> A referida construção não observa o limite de ocupação do terreno cuja preservação permanente deve atingir a distância de 30 metros contados do seu nível mais alto do curso d'água do Rio Passo Fundo, art. 2°, a, I e § único do Código Florestal Brasileiro, desrespeitando a legislação Estadual e o Plano Diretor do Município [...]. Também foi realizado na construção, um aterro até a margem do Rio Passo Fundo, que está

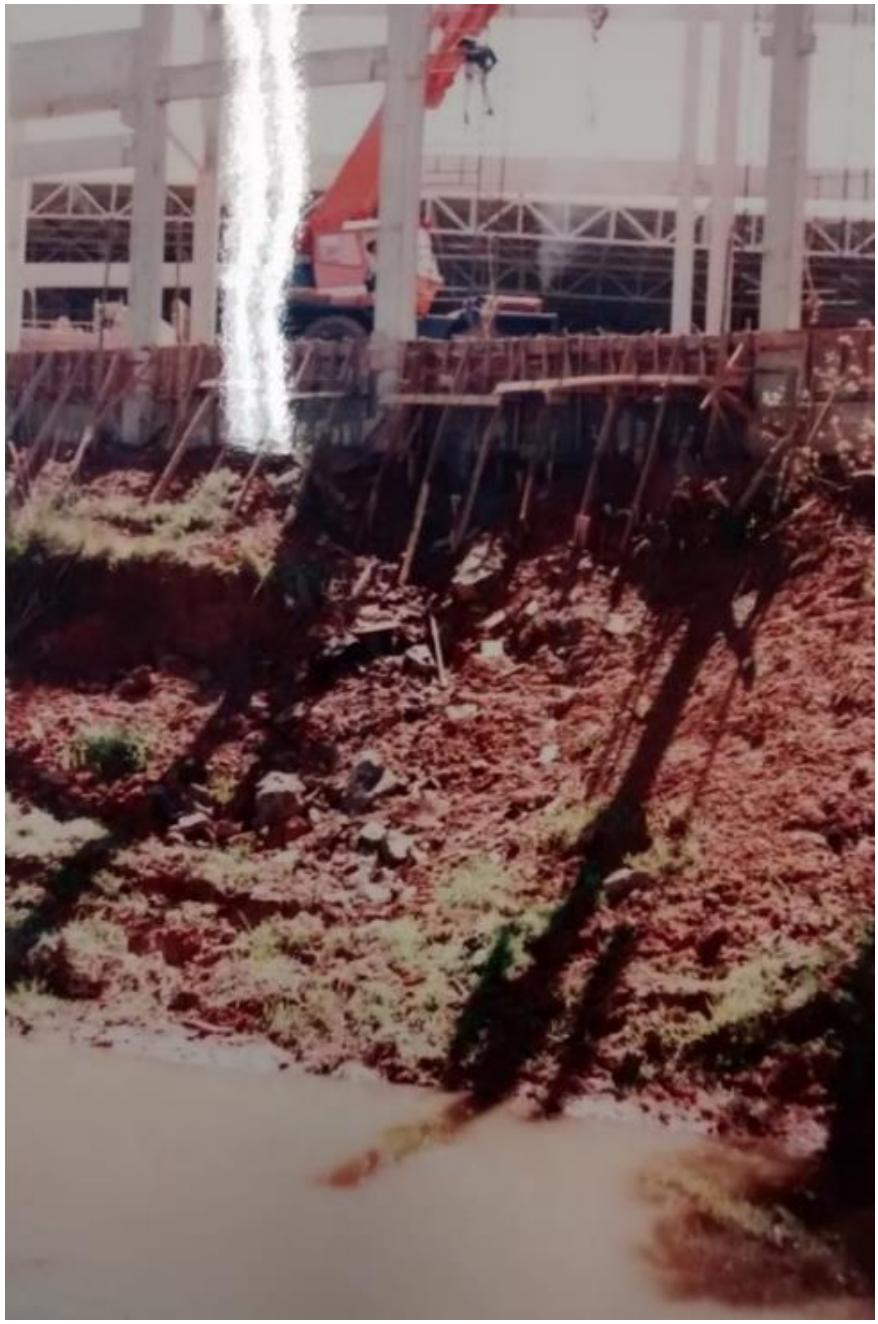
> causando um violento e do manancial hidrográfico, consoante fotos em anexo. Outro aspecto grave e preocupante, é que vegetação natural (ciliar) situada ao longo do rio, foi totalmente destruída no local onde se processa a construção, o que não é permitido pela legislação vigente. Corno agravante está previsto, no projeto original da referida obra, o lançamento de esgoto *in natura*, sem qualquer tratamento diretamente no Rio Passo Fundo, cujos dejetos são extremamente poluentes, com consequências danosas a fauna, flora e a potabilidade da água (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 1999, p. 25-26).

Foram anexadas ao inquérito, à título de comprovação, algumas imagens e entre elas, as reproduzidas nas Figuras 23 e 24:

Figura 23: Proximidade da construção do leito do rio

Fonte: Ministério Público Estadual, 1999, p. 99

Figura 24: Máquinas trabalhando às margens do rio



Fonte: Ministério Público Estadual, 1999, p. 10

Ainda de acordo com as denúncias, a empresa não havia apresentado estudo de impacto ambiental, tampouco relatório de impacto ambiental, ambos documentos necessários previstos em lei (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 1999, p. 26) e que tinham a função de identificar e minimizar os impactos gerados por meio daquelas obras.

A promotoria entrou em contato com a Secretaria de Obras e Viação do município e procurou compreender como esta tinha autorizado a obra sem a obtenção das devidas licenças. Como resposta, os representantes da Secretaria apontaram que:

> Tendo verificado na própria secretaria, observando as plantas municipais do perímetro urbano, que a construção da companhia ZAFFARI de Supermercados, na verdade, não está localizada em zonas de proteção dos mananciais (ZPM), segundo disciplinado pelo art. 32 do Plano Diretor do Município. Informou o Sr. Secretário, a propósito, que foi observada uma faixa livre mínima de 15 metros, na margem do rio onde está sendo construída a obra, em obediência à legislação federal dos loteamentos (art. 4° da Lei n° 6.766/79). Referiu, também, que esteve na FEPAM, ontem, juntamente com representantes da empresa, acertando-se a apresentação dos pleitos e documentos necessários ao licenciamento de instalação da loja comercial. Referiu, por fim, que o projeto teve aprovação da Prefeitura (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 1999, p. 38).

Assim, por se tratar de uma obra de grandes proporções, que traria contribuições econômicas ao município, como vagas de emprego, por exemplo, a administração pública municipal, possivelmente procurando facilitar a liberação mais rápida da obra, preferiu observar as legislações que lhes convinham, “dos loteamentos”, em detrimento das ambientais, que com certeza trariam entraves à obra, como acabaram trazendo.

Mesmo que não dito explicitamente, esse tipo de atuação fez parte de uma mentalidade presente em todo o país, em que as águas e os cursos d’água “eram tidos como obstáculos que deveriam ser transpostos em contraposição à ampliação de oportunidades de investimentos que tomavam conta da cidade” (SANTOS, 2018, p. 48).

A denúncia não foi enviada apenas ao Ministério Público Estadual da Comarca de Passo Fundo, mas também à FEPAM e ao IBAMA. Assim, em julho de 1999, a FEPAM solicitou a interdição de todas as obras, que estavam sendo executadas sem o devido licenciamento ambiental, “pois se trata de área de preservação permanente, e persistindo a implantação das obras, poderão ser causados danos irreversíveis ao meio ambiente” (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 1999, p. 41).

A interdição das obras gerou reação, principalmente, dos órgãos de fomento ao comércio. Representantes do Sindicato dos Comerciários, da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), da Associação Comercial Industrial de Serviços e Agropecuária (ACISA) e também o

Secretário Municipal da Indústria e Comércio, entenderam a interdição como desnecessária (*Diário da Manh*ã, 31 jul.-1 ago. 1999, p. 10-11).

Desse modo, a interdição não durou muito, quatro dias depois as obras reiniciaram, contudo, não totalmente. A faixa situada na área de preservação permanente continuou interditada até que a empresa apresentasse estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental, conforme resolução do CONAMA 001/86 (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 1999, p. 53).

Esse processo estendeu-se por vários meses, mobilizando diversos setores da sociedade, sendo realizada, inclusive uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Passo Fundo, afim de discutir o tema. Por fim, após atender as solicitações feitas pela FEPAM, que consistiam em apresentar estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental, modificações no projeto de rede de esgoto, entre outras medidas[25] (*Diário da Manh*ã, 28 out. 1999, p. 1-5), o inquérito foi arquivado em dezembro de 1999 (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 1999, p. 140).

Esse caso foi, mais uma amostra, de quanto o interesse e o poder econômico tentaram, historicamente, sobrepor-se à conservação dos bens ambientais no município. A diferença nesta demanda foi que, desta vez, diversos setores da sociedade, como os movimentos ecológicos, os órgãos estatais responsáveis pela proteção ambiental, a Câmara de Vereadores e o Ministério Público Estadual, agiram, a fim de não permitir que o rio Passo Fundo continuasse a ser prejudicado. A partir daquele momento, seguiram-se várias ações de recuperação do rio Passo Fundo, principalmente, buscando reparar os danos causados pelas empresas instaladas nas proximidades do rio.

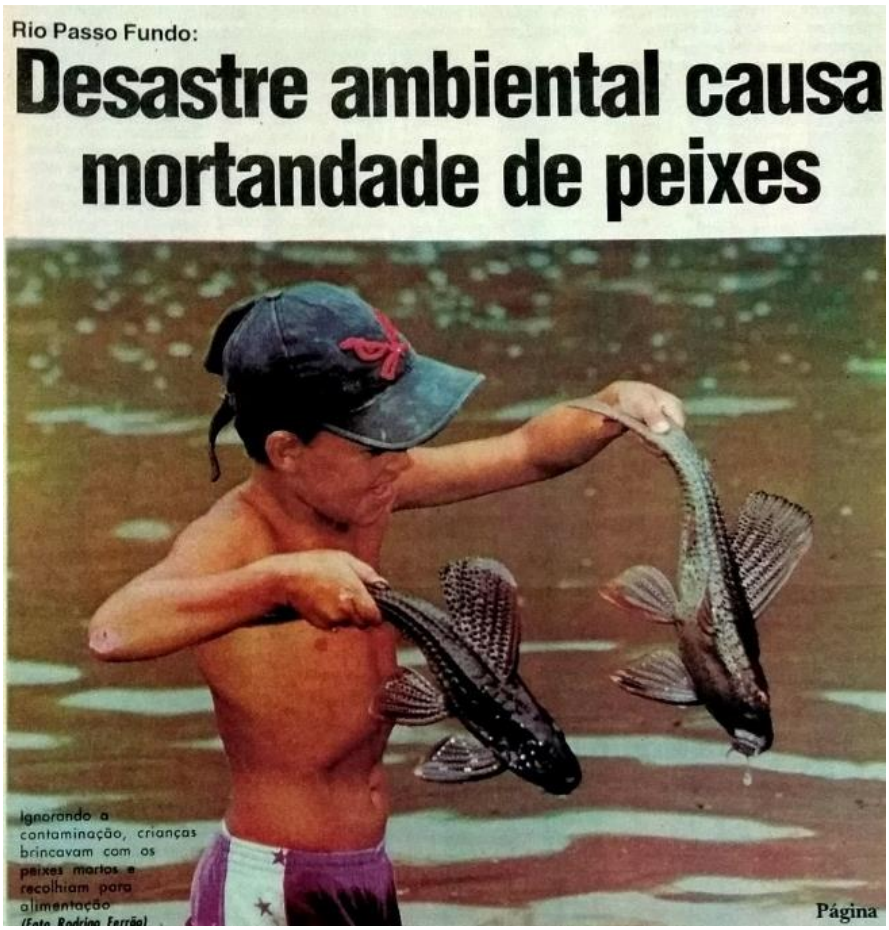
Contudo, ao elaborar o Plano Ambiental Municipal, em 2004, a administração identificou que o assoreamento do leito, ao longo de grande parte do percurso do rio, tanto urbano quanto rural, continuou acontecendo.

[25] Como medida compensatória, a FEPAN também solicitou: o desassoreamento do rio em determinados trechos, a doação de uma área, que abrangesse o rio Passo Fundo, ao município, a apresentação de um projeto de contenção das margens do rio na área ligada a qual o empreendimento está próximo, e a elaboração, juntamente com a Prefeitura Municipal, de um projeto de educação ambiental para a população (*Diário da Manh*ã, 28 out. 1999, p. 1-5).

3.1.5 Poluição

Mesmo com o novo posicionamento e maior atenção às demandas ambientais e em relação ao rio Passo Fundo empreendidos, principalmente, a partir dos anos 2000, novos casos de poluição continuaram surgindo.

Figura 25: Caso de morte de peixes


Rio Passo Fundo:

Desastre ambiental causa mortandade de peixes

Ignorando a contaminação, crianças brincavam com os peixes mortos e recolhiam para alimentação

Página

Fonte: *O Nacional*, 5 jan. 2001, p. 1

Infelizmente, casos de grande quantidade de peixes mortos encontrados no rio Passo Fundo não eram novidade. Em 1999 um caso desse tipo também havia ocorrido (*O Nacional*, 11 mar. 1999). Como os lançamentos de resíduos, de diversos tipos, continuavam acontecendo no rio Passo Fundo, no ano de 2001 a morte de peixes foi constatada novamente. De acordo com análises feitas pelo Laboratório de Controle de Efluentes da Universidade de Passo Fundo, a causa da morte dos peixes foi a elevada quantidade de ferro e zinco presentes na água.

No período, as hipóteses levantadas para essa grande quantidade de metais foi o "derramamento involuntário" de um lixão próximo ao local onde os peixes foram encontrados, ou ainda, de que máquinas ou instrumentos contendo tais substâncias tenham sido lavadas no rio (*O Nacional*, 18 jan. 2001).

Denúncias de que agrotóxicos tinham contaminado os lençóis freáticos das bacias hidrográficas do rio Passo Fundo, da Várzea e do Alto Jacuí também foram feitas, logo após esse caso de morte dos peixes (*O Nacional*, 20-21 jan. 2001). O aumento na quantidade de notícias de denúncias sobre danos ao meio ambiente demonstra dois pontos importantes: o primeiro, mais evidente, é que os danos estavam aumentando; o segundo, menos aparente, é que mais setores da sociedade que estavam atentos a essas práticas danosas e, preocupados em encontrar soluções, às denunciavam.

Assim, pode-se identificar que, do mesmo modo com que a poluição aumentou, as mobilizações para solucioná-la também se intensificavam. O GESP, juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a CORSAN, e outras entidades, procuravam, além de organizar mutirões de limpeza do rio Passo Fundo, trazer as populações locais para junto das atividades desenvolvidas, realizando, por exemplo, reuniões com os moradores dos principais bairros próximos ao trajeto do rio, e, promovendo constantemente, atividades de conscientização e educação ambiental. Além dessas atividades, outras, como o plantio de mudas de árvores nas margens do rio para a recomposição da mata ciliar, foram, seguidamente, realizadas.

Figura 26: Ação de Reflorestamento

Meio Ambiente

Reflorestamento nas margens do Rio Passo Fundo

Plantio iniciou mesmo com a chuva

Página 5

(Mariane Corrêa)

Fonte: *O Nacional*, 23 jun. 2003, p. 1

Essa iniciativa específica de reflorestamento das margens do rio Passo Fundo, representada na Figura 26, realizou-se em 2003. A ideia partiu da *Rádio Planalto* e do Jornal *O Nacional*, como uma sugestão da Comissão de Educação e Bem Estar Social (CEBES), da Câmara de Vereadores, que, desde 2001, confluía os debates em torno dos impactos do despejo de esgotos e do lixo no meio ambiente, diagnosticando problemas específicos e procurando as devidas soluções (*O Nacional*, 13 jun. 2001). Apoiada pelo vereador Adelar Aguiar (PT), então presidente da CEBES, essa ação de reflorestamento contou com a presença, além dos organizadores citados, de representantes dos grupos ecológicos e membros da comunidade em geral (*O Nacional*, 21-22 jun. 2003).

O ano de 2003 foi marcado, ainda, por outra importante iniciativa em direção à recuperação do rio Passo Fundo, que nesse momento, apresentava uma situação bastante crítica. O "Projeto de Recuperação e Preservação do Rio Passo Fundo – Sociedade e Cidadania", foi articulado pelos grupos ecológicos, Ministério Público Estadual e Secretaria Estadual do Meio Ambiente, e reuniu cerca de 16 entidades, entre governamentais e não-governamentais.

O rio foi dividido em dois módulos, um rural e outro urbano, afim de direcionar ações específicas sobre cada um desses espaços, que posteriormente foram divididos em pequenas áreas. Cada área foi visitada com o objetivo de fazer o diagnóstico dos impactos ambientais existentes, para, em seguida, buscar sua recuperação.

Em uma das reuniões do Projeto, foram convidados os proprietários das áreas rurais às margens do rio Passo Fundo, com a intenção de apresentar-lhes o levantamento dos impactos ambientais detectados. Entre esses impactos estavam o desmatamento, a erosão, os usos e ocupações do solo e ainda, a utilização de agrotóxicos nas proximidades do rio. A partir desse diagnóstico, procurou-se "conscientizar" os proprietários, afim de que eles assumissem o compromisso de preservar as matas ciliares e os recursos hídricos locais (*O Nacional*, 10 set. 2003).

Mesmo depois dessa ação de conscientização, foi necessário, em 2004, a instauração de um Inquérito Civil (n. 00820.00103/2004) a fim de apurar, agora judicialmente, as práticas de danos à essas áreas de preservação permanente e constatados no decorrer das atividades do "Projeto de Recuperação e Preservação do Rio Passo Fundo – Sociedade e Cidadania".

Destaca-se, porém, que esse inquérito representou a ação última, na tentativa de "conscientizar" os infratores mediante sua penalização, pois, antes de tomar essa medida, o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP/SEMA) visitou os moradores dessas áreas rurais e como resultado dessas visitas, cinco deles assinaram um documento, que explicava a legislação vigente para as Áreas de Preservação Permanente, bem como, os

notificava à restaura-las em um prazo determinado (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 2004, p. 3).

Posteriormente, em cumprimento à solicitação da Promotoria, e em nova visita a essas mesmas propriedades, foram identificadas, entre outras, as seguintes infrações:

> [...] Propriedade junto às nascentes, usando-as para a criação de bovinos, equinos e cultivo de eucaliptos. As nascentes foram transformadas em açude e do entorno foram suprimidos os [...] eucaliptos. Providências: - Desfazer o açude, retirar o gado da APP. Providenciar outra forma de dessedentação dos animais de maneira a não encobrir a nascente além de substituir as espécies exóticas.
> [...] Área contempla cultivos anuais (soja, trigo e milho), atingindo a faixa ripária do [...] banhado existente na área [...]. Existe também no local, vertente transformada em açude, em cujo entorno há exóticas. As providências em afastar a aplicação de agroquímicos até o divisor de águas é urgente, da mesma forma que na área da Fazenda da Brigada. Além disso deve ser orientado em substituir as exóticas em APP e desfazer o açude (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 2004, p. 19).

Em 2005, dois proprietários apresentaram à Promotoria, um Projeto de Recuperação e Monitoramento de Área Degradada, que consistia em manter a APP sem plantio e sem uso de agrotóxicos, bem como, em reflorestar e afastar os animais dessas áreas (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 2004, p. 64-67). Contudo, apesar de alguns proprietários informarem a realização dessas ações, em 2007, um novo ofício do DEFAP à Promotoria, comunicou que os proprietários continuavam utilizando as áreas de APP para cultivo (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 2004, p. 91).

A fim de viabilizar, com maior rapidez, o plantio das mudas no entorno das Áreas de Preservação Permanente, mudas foram doadas pela CORSAN, ao proprietário que tinha a maior demanda de reflorestamento da mata ciliar e este, por meio da assinatura de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 2004, p. 139-140), ficava responsável por fazer o plantio, além de não realizar mais o corte ou supressão da mata nativa, do acordo com Termo de Compromisso Ambiental, também assinado (MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, 2004, p. 177).

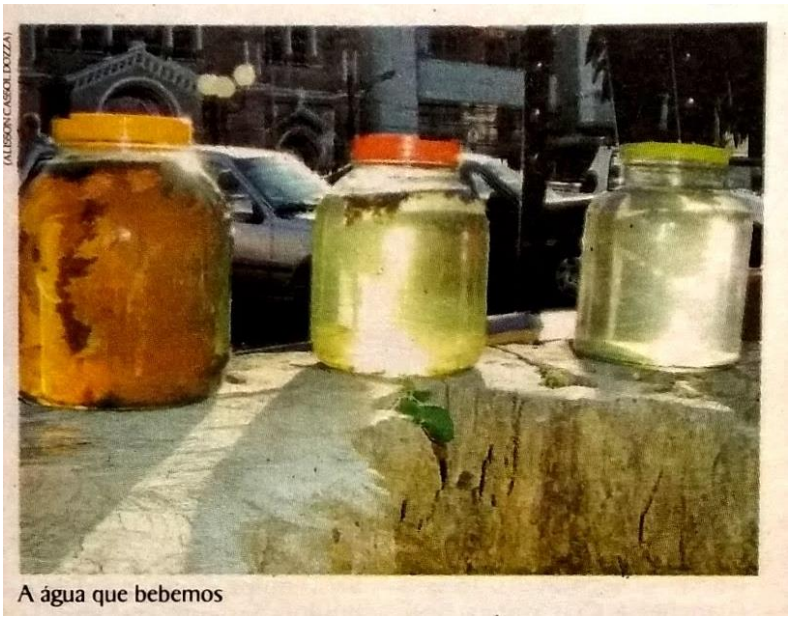
Donald Worster (2008), ao escrever o ensaio *Pensando como um rio,* afirmou que se os agricultores não passarem a agir de acordo com a disponibilidade de água “sobre, embaixo, através e além” de suas terras, não haverá perspectiva para uma agricultura sustentável a longo prazo:

> Preservar a fertilidade dos recursos do solo é essencial para sustentar tais recursos, mas não é mais do que manter a qualidade da água. De qualquer forma, os dois objetivos são indissociáveis e qualquer fracasso atinge os dois conjuntamente, como quando a chuva provoca erosão da terra – os córregos e rios sofrem. Mas há diferenças [...] Diferentemente do solo, a água não pode ser "construída". O agricultor pode perdê-la, ou pode desviá-la, poluí-la, desperdiçá-la ou usá-la em excesso, mas nunca conseguirá aumentar seu volume [...]. Ele possui tão somente o que está circulando na natureza, e nada mais. A agricultura sustentável é aquela que aceita e trabalha cuidadosamente sem ultrapassar os limites claros do ciclo da água (2008, p. 28).

Por isso a importância de ações diretas na tentativa de sensibilização dos proprietários rurais, como foi realizado pelo "Projeto de Recuperação e Preservação do Rio Passo Fundo – Sociedade e Cidadania", pois a sensibilização sobre a importância do manejo sustentável dos recursos hídricos para a continuidade da vida e da produção agrícola, nesse caso específico, é importante para se chegar aos resultados esperados.

Assim como as ações realizadas por meio deste Projeto, em que o Ministério Público Estadual teve um importante papel como agente de fiscalização, outras mobilizações para a proteção do rio Passo Fundo aconteciam constantemente, mas, mesmo assim, a poluição não diminuía. A Figura 27 informa isso, nos apresentando amostras recolhidas em três locais diferentes do rio Passo Fundo no ano de 2004:

Figura 27: Amostras da água do Rio Passo Fundo



Fonte: *O Nacional*, 23 mar. 2004, p. 20

O primeiro vidro, da esquerda para a direita e de água mais escura, foi retirado no final do percurso do rio na área urbana do município. O segundo vidro, continha a água que chegava na casa da população, por meio do serviço de abastecimento da CORSAN e como pode-se perceber não tão limpa quanto a da nascente. Por último, o terceiro vidro continha a água retirada da nascente do rio Passo Fundo, notavelmente com pouca turbidez. (*O Nacional*, 23 mar. 2004). O que se pode compreender por meio dessas amostras, cuja coleta e interpretação não segue uma metodologia científica de pesquisa, mas teve o objetivo de sensibilizar a população, é que as águas do rio Passo Fundo em contato com a área urbana, inegavelmente, apresentam um elevado grau de turbidez, possivelmente motivado pelo despejo de esgoto e de outros resíduos ao longo.

Esse comprometimento na qualidade dos recursos hídricos, tem relação direta com as atividades urbana, agrícola e industrial, que causam os desequilíbrios ambientais. Essas atividades exercem uma pressão sobre os mananciais, que sofrem as consequências do desmatamento, do uso indevido do solo, de sua impermeabilização, do lançamento direto de esgoto e lixo e da instalação de aterros próximos a eles. Para os mananciais urbanos, a principal ameaça para a qualidade da água bruta, é o crescimento da cidade sobre suas bacias (DALARMI, 1995), o que pode ser percebido claramente, na comparação entre as amostras de água retiradas do rio Passo Fundo, pois, à medida que o rio entra em contato com o aglomerado urbano, a qualidade de suas águas diminui drasticamente.

Dentre as ações municipais, estavam também, materiais de divulgação do principal projeto referente a conservação do rio Passo Fundo, naquele momento: o Projeto de Manutenção Permanente do Rio Passo Fundo. Entre esses materiais, o apresentado na Figura 28, destaca-se por seu conteúdo e apelo:

Figura 28: Material de divulgação do Projeto

Fonte: *O Nacional*, 4 maio 2005, p. 20, adaptado pela autora

Nota-se, por meio do discurso presente neste material, que o seu objetivo era, principalmente, lembrar a população que a água do rio Passo Fundo era necessária para o abastecimento do município, e que por isso deveria ser cuidada. As imagens fazem o apelo para a realidade de poluição que afetava diretamente a qualidade da água que a população bebia. Isso demonstra a tentativa de "conscientizar" as pessoas utilizando o entendimento de que a água é um "recurso" necessário à sua sobrevivência.

Esse fenômeno de estudos e ações de conscientização aconteceu também em outras partes do país, no caso das cidades médias localizadas no interior do Nordeste, como Campina Grande no estado da Paraíba, assuntos relacionados à preocupação ambiental ganharam destaque, principalmente os que se referiam as novas formas de urbanização, "do desmantelamento dos serviços públicos urbanos e seus impactos ambientais e dos custos de seu crescimento desordenado" (AGUIAR; RODRIGUES, 2018, p. 128).

A partir do ano de 2005, e também como uma ação integrante do Projeto de Manutenção Permanente do Rio Passo Fundo, a Secretaria de Meio Ambiente iniciou uma política de limpeza anual do rio. Naquele ano, foram retiradas 3,5 toneladas de lixo do rio (O Nacional, 29 jun. 2005). Desse modo, o rio Passo Fundo passou a receber limpezas anuais, e ao longo deste período algumas toneladas de lixo foram retiradas de suas águas.

A articulação entre a administração municipal, ministério público, grupos ecológicos e imprensa, a partir dos anos 2000, tornou-se um marco das ações sociais positivas e integradas que impactaram as políticas públicas relacionadas a proteção do rio Passo Fundo. Desse modo, é possível identificar essa articulação como pertencendo ao campo ambiental local, visto que seus agentes, que ora convergem e ora divergem, direcionaram suas iniciativas ao rio Passo Fundo, demostrando com isso que o rio tornou-se não apenas, como identificou Arruda (2008), um "territórios em disputa" mas também, um espaço de convergência.

É importante lembrar que a conceituação de campo ambiental vem da elaboração de campo social construída por Pierre Bourdieu. Para o autor o conceito de campo social remete à ideia de um "campo de forças". Nesse campo, tanto instituições quanto agentes, discursos e ações, adquirem sentido através do jogo de forças interno e externo ao próprio campo. Assim, um campo é um sistema de relações que podem ser de aliança ou conflito, de concorrência ou cooperação, entre agentes de posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas (BOURDIEU, 1998, p. 133-135).

Sendo assim, o campo ambiental não é autônomo, possuindo relação direta com os posicionamentos políticos, econômicos e sociais dos agentes e que, portanto, não se pode desconsiderar que os agentes são seres sociais, frutos da sociedade. É o sujeito social, carregado de sentidos e significações, o responsável pelas ações em seu meio. No caso específico do rio Passo Fundo o campo ambiental formou-se a partir de agentes políticos (prefeitos, vereadores, secretários de governo, etc.) jurídicos (promotores, juízes, etc.) sociais (movimentos ambientais e imprensa) e econômicos (empresas, indústrias, representantes de classe, etc.)

As ações destes, sejam elas conflituosas ou não, acabaram resultando em um aparato jurídico, identificado por meio das legislações; político, identificado por meio das ações de

governo; e social, identificado por meio da atuação das organizações não governamentais e da imprensa. Conclui-se, portanto, que a interação entre esses agentes, pertencentes a esse campo ambiental específico, resultou em ações que marcaram de forma muito significativa uma mudança nas ações sociais que impactaram o rio Passo Fundo.

3.2 O rio Passo Fundo se tornou Patrimônio

Para além da atuação da administração municipal, a ação dos ambientalistas locais tornou-se relevante, pois esteve constantemente envolvida em diversas frentes: por meio de denúncias constantes, nos meios de comunicação e aos órgãos competentes pela fiscalização; por meio de ações que buscavam a "conscientização" da população, principalmente dos jovens, mediante a educação ambiental, em parceria com as escolas; realizando constantes mutirões de limpeza ao rio; e, ainda, pressionando o poder público municipal para que fizesse seu papel, tomando as devidas medidas protetivas em relação ao meio ambiente.

Do mesmo modo, identificou-se que a imprensa também foi um agente relevante no processo de inclusão do tema ambiental na esfera social. Contudo, em relação a defesa do meio ambiente local, foram percebidos dois posicionamentos distintos do jornal *O Nacional*. Quando, ao longo do tempo, os problemas ambientais foram gerados pela iniciativa privada, o jornal assumia uma postura de pretensa "neutralidade", que pode ser identificada, por exemplo, no "Caso Kimplas" (1979) e no "Caso Bourbon" (1999).

Esse posicionamento pode ser explicado como uma tentativa de manter boas relações com o empresariado local, em defesa dos interesses econômicos do jornal. Esse tipo de posicionamento não era especifico deste jornal, mas uma prática comum dos meios de comunicação, na qual a imprensa atuava tornando público o que convinha, afim de obter a aprovação, a simpatia e a boa vontade da iniciativa privada (MIGUEL, 2002, p. 161).

Apesar desse posicionamento, à medida que os movimentos ambientais locais foram se consolidando e passaram a atuar de maneira mais ativa, inclusive utilizando-se dos meios de comunicação, tanto esses movimentos, como a imprensa local, acabaram tendo um papel importante na consolidação de uma política ambiental no município, focados na promoção da sensibilização para a conservação do meio ambiente local.

Entre 1934 e 1970 foram encontradas aproximadamente 170 notícias sobre a água e o rio Passo Fundo e que incluíam o meio ambiente de forma geral, porém, não se encontram

notícias voltadas especificamente para a conservação ambiental. Entre 1971 e 1993 o número de publicações sobe para cerca de 190 e, é nesse período que as notícias referentes a preservação passam a aparecer com maior frequência. Por fim, entre 1994 e 2007 chega-se a uma soma de 200 notícias, que em sua maioria tratam dos temas de proteção ambiental. Esses números demonstram que, ao longo do tempo, o meio ambiente foi ganhando cada vez mais espaço na pauta do jornal local analisado.

O aumento de ocorrências de notícias sobre o meio ambiente, como analisou o autor Manuel Castells, pode ser explicado pela capacidade dos movimentos ambientalistas de conseguir congregar interesses ditos comuns para a humanidade:

> O ambientalismo suplanta a oposição entre cultura da virtualidade real, subjacente aos fluxos globais de riqueza e poder, e manifestação das identidades culturais ou religiosas fundamentalistas. Trata-se de uma única identidade global proposta a todos os seres humanos, independentemente de seus vínculos sociais históricos ou de gênero, ou de seu credo religioso (2000, p. 159-160).

Castells ainda destaca que a questão ambiental foi ganhando cada vez mais espaço não apenas em virtude das publicações na mídia, mas principalmente porque o movimento ambiental demonstrou grande capacidade de divulgação, criando elementos propícios para matérias e reportagens. As organizações se adaptaram facilmente as condições de comunicação e aos novos paradigmas tecnológicos. Os eventos e ações ambientais são, muitas vezes, orientados para mídia, com imagens chamativas, interrupção de cerimônias oficiais e outras ações diretas, que fornecem material atrativo para reportagens, além do apelo humanista das mobilizações, que tem grande aceitação da sociedade (2000, p. 161).

Apesar de ter ganhado espaço, ao longo do tempo, a tipologia discursiva do jornal *O Nacional* em relação ao meio ambiente mudou. Depois de analisar o amplo *corpus* documental composto pelas notícias sobre as águas do rio Passo Fundo, podemos classificar o discurso do jornal em quatro vertentes[26]: A primeira vertente refere-se a um discurso utilitário, alinhado às práticas governamentais, como por exemplo: "Vai ser instalada, neste Estado, a 7ª Delegacia de Águas que terá a seu cargo cooperar com o Estado no aproveitamento dos potenciais hidráulicos" (*O Nacional* 18 abr. 1939, p. 1); "Concessão de uma queda d'água a Passo Fundo"

[26] Allen Palmer, em sua tese de PhD *News from the Amazon rain forest: the social construction of an environmental problem* de 1996, analisa uma série de notícias da Amazônia e identifica uma "construção social de um problema ambiental". O autor identifica vertentes de discurso dos jornais, ligadas a aspectos emocionais (PALMER apud DUTRA, 2003, p. 5-6). A caracterização das vertentes utilizadas por Palmer basearam a análise das vertentes discursivas deste trabalho.

(*O Nacional*, 11 jan. 1940, p. 1); "Declarada de uso comum as aguas do Rio P. Fundo" (*O Nacional*, 15 abr. 1955, p. 1); "Agua para a população", em que o jornal solicita que o aproveitamento hídrico seja feito para além do rio Passo Fundo (*O Nacional*, 11 jan. 1963, p. 1).

Um segundo tipo de discurso diz respeito a um discurso da ameaça, relatando os perigos da falta de cuidados, do qual deriva também o discurso da necessidade de proteção à natureza. Por exemplo: "Poluição preocupa Secretaria de Saúde" (*O Nacional*, 19 mar. 1971, p. 1); "Inseticida mata milhares de peixes no rio Passo Fundo" (*O Nacional*, 1 mar. 1974, p. 1); "Um manifesto pela continuidade da vida" (*O Nacional*, 13 dez. 1976, p. 1); "Uma nova constatação: volume de água dos mananciais de Passo Fundo está diminuindo" (*O Nacional*, 19 abr. 1978, p. 1).

A terceira vertente apresenta um discurso da catástrofe, focado na perda parcial ou total daquele bem ambiental, que exigiria um resgate, bem como, a necessidade de preservação daquilo que ainda resta. São exemplos desse discurso: "Rio Paso Fundo poderá estar secando" (*O Nacional*, 18 jan. 1984, p. 1); "Água acaba em uma semana caso não haja racionamento" (*O Nacional*, 12 dez. 1985, p. 1); "Calamidade pública" (*O Nacional*, 13 jan. 1986, p. 1); "Rio Passo Fundo ou conduto de esgoto?" (*O Nacional*, 29 fev. 1986, p. 1); "Socorro para o rio Passo Fundo" (*O Nacional*, 5 dez. 1987, p. 1); "Na cidade, o rio Passo Fundo está morrendo" (*O Nacional*, 19 jun. 1991, p. 40).

A quarta e última vertente identificada corresponde a um discurso de valor. Neste contexto existe certa concorrência entre o discurso de perda e o discurso de valor, exaltando os benefícios de conservar esse bem natural da população, que é o rio Passo Fundo. Um exemplo disso são as publicações: "Passo Fundo é um divisor de águas" (*O Nacional*, 19 jun. 1992, p. 3); "Rio Passo Fundo faz parte das águas do planeta" (*O Nacional*, 28 jun. 1992, p. 7); "Monitoramento do rio Passo Fundo: [...] cuidar do rio é um fator que inclui, acima de tudo, cuidar da própria saúde" (*O Nacional*, 26 mar. 1997, p. 5); "Passo Fundo, o rio que deu nome à cidade" (*O Nacional*, 23 mar. 2004, p. 1); "Água no município é uma das melhores" (*O Nacional*, 29 mar. 2004, p. 1); "Rio Passo Fundo: à margem do patrimônio" (*O Nacional*, 26 jul. 2007, p. 1). É importante ressaltar que esses discursos não são estanques, havendo a ocorrência de mais de um em tempos concomitantes, principalmente, o discurso de catástrofe e o discurso de valor.

Se, nas primeiras décadas analisadas, o discurso era voltado à utilização dos bens naturais como recursos, dirigidos à produção de energia elétrica e ao abastecimento hídrico, à medida que os problemas ambientais foram sendo agravados, e que a atuação dos movimentos

de defesa do meio ambiente ampliaram sua atuação, o discurso encontrado no jornal também se alterou.

Desse modo, mesmo com a atuação dos movimentos ambientais, do poder público e da imprensa, uma mudança na realidade de degradação do rio Passo Fundo não acontecia (*O Nacional*, 4 maio 2007). Assim, os movimentos ambientais passaram a fomentar novas ações políticas, a fim de solucionar os problemas de poluição do rio Passo Fundo, uma vez que as ações efetuadas até então, tinham tido um resultado muito pequeno frente ao tamanho do problema enfrentado.

Em 2007, diante da situação de desmatamento da vegetação ciliar, assoreamento, ocupação desordenada das margens e o crescente despejo de resíduos agrícolas, domésticos e industriais de todo o tipo enfrentado pelo rio Passo Fundo, o GESP, como uma medida na busca da ampliação da proteção do rio, propôs que a administração municipal declarasse, legalmente, o rio Passo Fundo como patrimônio do município (*O Nacional*, 26 jul. 2007).

Assim, por meio do Decreto n. 245/07, e considerando a importância de preservação dos recursos hídricos para o desenvolvimento local e qualidade de vida das futuras gerações, a administração municipal declarou o rio Passo Fundo como um bem integrante do patrimônio natural e paisagístico do município, em toda a sua extensão, desde a nascente no Distrito de Povinho Velho, abrangendo o seu entorno até o limite de 30 (trinta) metros.

Esse decreto representou mais um esforço, tanto dos movimentos ecológicos que o propuseram, quanto da administração municipal, buscando não apenas facilitar medidas de despoluição e conservação do rio, mas principalmente, "conscientizar" a população da fundamental importância de sua conservação para o município de Passo Fundo.

A palavra patrimônio significa, etimologicamente "herança paterna", ou seja, "a riqueza comum que os grupos humanos herdam como sujeitos sociais e que transmitem de geração para geração" (GERHARDT; NODARI, 2016, p. 57). Podemos compreendê-lo enquanto o conjunto de bens produzidos por outras gerações, resultantes da experiência coletiva, que um grupo deseja manter como perene (MACHADO, 2004, p. 10).

Sendo assim, o rio Passo Fundo tornou-se um patrimônio ambiental e, mesmo não correspondendo a uma produção humana, é um bem presente e importante na vida de todos que viveram e vivem no município. Desse modo, um patrimônio ambiental resulta da complexa combinação entre natureza e cultura, duas faces da mesma realidade. A conservação desse tipo de patrimônio depende, não apenas da ação do Estado, mas do reconhecimento de cada pessoa de que este patrimônio é seu, faz parte de sua identidade, considerando-o como "uma herança a ser conservada para que prossiga existindo" (GERHARDT; NODARI, 2016, p. 67).

Marcando o início das preocupações com a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, de 1972, identificou que o patrimônio ambiental estava cada vez mais ameaçado, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica. Assim, considerou que a proteção do patrimônio ambiental é de responsabilidade internacional "mediante a concessão de uma assistência coletiva que sem substituir à ação do Estado interessado a complete de forma eficaz" (UNESCO, 1972, p. 1).

Na esfera internacional, são exemplos de rios ou de trechos de rios protegidos por tombamento: as margens do Sena em Paris, na França, inscrito em 1991 na lista dos patrimônios mundiais da UNESCO e utilizado como um estímulo à sua revitalização. Outro caso, refere-se ao rio Elba em Dresden na Alemanha, cujo tombamento, em 2004, foi utilizado como instrumento de estímulo à sua conservação (CALASANS, 2012, p. 12).

No Brasil, são poucos os casos de rios que se tornaram patrimônio, porém, a maioria das áreas declaradas patrimônio natural incluem, em seus espaços, rios ou bacias hidrográficas inteiras, como é o caso do Parque Nacional do Iguaçu (PR), tombado em 1999, e do Parque Nacional do Jaú (AM), reconhecido como patrimônio no ano 2000 e que abriga a segunda maior extensão de florestas tropicais úmidas contínuas do mundo, além da bacia hidrográfica do Jaú (BRASIL, 2000).

Ao tornar-se um rio-monumento, pertencente ao patrimônio material, natural e cultural, o rio passa a fazer parte, como no entendimento de Márcia Sant'Anna, de uma mobilização da memória coletiva por meio da emoção e da afetividade, operação que contribui para vibrar um passado selecionado e para a preservação da identidade de uma comunidade (2003, p. 49).

Assim, ao se tornar um patrimônio, o rio Passo Fundo passa a expressar muito mais do que sua existência material, torna-se um signo, que representa mais do que possa demonstrar fisicamente. Um patrimônio tem a função de ativar permanentemente a lembrança. Desse modo, a razão para reconhecer o rio Passo Fundo como um patrimônio ambiental, paisagístico, histórico e cultural, é fazer presente a lembrança do que ele significou no passado, além de compreender sua importância não apenas para a formação, mas para o crescimento do município, registrando-o, ainda, como um bem, que pertence à história e a memória[27] da população passofundense.

[27] "Os lugares são expressões dos sentidos do vivido das pessoas; lugares e pessoas/grupos se marcam, identificam-se; por isso, são importantes e auxiliam pra recuperar algo no passado" (TEDESCO, 2011, p. 194) Assim, o rio Passo Fundo, constitui também, um lugar de memória, construído não apenas naturalmente, mas principalmente pela relação social estabelecida com ele ao longo do tempo.

CONCLUSÃO

A partir do Código de Águas e da Constituição Federal de 1934 o Estado brasileiro passou a legislar especificamente sobre os bens ambientais. Naquele período, os usos humanos feitos das águas do rio Passo Fundo eram os mais diversos: beber, lavar, cozinhar, irrigar as plantações, dessedentar os animais. Além desses usos, a sociedade passofundense também foi sendo impactada por utilizações danosas do rio, como o descarte de resíduos de muitos tipos, que prejudicavam a qualidade das águas.

A medida que o processo de urbanização no município foi acontecendo, a preocupação com o saneamento surgiu, e como identificou-se, foi um reflexo do processo de higienização que ocorria em escala mundial. Baseando-se no entendimento do desenvolvimento e execução do projeto de saneamento conseguimos identificar, por meio das páginas do jornal *O Nacional*, que devido a sua considerada relevância, foi amplamente debatido, por indivíduos de muitos setores do município, não apenas gestores públicos, mas também engenheiros, intelectuais e pessoas da comunidade.

Constatou-se ainda, que naquele momento não se tinha uma mentalidade voltada a preservação ambiental dos recursos hídricos do município e especificamente do rio Passo Fundo pois, em nenhum momento, essa preocupação foi pontuada. O principal objetivo do saneamento, executado a partir da década de 1940, foi proporcionar um abastecimento hídrico com maior higiene e qualidade à população. Assim, identificou-se que, mesmo que os planejamentos e a execução do projeto de saneamento do município de Passo Fundo tenham iniciado ainda nas primeiras décadas do século XX, atualmente, apenas 30% do esgoto gerado pela população do passofundense é devidamente tratado, impactando diretamente tanto o rio Passo Fundo quanto a população local. Desse modo, conclui-se que é somente ao se perceber como se deu historicamente o início e o andamento desse projeto, que poderemos compreender a importância de sua efetiva e ampla execução até os dias de hoje.

Apesar de se compreender que as administrações públicas agiram, mas também se omitiram ao longo da história, não conseguindo por exemplo, por diversos motivos, realizar obras com um resultado efetivo, identificamos que os cidadãos também tiveram sua parcela de responsabilidade na realidade de poluição do rio Passo Fundo.

Por exemplo: ao longo dos anos, a possibilidade de ligação das residências nas redes coletoras de esgoto foi aumentando, porém, muitos proprietários reclamavam de ter que abrir canalizações de suas casas até a calçada, para que a ligação à rede pudesse ser feita. De acordo com funcionários da CORSAN, essa reclamação ainda é presente e, acaba agravando o problema do esgoto, mesmo mais de 60 anos depois do início de sua instalação no município.

A partir de 1950 o crescimento urbano se intensificou, iniciou-se a apropriação e expansão de áreas de periferia desprovidas de infraestrutura adequada, marcadas pelas ocupações irregulares, pela poluição hídrica, pelo lixo doméstico e pela falta de saneamento básico. Além do crescimento demográfico, a expansão da agricultura e da industrialização, o pouco planejamento urbano feito pelas administrações públicas no decorrer da história, entre outros fatores, fez com que a realidade do rio e a qualidade de suas águas fossem piorando a cada ano.

Desse modo, as administrações municipais passaram a instituir legislações buscando a proteção do rio Passo Fundo, mas, apesar da existência dessas leis, o seu cumprimento não foi garantido. Em nível estadual, até o ano de 1994, o Rio Grande do Sul não tinha uma política ambiental específica. Nacionalmente, a Política Estadual de Recursos Hídricos instituiu-se em 1997. Dessa forma, percebe-se que as principais políticas públicas de proteção ambiental e dos recursos hídricos especificamente só foram estabelecidas depois que os impactos da relação danosa entre seres humanos e ambiente já estavam agravados.

Mesmo com a existência dessas legislações, foi possível identificar problemas de poluição de diversas origens e que afetaram o rio Passo Fundo. No perímetro urbano podem ser citados: a deposição de lixo doméstico dentro do leito e das margens, esgoto a céu aberto, ligações clandestinas de esgoto que desembocavam diretamente no rio, bem como, áreas de proteção permanente invadidas por construções (PMSB, 2014, p. 228). Como foi possível identificar por meio dessa dissertação, esses usos danosos foram crescendo, historicamente, e são os mesmos existentes nos dias atuais.

Portanto, a medida em que se avançou no trato das fontes, percebeu-se que as iniciativas e políticas públicas foram, muito mais, um reflexo da relação estabelecida entre a população e o rio Passo Fundo ao longo do tempo, do que uma influência para a mudança nessa relação.

Acredita-se que o Brasil tem hoje um dos mais avançados e completos sistemas jurídicos de proteção ao meio ambiente. Legislar não é mais prioritário, isso já foi feito. O que se espera dos órgãos ambientais e dos cidadãos, organizados ou não, é o cumprimento das exigências previstas em lei, que, com frequência, nada mais são do que letra morta (BENJAMIN, 1999, p. 105). Essa realidade também foi identificada ao longo dessa dissertação, porque, mesmo com

a criação de uma a legislação que busca proteger o rio Passo Fundo, sua realidade acabou comprometida pelo não cumprimento efetivo dessas leis.

Com base nas fontes documentais pesquisadas constatou-se que, no decorrer do século XX, a poluição hídrica tornou-se um assunto relevante para a sociedade passofundense. O problema da poluição das águas recebeu uma atenção especial do poder público, dos movimentos ambientalistas e da imprensa, utilizada como um instrumento de mobilização, denúncia e sensibilização.

No que diz respeito ao poder público, observamos a existência de um histórico de sucessivas ações voltadas para conter a poluição hídrica e os seus efeitos sobre a salubridade da população: inicialmente, a administração municipal preocupou-se com o fornecimento de água potável para a população construindo a Hidráulica Municipal, porém o tratamento de esgoto foi deixado em segundo plano. Foi apenas na década de 1950 que se iniciou a construção da rede de esgoto e da primeira estação de tratamento de efluentes.

Contudo, nem todas as administrações municipais primaram pela proteção ambiental. Na década de 1980 identificou-se que o desenvolvimento econômico, principalmente voltado para a indústria, foi priorizado em detrimento da conservação do meio ambiente local. Em decorrência dessa mentalidade, a poluição ao rio Passo Fundo acabou crescendo cada vez mais, e impactando a vida da população.

A partir desta realidade foram identificadas diversas ações, principalmente, dos movimentos ecológicos em parceria com os órgãos de imprensa, que buscaram denunciar os danos sofridos pelo rio Passo Fundo.

Com o crescimento dos problemas ambientais do rio foi necessária uma mudança de posicionamento do poder público municipal, que passou a aumentar a fiscalização e a punição aos crimes ambientais. Destacaram-se, a partir dos anos 1990, os inquéritos civis instaurados pelo Ministério Público Estadual com o objetivo de investigar os danos sofridos pelo rio Passo Fundo. Contudo, mesmo depois das ações dos movimentos ambientais e do poder público, buscando sensibilizar a população a fim de resolver os problemas da poluição ao rio, esta não diminuiu significativamente, evidenciando que ainda precisa-se avançar muito na direção da conservação ambiental no município de Passo Fundo.

Concluiu-se, por fim, que ao mesmo tempo em que os usos humanos causaram impactos danosos ao rio Passo Fundo, também foram as ações humanas que possibilitaram a ampliação da conservação do rio. Foram, contudo, seres humanos de grupos sociais diferentes, com interesses diferentes e com compreensões distintas ou opostas, aqueles que prejudicaram ou preservaram o rio. Cabe ressaltar, portanto, que a abordagem de temas como esse precisa ser

socioambiental, ou seja, conectar o estudo sobre os problemas sociais e ambientais.

Finalmente, acredita-se que ainda há muito a ser estudado na relação histórica entre os seres humanos e o rio Passo Fundo. Existe, por exemplo, a necessidade de explorar a documentação produzida por todos os municípios da Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo, o que possibilitaria a compreensão da multiplicidade de usos e das diferentes formas de convívio dessas populações com o rio no trajeto que ele faz em todas as cidades que compõem a bacia. Igualmente importante é a realização de um estudo sobre os impactos socioambientais ao longo de toda a Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo, região que não foi contemplada por essa dissertação.

Por fim, reconhece-se que existem temas e análises ausentes no que se refere à relação humana com o rio Passo Fundo no decorrer da história, e neste sentido, deseja-se que os resultados obtidos por meio dessa pesquisa, possam fomentar o diálogo e ampliar as investigações históricas, não somente sobre o rio Passo Fundo, mas sobre todo o meio ambiente local.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Otávio; RODRIGUES, André Figueiredo. A História Ambiental Urbana e as cidades médias do interior do Nordeste; propostas de estudo. In: SANTOS, Carlos Alberto Batista; SILVA, Edson Ely; OLIVEIRA, Edivania Granja. (Org**.). História Ambiental, História Indígena e relações socioambientais no Semiárido Brasileiro**. 1. ed. Paulo Afonso: SABEH, 2018, v. 2, p. 120-136.

ALBUQUERQUE, Catarina de. Prefácio. **O direito à água como política pública na América Latina**: uma exploração teórica e empírica. Brasília: Ipea, 2015.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 79, p. 151-167, 2007.

ALVES, Gislaine Praetorius Mello. **Capacidade de atenuação do solo de fundo da lagoa anaeróbia da ETE de Passo Fundo/RS**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Arquitetura) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007.

ANDREOLI, Cleverson V. **Mananciais de abastecimento**: planejamento e gestão; estudo de caso do Altíssimo Iguaçu. Curitiba: SANEPAR FINEP, 2003.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2016.

ARRAIS, Raimundo. O rio da memória: os rios da cidade do Recife e os intelectuais recifenses da primeira metade do século XX. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). **A natureza dos rios:** história, memória e territórios. Curitiba: UFPR, 2008.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.

ARRUDA, Gilmar (Org.). **A natureza dos rios:** história, memória e territórios. Curitiba: UFPR, 2008.

ARRUDA, Gilmar. Historia de ríos: ¿Historia ambiental? **Signos Históricos**, México D. F., n. 16, p. 16-44, jul./dez. 2006.

ARRUDA, Gilmar. Urbanização e o abastecimento de água potável em Londrina - PR no contexto da “era da ecologia” (1970-1980). **Agua y territorio**, Jaén, n. 11, p. 58-69, ene./junio 2018.

BACCI, Denise C.; PATACA, Ermelinda M. Educação para a água. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 63, n. 22, p.211-226, 2008.

BACCIN, Diego José. **Em memória da cativa, uma memória que cativa?** Análise da construção dos monumentos, da memória e da patrimonialização do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe de Passo Fundo. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

BARRELLA, Walter. et al. As relações entre as matas-ciliares, os rios e os peixes. In: RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; LEITÃO FILHO, Hermógenes de Freitas. **Matas ciliares:** Conservação e recuperação. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 187-207.

BARROS, José d'assunção. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, jul./dez. 2006.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BATISTELLA, Alessandro; KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Antologia do município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 29-67.

BEM, Emmanuel de. População. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio. (Orgs.) 3. ed. **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: UFPel, 2017.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos. Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro. In: BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e (Org.). **Manual prático da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente**. 2. ed. São Paulo: IMESP, 1999.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da História, ou, O oficio do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Maria Helena Sales. **Água potável, um recurso natural de disponibilidade limitada, indispensável à vida**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos. Revisitando o conceito de saneamento básico no Brasil e em Portugal. **Revista do Instituto Politécnico da Bahia**, Salvador, p. 5-11, jun. 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

CABRAL, Diogo de Carvalho. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental**. Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 133-162, 2007.

CAFRUNI, Jorge E. **Passo Fundo das Missões**. 1966.

CALASANS, Jorge Thierry. A água como patrimônio cultural. **Magister de Direito ambiental e urbanístico**, Porto Alegre, v. 8, n. 45, p. 63-83, dez./jan. 2012/2013.

CALICCHIO, Vera; MEDEIROS, Mauricio Campos de. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 125-146, jun. 2013.

CAMPOS, Hernani Loebler. PACHECO, Sôneia Maria. Uma análise histórico-geográfica da importância do rio Beberibe para o abastecimento de água da Região Metropolitana do Recife. **Agua y territorio**, Jaén, n. 11, p. 34-43, ene./jun. 2018.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAPPI, Nanci et al. Qualidade da água e fatores de contaminação de poços rasos na área urbana de Anastácio (MS). **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 3, p. 77-92, set./dez. 2012.

CARBONARI, María Rosa. De como explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. **História Unisnos**, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 19-34, 2009.

CARVALHO, Afrânio. **Águas interiores**. São Paulo: Saraiva, 1986.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2001.

CASALLI, Jairo Antônio. **Passo Fundo, o rio que virou lago**. Passo Fundo: Berthier, 2009.

CASTELLS, Manuel. O verdejar do ser: o movimento ambientalista. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 141-168.

CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo; MORAIS, Maria da Piedade. **O direito à água como política pública na América Latina**: uma exploração teórica e empírica. Brasília: Ipea, 2015.

CAVALCANTI, Clóvis. Economia e Ecologia: problemas da governança ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, Morelia, v. 1, p. 1-10, 2004.

CEEE, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. **Plano de uso e ocupação do solo no entorno do reservatório da UHE Capiguí**. Porto Alegre: Profill, 2011.

CEEE, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. **História do Grupo CEEE**. 2016. Disponível em: http://www.ceee.com.br/pportal/ceee/Component/Controller.aspx?CC=3237. Acesso em: 12 abr. 2017.

COELHO, Maria Célia N. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Batista da. (Orgs.). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 19-45.

CORAZZA, Jaqueline. **Rios urbanos e o processo de urbanização**: o caso de Passo Fundo-RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

CORDEIRO, Lorena de Paili. **Uma história ambiental dos mananciais da serra do mar**: o abastecimento de água para Curitiba (1870-1929). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CORSAN. **História**. [c. 201?]. Disponível em: <http://www.corsan.com.br/historia>. Acesso em 6 jan. 2018.

COSTA, Maria Clelia Lustosa. O discurso higienista definindo da cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013.

DALLA CORTE, Thaís; SANTIN, Janaína Rigo. **O Direito das Águas Subterrâneas no Brasil, no Mercosul e na União Europeia**: um estudo comparado. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

DALLA CORTE, Thaís. **A (re)definição do direito à água no século XXI**: perspectiva sob os enfoques da justiça e da governança ambiental. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

DALARMI, Osvaldo. Utilização futura dos recursos hídricos da Região Metropolitana de Curitiba. **Sanare**, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 31-43, 1995.

DALMORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João Carlos. **Urbanização, exclusão e resistência**: estudo sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF Editora, 1998.

DINIZ, José Nilo Bezerra. Abastecimento de água no Brasil setentrional: a gestão hídrica em Aracati (século XIX). **Agua y territorio**, Jaén, n. 11, p. 10-21, ene./jun. 2018.

D'AVILA, Ney Eduardo Possapp. **Passo Fundo**: terra de passagem: uma história concisa da cidade e do município. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DUTRA, Manuel José Sena. Pensando em TV e Biodiversidade: Existe mesmo um discurso ecológico? **Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP09_dutra.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2018.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental**: os Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FARIAS, Talden Queiroz. **Evolução histórica da legislação ambiental**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3845>. Acesso em: 14 jul. 2017.
FEBVRE, Lucien. **O Reno, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FELIPPE, Miguel. Fernandes; MAGALHÃES JR., Antônio Pereira. Conflitos conceituais sobre nascentes de cursos d'água e propostas de especialistas. **Geografias (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 9, p. 70-81, 2013. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/article/view/583/453>. Acesso em: 14 jul. 2017.

FERRETTO, Diego. **Passo Fundo** - Estruturação urbana de uma cidade média gaúcha. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da; CORTEZE, Dilma Piccin (Orgs.). **Testemunhas da história**. Instituto Histórico de Passo Fundo. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas**: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FRIDERICHS, Bibiana de Paula et al. Jornal O Nacional: articulando os interesses do capital na década de 1920. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 4, 2006, São Luiz do Maranhão. **Anais do IV Encontro Nacional de História da Mídia**. Florianópolis: Rede Alfredo de Carvalho - UFSC, 2006.

FRIDERICHS, Bibiana de Paula. **Comunicação**: discurso, fait divers e poder em O Nacional: uma abordagem dialética. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GARCIAS. Carlos Melo. Indicadores de qualidade ambiental urbana. In: MAIA, Nilson Borlina; MARTOS, Henry Lesjak; BARRELLA, Walter (Orgs.). **Indicadores ambientais:** conceitos e aplicações. São Paulo: EDUC, 2001.

GERHARDT, Marcos. Um olhar sobre a história dos movimentos ecologistas no Rio Grande do Sul. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** - ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GERHARDT, Marcos. Patrimônio ambiental regional. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita A. P. (Org.). **Momento patrimônio**. Erechim: Graffoluz, v. III, p. 115-132, 2015.

GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. **Fronteiras**: Journal of Social, Technological and Environmental Science. Anápolis, v. 5, n. 3, p. 54-71, jul./dez. 2016.

GOLIN, Tau. **O povo do pampa**: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. **Passo Fundo**: de Saturnino de Brito ao Mercosul, Projetos e Imagens Urbanas. 2002. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GOULART, Gabriela Tosta. **"Independente, não neutro"**. Poder e imprensa no norte do RS (1916-1930). 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

GRANDO, João. A história do Rio Passo Fundo e os desafios para os próximos 150 anos. In: LECH, Osvandré (Org.). **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo.** Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 408-409.

GUIMARÃES JR, Renato. O futuro do Ministério Público como guardião do meio ambiente e a história do direito ecológico. **Justitia**, São Paulo, p. 113-152, abr./jun. 1981.

HARRES, Marluza Marques. Águas poluídas: uma história da poluição hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, RS. **Agua y territorio**, Jaén, n. 11, p. 70-82, ene./jun. 2018.

HEINSFELD, Adelar; BATISTELA, Alessandro (Orgs.). **Fazendo História Regional:** Economia, espaço e sociedade. Passo Fundo: Méritos, 2010.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

IBGE. Passo Fundo. [2017]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo. Acesso em: 18 dez. 2018.

JORGE, Janes. **Tietê**: o rio que a cidade perdeu, São Paulo 1890-1940. São Paulo: SVMA, 2. ed. 2017.

KERN, Arno Alvarez. **Antecedentes indígenas**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

KUJAWA, Henrique Aniceto. Formação étnica de Passo Fundo e região. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). **Passo Fundo:** uma história, várias questões. Passo Fundo: UPF Editora, 1998. p. 53-62.

LE GOFF, Jacques. História Nova. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri da. (Org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011. p. 128-176.

LECH, Osvandré (Org.). **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo.** Passo Fundo: Méritos, 2007.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

LEON, Yvonne. Principales movimientos ambientales en el mundo. Importancia de su presencia y de su presión. **Revista Faces** – Universidad de Carabobo, Valencia, n. 21, p. 117-121, dez. 2001/jun. 2002.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios:** natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15, 1999.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 45, maio/ago. 2005.

LOPES, André Luís Borges. **"Sanear, prever e embelezar"**: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitarista e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929). 2013. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Ironita P. História e direito: possibilidades metodológicas. **História**: Debates e Tendências. Passo Fundo, n. 1, p. 81-93, jan./jun., 2011.

MACHADO, Ironita P. Algumas considerações sobre a pesquisa histórica com fontes judiciais. **Métis**: história & cultura, n. 23, p. 15-31, jan./jun. 2013.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação patrimonial**: orientações para professores de ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco, 2004.

MADALOSSO, Carlos Antonio; DAMIAN, Marco Antonio. **Fatos relevantes da história da medicina em Passo Fundo**. Passo Fundo: Passografic, 2012.

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul**: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. **História Oral**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 221-254, 2011.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Questões agrárias, hoje & democracia e sistema global. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, 1991.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Brasil: desafios para uma História Ambiental. **Nómadas**, Bogotá, n. 22, p. 26-35, 2005.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil**: Pesquisa e Ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEDEIROS, Márcia Maria de. Passo Fundo: Política e Economia na década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). **Passo Fundo:** uma história, várias questões. Passo Fundo: UPF, 1998. p. 101-114.

MENEZES, Luiz Carlos C. Considerações sobre saneamento básico, saúde pública e qualidade de vida. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 55-61, jan./mar. 1984.

MENEZES, Luiz Claudino. Emergência e evolução da política ambiental urbana no Brasil: do Estado Novo à Nova República. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.1, n. 3l, p. 70-95, jan./fev. 1997.

MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. **Passo Fundo**: presentes da memória. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia:** Pequena História Crítica. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NASH, Roderick. American environmental history: a new teaching frontier. **Pacific Historical Review**, Califórnia, n. 41, p. 362-372, 1972.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, 1999-2000.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. **Annaes do município de Passo Fundo.** Passo Fundo: UPF Editora, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEIXOTO, Felipe da Silva; STUDART, Ticiana Marinho de Carvalho; CAMPOS, José Nilson Bezerra. Gestão das águas urbanas: questões e integração entre legislações pertinentes. **REGA**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 160-174, jul./dez. 2016.

PEREIRA; Elenita Malta. Meio Ambiente e ditadura no Brasil: a luta contra a Borregaard (1972-75). **Revista de história Iberoamericana**, Madri, v. 7, p. 147- 166, 2014.

PIMENTEL, Rodrigo. **Passo Fundo:** muitas histórias, uma versão. Passo Fundo: Clio, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências***,* Passo Fundo, v. 1, 1999.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, v. 31, p. 147-160, 2003.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. **O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2015.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. **História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2007.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Saturnino de Brito e a modernização do abastecimento de água no Rio Grande do Sul da Primeira República. **Estudios Históricos,** Uruguay, año IX, n. 18, jul./dec. 2017.

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. **A cidade no despertar da era higiênica**: A Cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (1854-1912). 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SALTON, João Alberto. Ponte francesa no rio Passo Fundo. In: LECH, Osvandré (Org.). **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo.** Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 180-181.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1965.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Fábio Alexandre Dos. Intervenções sobre o rio Pinheiros e a incorporação do espaço urbano nas primeiras décadas do século XX: o caso da região do Brooklin na cidade de São Paulo. **Agua y territorio**, Jaén, n. 11, p. 44-57, ene./jun. 2018.

SCARIOT, Nádia Awad. **A evolução do Estado na perspectiva ambiental**. Passo Fundo: UPF Editora, 2011.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos Antônio da. (Org.). **República em migalhas:** história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 43-49.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. A evolução da política ambiental no Brasil do sec. XX. **Revista de Ciências Políticas**, Rio de Janeiro, n. 26, nov./dez. 2005.

SOUZA, Marco Antonio Almeida de. **Reuso de Água**. Programa de Educação Continuada em Tecnologia Apropriada e Saneamento para Professores Universitários. Centro Panamericano de Ingenieria Sanitaria y Ciencias del Ambiente (CEPIS). Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), 1997.

TEDESCO, João Carlos; KALIL, Rosa Maria Locatelli; DAL MORO, Selina Maria. Uma primeira aproximação do processo de urbanização na região de Passo Fundo: "Moço, esta ida não vai ter volta"! **Teoria e Evidencia Econômica**, Passo Fundo, v. 1, n. 2, p. 7-41, 1993.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros:** lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960). Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

TEDESCO, João Carlos; KALIL, Rosa Maria Locatelli; GOSH, Luiz Roberto Medeiros; GELPI, Adriana; CORAZZA, Jaqueline. Passo Fundo e a produção do território pós-anos 1950: migração e urbanização. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 347-376.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces**: introdução à uma análise sócio-histórica da memória. Passo Fundo: UPF Editora, 2011.

VESENTINI, José William. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: _____. **O ensino de Geografia no século XXI**. São Paulo: Papirus, 2004. p. 187-218.

VIOLA, Eduardo. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania:** desafios para as ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, Eduardo J; LEIS, Héctor Ricardo et. al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002. p. 134-160.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto. (Org.) **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. p. 63-110.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 84-97, 1997.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. **Trasformaciones de la Tierra**. Montevideo: CLAES, 2008.

WORSTER, Donald. Pensando como um rio. In: ARRUDA, Gilmar (Org.) **A natureza dos rios**: história, memória e territórios. Curitiba: UFPR, 2008. p. 27-45.

ZANUSO, Claúdia Cezaro (Org.). **Os rios e as cidades**. São Paulo: Klaumon, Forma Comunicação, 2002.

FONTES

BRASIL. **Decreto nº 24.643**, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 852**, de 11 de novembro de 1938. Adapta o Código de Águas às normas objetivos da Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0852.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6938compilada.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BRASIL. Constituição [1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.433,** de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.984,** de 17 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília: 2000.

BRASIL. Brasil tem mais dois sítios do Patrimônio Natural. **Ministério do Meio Ambiente.** [2000] Disponível em: http://www.mma.gov.br/informma/item/1034-brasil-tem-mais-dois-sitios-do-patrimonio-natural.html. Acesso em: 21 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/cciviL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm> Acesso em: 02 out. 2017.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 001**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>. Acesso em: 02 out. 2017.

DIÁRIO DA MANHÃ, Passo Fundo, 1979-1999. Arquivo Histórico Regional. Universidade de Passo Fundo.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. **Inquérito Civil n. 29/1999.** 1ª Promotoria de Justiça Especializada – Defesa Comunitária. Passo Fundo: 1999.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTAUAL. **Inquérito Civil n. 00820.00103/2004.** 1ª Promotoria de Justiça Especializada – Defesa Comunitária. Passo Fundo: 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTAUAL. **Cadastramento de Entidades para TAC**. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/tac/mostra/682/>. Acesso em: 18 maio 2017.

O NACIONAL, Passo Fundo, 1934-2007. Arquivo Histórico Regional. Universidade de Passo Fundo.

PASSO FUNDO. **Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Passo Fundo**, 2014. Disponível em: <http://cbhpf.upf.br/index.php/comite-rio-passo-fundo>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PASSO FUNDO. **Lei nº 164,** de 12 de junho de 1950. Decreta e promulga o novo código de posturas do município de Passo Fundo. Disponível em: <https://cm-passo-fundo.jusbrasil.com.br/legislacao/473998/lei-164-50>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PASSO FUNDO. **Lei n. 1914/80**, de 26 de agosto de 1980. Dispõe sobre a proteção aos mananciais de interesse para o abastecimento da população urbana, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/drqgp>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PASSO FUNDO. **Lei n. 2974/94**, de 26 de agosto de 1980. Modifica a lei nº 1914/80, de 26 de agosto de 1980, como especifica. Disponível em: http://leismunicipa.is/grqph. Acesso em: 21 mar. 2016.

PASSO FUNDO. **Lei nº 2133,** de 13 de dezembro de 1984. Aprova o II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Passo Fundo; dispõe sobre as normas do I plano diretor da cidade que permanecerão vigentes; e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/passo-fundo/lei-ordinaria/1984/213/2133/lei-ordinaria-n-2133-1984-aprova-o-ii-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-de-passo-fundo-dispoe-sobre-as-normas-do-i-plano-diretor-da-cidade-que-permanecerao-vigentes-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PASSO FUNDO. **Lei n. 2997,** de 06 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e natural do município de passo fundo e dá outras providências. Disponível em: http://leismunicipa.is/gqhpr. Acesso em: 15 jun. 2016.

PASSO FUNDO. **Lei. n. 3534,** de 02 de dezembro de 1999. Institui o inventário de bens que possam integrar o patrimônio histórico-cultural do município de passo fundo. Disponível em: http://leismunicipa.is/irqep. Acesso em: 15 jun. 2016.

PASSO FUNDO. **Lei complementar nº 170,** de 09 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor De Desenvolvimento Integrado - PDDI do município de Passo Fundo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/passo-fundo/lei-complementar/2006/17/170/lei-complementar-n-170-2006-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-pddi-do-municipio-de-passo-fundo>. Acesso em: 15 out. 2017.

PASSO FUNDO. **Decreto n. 245,** de 18 de dezembro de 2007. Declara bem integrante do patrimônio natural e paisagístico do município, para fins de tombamento provisório, o rio passo fundo. Disponível em: http://leismunicipa.is/aprcq. Acesso em: 15 out. 2017.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PASSO FUNDO – RS (PMSB). **Relatório do Diagnóstico** – Produto 2. Passo Fundo, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. **Plano Ambiental Municipal de Passo Fundo**. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Secretaria do Planejamento. **Relatório De Avaliação Ambiental** – RAA do Programa De Desenvolvimento Integrado De Passo Fundo. Passo Fundo, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 23.082,** de 26 de abril de 1974. Institui a Política Estadual de Proteção Ambiental, organiza sob a forma de Sistema as atividades de Proteção do Meio Ambiente e dá outras providências. Rio Grande do Sul, 1974. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/10.350.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente. Departamento do Meio Ambiente. **Proposições do Departamento de Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente às leis orgânicas municipais**. Rio Grande do Sul: 1989.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 10.350,** de 30 de dezembro de 1994. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande Do Sul, 1994.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Departamento de Recursos Hídricos. **Relatório Anual Sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Rio Grande Do Sul Edição 2007/2008**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.comiteibicui.com.br/artigos/Relatorio%20Anual%20sobre%20a%20situacao%20dos%20RH%20no%20Estado%20do%20RS%20%20edicao%202007-2008.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017.

UNESCO. **Convenção para a proteção do Patrimônio mundial, cultural e natural.** Paris: 1972.

TRE-RS. **Eleições**. Resultados das eleições municipais de Passo Fundo em 1992. Disponível em: http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/1992/PASSOFUNDO.htm Acesso em: 10 jul. 2018.